

revista

ESQUERDA

PETISTA

Defender a democracia é mudar a política econômica

FRENTE POPULAR
BRASIL

Nem Levy, nem
Renan, nem Cunha.
Qual é a agenda do
povo brasileiro?

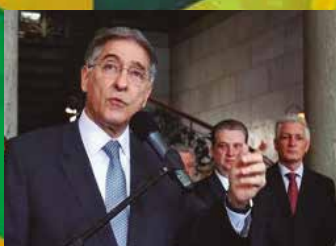
PÁGs. 11 a 20; 28 a 31



Política externa em
tempos de ajuste

Igor Fuser

PÁGs. 6 A 10



Reviravoltas: Pimentel
desmontará Aécio?

Rogério Correia

PÁGs. 42 A 46



Debate: balanços do
5º Congresso do PT

Vários

PÁGs. 50 A 77

#4 SETEMBRO/2015

ISSN 2358-2413 04

VALTER
POMAR

MISCELÂNEA INTERNACIONAL

1998-2013

Bruno Elias | Rodrigo César

A PT É A JUVENTUDE

A ESPERANÇA EM CONSTRUÇÃO

Prelúdio de Rafael Barbosa Moraes "Pops"

Página 13

TOMO 1
Wladimir Pomar

Página 13

A DIALECTICA DA HISTÓRIA

PALAVRA
DE
MANO
ADRIANO
BUENO

13

Página **PT** 13

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

AGOSTO DE 2015
No olho do furacão

Stedile fala da Frente Brasil
páginas 4 e 5

O Papa Francisco é pop?
páginas 14 e 15

O único a dizer é: Porra, Vão!!!
página 20

**Confira as novas
publicações da editora**

Página **PT 13**
EDITORIA

www.pagina13.org.br

EXPEDIENTE

ESQUERDA PETISTA é uma publicação da Editora Página 13, sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE:

Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denise Cerqueira Vieira (TO), Denize Silva de Oliveira (MS), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaías Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia Maria Barroso Vieira (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira Rocha (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP).

Comissão de ética nacional:

Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Editor: Valter Pomar

(pomar.valter@gmail.com)

Diagramação e projeto gráfico: Movimento Web&Artes Gráficas / Cláudio Gonzalez

Secretaria: Edma Walker

(edmawalker@gmail.com)

Endereço para correspondência:

R. Silveira Martins, 147 conj. 11,
São Paulo (SP), CEP 01019-000

EDITORA

Página 13

SUMÁRIO

EDITORIAL
Defender a democracia é
mudar a política econômica



3

INTERNACIONAL

Da Gringolândia ao novo
Império do Mal

Igor Fuser



6

NACIONAL

O Brasil em
transe histórico

Lindbergh Farias e Jaldes Meneses



11

O lugar do "Nacional"
na luta política atual

Ricardo Gebrim



21

CUT
Operação piracema

Jandyra Uehara



25

DOSSIÊ

Frente Brasil Popular

MANIFESTO

CONVOCATÓRIA DA CONFERÊNCIA



28

SAÚDE

Direito ou privilégio?

Ana Maria Costa



32

JUVENTUDE

Agenda regressiva

Bruno Elias



39

ESTADOS

Entrevista com o deputado
Rogério Correia

Breno de Araújo e Luna Pontone



42

ELEIÇÕES 2016

Com que política?

Adriano de Oliveira



47

PARTIDO



50

**BALANÇOS DO
5º CONGRESSO DO PT**
Salvador - BA



51

À militância petista,
sobre o 5o Congresso
Articulação de Esquerda



55

Resposta vigorosa, firme e
participativa aos imensos
desafios que enfrentamos!
Monica Valente



59

Congresso de crise,
que não terminou
Misa Boito



63

Avaliação do V Congresso:
antes, durante e depois
Maristella Victor de Matos



68

O melhor partido do Brasil
Romênio Pereira



70

"Ao Que Vai Nascer"
*Militantes do Movimento PT
e do Socialismo XXI*



75

Carta de Porto Alegre
PT-RS



78

Casa Brasil: inclusão
digital e software livre
João Augusto Neves



83

Especialistas em nada
Regina Helena



87

Capital século XXI:
sem alternativas?
Francisco Xarão



91

AGENDA

Debater, mobilizar e lutar
Rodrigo Cesar

Defender a Democracia é mudar a política econômica

Esta é a quarta edição da revista *Esquerda Petista*. Nela nos mantemos fiéis ao que dissemos na primeira edição: somos uma revista editada pela tendência petista Articulação de Esquerda, mas aberta à contribuição da militância de esquerda em geral.

Nesta edição, o leitor encontrará um balanço da situação internacional, feito pelo professor Igor Fuser. Uma análise da situação nacional, de autoria do senador petista Lindbergh. Uma discussão sobre o “lugar” do nacional na estratégia política da esquerda, de autoria do advogado Ricardo Gebrim, da Consulta Popular. Um panorama sobre o governo Pimentel, em entrevista concedida pelo deputado estadual petista Rogério Correia. Um primeiro ensaio sobre as eleições 2016, sob a responsabilidade de Adriano Oliveira, dirigente nacional do PT. Diversos textos de balanço do 5º Congresso Nacional do PT, com destaque para os de Monica Valente, Misa Boito e Maristela Mattos.

Também respeitando o que prometemos no editorial da primeira edição da *Esquerda Petista*, esta edição aborda temas variados, entre os quais o debate teórico sobre o capitalismo, feito por Francisco Xarão; uma análise demolidora de um certo showman tucano, feita pela professora Regina Helena; a crítica de João Augusto Neves à política de inclusão digital no governo Lula; as ameaças que pairam sobre a juventude e sobre o SUS, em textos de Bruno Elias e Ana Costa, respectivamente.

Na expectativa de sermos úteis para organizar a agenda política de nossos eleitores, indicamos o texto de Rodrigo César, sobre a agenda do próximo quadrimestre. E um mini-dossiê sobre a Frente Brasil Popular.

Para encerrar este editorial, reafirmamos a afirmação que está na capa desta edição: nem Levy, nem Renam, nem Cunha. A agenda do povo brasileiro é outra.

Durante vários anos, vivemos uma conjuntura marcada pelo crescimento econômico, geração de empregos, elevação dos salários e progresso nas políticas sociais. Nos últimos meses, entretanto, entramos num ambiente de recessão, desemprego, contenção salarial e corte nas políticas sociais.

A oposição de direita, o oligopólio da comunicação e o grande capital aproveitam-se deste ambiente para atacar a democracia, as classes trabalhadoras, as esquerdas e o governo.

Na direita há os que defendem publicamente soluções golpistas, pedem a volta dos militares e atentam contra sedes e dirigentes de esquerda.

Há, também, os que investem em mobilizações de massa, como fizeram -- com maior ou menor adesão-- em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto.

Há os que diuturnamente investem, através do institucional oligopólio da mídia e vitaminados por verbas públicas, na desmoralização das esquerdas e do governo junto a amplas camadas do povo.

Há, finalmente, os que utilizam sua presença nos diferentes níveis do aparato de Estado (judiciário, MP, polícias, legislativo e executivo) para sequestrar, sabotar ou até mesmo tentar impedir nosso governo, desmoralizar e inviabilizar política e legalmente a esquerda.

Diante da agressividade das diferentes frações da direita, as classes trabalhadoras, os setores populares, as forças democráticas e os partidos de esquerda não podem vacilar. A passividade equivale ao suicídio.

Mas para defender nosso governo das variadas formas de golpismo, para proteger as liberdades democráticas, para preservar a esquerda e os movimentos sociais, uma condição incontornável é reatar os compromissos com os setores democrático-populares que foram fundamentais para eleger Dilma presidenta no segundo turno de 2014.

E para reatar estes compromissos, é necessário mudar a política econômica, começando pela queda imediata e radical da taxa de juros; por suspender o contingenciamento e cortes, aplicando na íntegra o orçamento da União; pela fim da recessão e retomada do crescimento econômico, tendo como instrumentos chave os bancos públicos, a Petrobras e a reativação do setor da construção civil, com destaque para uma nova fase ampliada do programa Minha Casa Minha Vida.

Em resumo: realizar investimentos, deter e reverter a recessão, gerar empregos e recompor salários.

Este é o caminho para ganhar o apoio da maioria do povo em defesa das liberdades democráticas. Esta é condição essencial para derrotar as diversas direitas, inclusive as que se expressam através das “agendas” de Cunha e de Renan.

Foto: Marcos Adegas/ Fetam-CE



Manifestação em Fortaleza
20 de agosto 2015

Faz parte da “agenda Cunha” a terceirização, a redução da maioria penal, a constitucionalização do financiamento privado empresarial, a redução da idade mínima para o trabalho, e mais recentemente, a aprovação de um projeto de Lei que possibilita a criminalização das manifestações populares e dos movimentos sociais. Medidas que, em alguns lamentáveis casos, contaram com a passividade ou até mesmo a iniciativa e apoio de setores do governo e das bancadas parlamentares de esquerda.

A estes que claudicaram, lembramos por exemplo da chacina ocorrida em 13 de agosto, na Grande São Paulo, uma das muitas expressões do terrorismo de Estado e que recebe estímulo da pauta conservadora defendida por Cunha.

Quanto à “Agenda Renan”, dela faz parte um amontoado de propostas neoliberais que sugerem ou apontam para a retirada ou restrição de direitos sociais, direitos das classes trabalhadoras, previdenciários, indígenas e ambientais. Se fosse levada a termo, a “agenda Renan” equivaleria a rasgar tudo o que de progressista existe na Constituição de 1988. Equivaleria também a destruir o regime de partilha do Pré-Sal e destruir a CLT.

A “agenda” de que o país necessita é composta de outras medidas, tais como o imposto sobre grandes fortunas, a reforma política através de uma Constituinte exclusiva, a democratização da comunicação, as reformas agrária e urbana, quebrar o oligopólio financeiro, garantir o controle do Pré-Sal e verbas para educação, defender e ampliar o Sistema Único de Saúde, combater a corrupção de maneira não-seletiva e enfrentando todos os oligopólios empresariais que controlam a economia nacional.

Como sempre, os setores populares não podem ter nenhuma ilusão na postura da classe dominante, de seus políticos e de seus meios de comunicação.

Claro que há divergências entre eles.

Alguns preferem manter o governo sequestrado até 2018.

Outros gostariam de retomar imediatamente o controle total do governo federal. Para grande parte deles, qualquer caminho é bom, desde que permita atingir seus objetivos empresariais -- como reverter a lei da partilha, manter nas alturas a taxa de juros e mudar a política externa. Sem esquecer que para alguns líderes da direita, seu compromisso democrático -- como se viu no silêncio que mantiveram frente ao atentado à bomba contra o Instituto Lula -- varia de acordo com seus interesses imediatos.

Mas para além destas e de outras divergências, as diferentes frações da classe dominante, seus órgãos de comunicação e seus representantes políticos compartilham três objetivos: a) realinhar plenamente o Brasil com os interesses do imperialismo, b) reduzir os direitos econômicos sociais e políticos da classe trabalhadora, c) encerrar o ciclo de governos da esquerda.

Mais do que nunca, as classes trabalhadoras, os setores populares e democráticos devem confiar em suas próprias forças.

Por isto depositamos grandes esperanças e dedicamos toda força e energia nas grandes mobilizações de massa, no Encontro popular pela Constituinte do sistema político e na reunião de comunicação popular (4 de setembro, em Belo Horizonte), na Conferência Nacional da Frente Brasil Popular (dia 5 de setembro, também em BH) e no Grito dos Excluídos.

Por isto, também, devemos nos preparar para dar prosseguimento às mobilizações do mês de setembro, quando importantes categorias de trabalhadores estarão em campanha salarial.

Por fim, mas não menos importante, as classes trabalhadoras precisam defender suas lideranças, com destaque neste momento para o ex-presidente Lula e para Vagner Freitas, presidente nacional da CUT. Os ataques contra lideranças como eles são ataques contra a CUT, ao PT e às classes trabalhadoras. ☐

Os editores

DA GRINGOLÂNDIA ao novo Império do Mal

■ Igor Fuser

A estratégia de Brasília no cenário global não busca revolucionar as relações internacionais, nem regressar à velha aliança preferencial com os EUA. Como qualquer governo pragmático, trata de **aproveitar ao máximo as oportunidades**, onde quer que elas apareçam, jogando com o maior número de parceiros ao mesmo tempo

O estado atual das relações com os Estados Unidos – maior potência mundial sob todos os critérios possíveis e a única em condições de usar a força militar na defesa dos seus interesses em qualquer ponto do planeta – é o principal indicador do conteúdo da política externa de qualquer país. Isso vale também para o Brasil, cuja conduta na cena internacional se tornou foco das atenções, aqui dentro e no exterior, por ocasião da visita da presidenta Dilma Rousseff a Washington, onde se reuniu com o presidente estadunidense Barack Obama.

Muito se comentou sobre a espionagem eletrônica praticada pelos EUA contra o governo brasileiro e estatais como a Petrobras, episódio causador do cancelamento da visita de Dilma marcada para junho do ano passado. Agora, depois das desculpas de Obama (furadas, pois a espionagem continua a todo vapor, como revelou recentemente o WikiLeaks), o caso teria sido arquivado e “os dois maio-

res países do Hemisfério Ocidental” já poderiam retomar um relacionamento amigável. Tudo isso é baboseira para encher lingüiça no jornalismo superficial e burocrático que se pratica por aí. Conforme ponderou o professor José Luis Fiori em entrevista recente, o relativo esfriamento nas relações bilaterais tem muito a mais a ver com a nova posição de liderança que o Brasil vem assumindo na América do Sul e seu novo posicionamento no cenário mundial, de não alinhamento automático ao lado dos EUA, do que com um incidente de grampo clandestino considerado banal nas relações inter-estatais.

Entre as posições assumidas pelo Itamaraty que desagradaram Washington, Fiori menciona:

a) “o caso do silêncio político do Brasil frente à crise ucraniana, e frente ao bloco de aliados incondicionais, constituído pelos EUA, para pressionar o governo russo e fazê-lo recuar de suas reivindicações geopolíticas”;

b) “a posição crítica e a tomada de posição corajosa e sem precedente da diplomacia brasileira frente aos ataques de Israel à Faixa de Gaza, em julho/agosto de 2014”;

c) “a opção brasileira pelo fortalecimento do grupo BRICS, que ficou ainda mais visível na reunião do grupo, em Fortaleza, em 2014, e a aproximação promovida pelo Brasil entre o BRICS e a Unasul, durante esta mesma reunião”;

d) “a opção brasileira na compra de material bélico e na formação dos blocos empresariais para a exploração do pré-sal brasileiro, que não favoreceram os EUA, em nenhum dos dois casos”.

De fato, desde a primeira posse de Lula, a inserção internacional brasileira se caracteriza por uma autonomia maior que a exercida em qualquer período anterior da nossa história diplomática.

Com a política externa “ativa e alitiva”, na feliz definição do ex-chanceler Celso Amorim, o Brasil desafiou a Dou-

Roberto Stuckert Filho/PR



Presidenta Dilma Rousseff durante reunião da Cúpula Extraordinária da Unasul no Palácio do Governo. (Lima - Peru, 19/04/2013)

trina Monroe ao articular um processo de integração sul-americana com alicerces políticos e econômicos na própria região e com instituições próprias, articuladas ao redor da Unasul e do Mercosul.

Além dos episódios já mencionados por Fiori, a diplomacia da era petista contribuiu para a consolidação de um campo de governos progressistas com espaço para projetos nitidamente de esquerda (isto é, os bolivarianos: Venezuela, Bolívia e Equador). O Brasil repudiou os golpes da direita em Honduras e Paraguai e deu o pontapé decisivo para sepultar a Alca, encarada, com justa razão, como uma iniciativa neocolonial dos EUA.

Esses avanços, no entanto, tiveram como plataforma um cenário interno distinto do atual. Ocorreram sob o impulso de um longo período marcado pelo expressivo crescimento econômico, pela implantação bem-sucedida de políticas públicas voltadas para reduzir o “déficit social” e por altos índices de popularidade dos governos federais liderados pelo PT.

Hoje, em uma situação política e econômica adversa, tornou-se mais difícil manter uma postura externa tão pró-ativa. A política externa brasileira se vê sob

Um encontro Dilma-Obama, com o pano de fundo do Brasil em turbulência política, ofereceria a ocasião ideal para uma guinada à direita na diplomacia brasileira. Mas só se a presidenta estivesse disposta a isso – o que não foi o caso. Quem esperava um realinhamento de Brasília ao império estadunidense quebrou a cara

o fogo cerrado de atores internos que defendem uma volta do país ao seu passado de dependência e submissão, aproveitando-se do isolamento político da presidenta, da recessão econômica e da vulnerabilidade do PT às denúncias de corrupção.

Um encontro Dilma-Obama, com o pano de fundo do Brasil em turbulência política, ofereceria a ocasião ideal para uma guinada à direita na diplomacia brasileira. Mas só se a presidenta estivesse disposta a isso – o que não foi o caso, como os fatos demonstraram claramente. Quem esperava um realinhamento de Brasília ao império estadunidense quebrou a cara.

Dilma alcançou seus objetivos com a viagem a Washington, sem alterar o rumo da política internacional do Brasil. No plano doméstico, sempre mais importante do que o externo, a presidenta saiu fortalecida ao anular uma das principais críticas feitas ao seu governo e ao de Lula: a de que as gestões petistas seriam marcadas pelo “antiamericanismo”, o que levaria o Brasil a trocar, por motivos ideológicos, a relação privilegiada com os EUA por novos aliados, os demais integrantes dos BRICS e os governos bolivarianos.



Outra linha de ataque da oposição direitista, relacionada com a inserção internacional do país, insinuava uma situação de rebaixamento do Brasil na hierarquia das nações, por conta da crise econômica e dos escândalos de corrupção.

A recepção calorosa de Dilma na Casa Branca calou a boca desses vira-latas. Obama chegou a comprar briga com uma estúpida repórter da Rede Globo que provocou Dilma ao indagar como ela lida com o fato de os EUA enxergarem o Brasil apenas como uma força regional, e não global. O desaforo motivou a interferência do anfitrião, que tomou as dores de sua convidada ao ressaltar que o Brasil é potência global e não regional. Sem dúvida, um exagero, assim como Emir Sader também exagerou quando disse, em entrevista radiofônica à Rede Brasil Atual, que a visita foi “uma virada de página, estamos relançando o Brasil”. Mas o intelectual petista acertou em cheio ao afirmar: “Há uma campanha internacional, que é eco da campanha nacional, de degradar a imagem brasileira, inclusive do ponto de vista econômico. Então, a Dilma recoloca as perspectivas do Brasil como um lugar de investimento, com uma economia com capacidade de recuperação do seu dinamismo.”

As dificuldades domésticas do governo brasileiro não são, evidentemente, o único fator a ser levado em conta na avaliação da sua visita aos States. O Planalto elabora seus cálculos ponderando também as mudanças no cenário regional a partir do movimento de Washington em se reinserir no contexto latino-americano. Coloca na balança, ainda, o enfraquecimento do “progressismo”, com a crise política e econômica na Venezuela, o recuo do peronismo de esquerda (expresso na renúncia a indicar uma candidatura própria à sucessão de Cristina Kirchner) e, é claro, o roteiro de filme de terror em que se transformou o segundo mandato de Dilma. Os principais entre os líderes carismáticos da região (Chávez, Néstor, Mujica, Fidel, Lula) estão fora de cena, total ou parcialmente. Os analistas mais afoitos já falam em um “fim de ciclo” na América do Sul, sem apontar, contudo, qual é, então, o novo ciclo que supostamente estaria começando: a volta ao Consenso de Washington? Austeridade *à la* grega para todos? Só se for para arremessar um continente inteiro na guerra civil, o que não parece ser a intenção de qualquer um dotado de nível mental superior ao dos blogueiros da *Veja*.



VISITAS OFICIAIS: A partir do alto, Dilma em encontros bilaterais com o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang; com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama e com o presidente da Rússia, Vladimir Putin

Feita essa ressalva, é evidente a percepção, da parte do Planalto, de que vivemos um novo contexto, marcado pela retomada da iniciativa dos EUA na região e por uma correlação de forças que, se é menos favorável aos projetos de transformação social, tampouco sinaliza uma reversão radical das conquistas dos últimos quinze anos.

O Tio Sam volta a campo na América Latina pisando macio, consciente do desgaste causado por suas políticas fracassadas. A principal cartada é a reaproximação com Cuba, a partir do reconhecimento implícito de que, ao tentar isolar a ilha socialista do resto do continente, quem acabou marginalizado foi o imperialismo ianque, já que a anacrônica política de bloqueio econômico se tornou um entrave para as boas relações com a América Latina, inclusive o Brasil. “A eliminação desse entrave – explica o sociólogo Marcelo Zero – ajuda a abrir caminhos para uma retomada da histórica influência dos EUA na região.” O objetivo é destruir a integração regional, começando pelo ponto onde ela mais avançou – o Mercosul e sua união aduaneira.

Mesmo no embate (sempre feroz) com a Venezuela, a diplomacia de Obama ensaia uma distensão. Em parte, para diluir a má reputação dos EUA como a matriz de todos os golpismos. Em parte, talvez, por acreditar que as agruras do chavismo se tornaram tão dolorosas que um desenlace aceitável aos olhos de Washington já pode ser alcançado sem a sua intervenção direta.

A situação venezuelana é realmente preocupante, com o rombo nas contas públicas decorrente da queda dos preços do petróleo, a crônica escassez de produtos essenciais, altos níveis de inflação, descontrole cambial. Coroando tudo isso, verifica-se o inacreditável imobilismo do governo de Nicolás Maduro, incapaz

até agora de apontar um horizonte de solução, apesar da hegemonia chavista no Executivo, Legislativo, Judiciário, Forças Armadas e de uma base popular, fiel e mobilizada, de cerca de 20% dos venezuelanos, aparentemente dispostos a qualquer sacrifício na defesa da sua revolução. As eleições parlamentares de dezembro se aproximam e as chances da oposição são terrivelmente reais.

Venezuela, Cuba, Brasil – o governo Obama, sem dúvida, está mostrando um inesperado jogo de cintura na relação com parceiros complicados. Na raiz dessa inflexão, evidentemente, encontra-se uma estratégia de maior envergadura. Na terminologia da moda, está em prática o “smart power”, estilo do exercício do poder imperial que pode ser traduzido como “inteligente” ou “esperto”, conforme o gosto. A idéia-mestra é concentrar energia no embate principal, atenuando, na medida do possível, conflitos secundários, que sugam energia e recursos por anos, décadas a fio, sem perspectiva de um desfecho positivo. Por qual razão, exceto a subserviência canina ao lobby sionista, o confronto com o Irã – país periférico, sem capacidade de projeção de poder militar além das suas fronteiras – deveria permanecer como a estrela-guia da política estadunidense no Oriente Médio? Bem mais esperto, ou inteligente, é buscar um acordo com o regime dos aiatolás, como fez Obama, trocando as sanções adotadas sob o pretexto ridículo da bomba atômica xiita pela suculenta expectativa da abertura das reservas persas de petróleo e gás ao apetite voraz das novas Sete Irmãs. Essa parada Netanyahu perdeu.

Mais do que obter negócios lucrativos aqui ou ali, o que realmente importa para os EUA é levar adiante o macro-projeto formulado sobre os escombros do Muro de Berlim. Trata-se de perpetuar sua posição de supremacia unipolar, im-

pedindo o surgimento de qualquer nova potência autônoma capaz de exercer um papel de liderança, seja em âmbito regional, seja – principalmente – no cenário global. Isso é oficial. Faz parte do famoso relatório sobre o futuro da política externa que o sinistro Paul Wolfowitz (o “falcão entre os falcões” na corrida para a carnificina no Iraque) elaborou em 1991, quando trabalhava para o Pentágono, na gestão do George Bush pai. O documento vazou para o *New York Times*, foi desmentido e engavetado, mas suas diretrizes têm sido aplicadas, rigorosamente, por todos os mandatários que se seguiram, democratas ou republicanos.

Hoje o que no jargão maoísta seria chamado de inimigo principal tem nome e endereço: Vladimir Pútín, Moscou. É meta prioritária dos “donos do mundo” quebrar a espinha dorsal do renascido nacionalismo russo, maior obstáculo à hegemonia do imperialismo neoliberal estadunidense na Eurásia, essa imensa massa terrestre que os teóricos da geopolítica situam no centro da disputa por poder em escala planetária. Pouco a pouco, a Rússia pós-soviética passa a ser pintada, na rede de propaganda que se faz chamar de mídia, com as cores sombrias do “Império do Mal”, como o presidente Ronald Reagan denominou a URSS no tempo da Guerra Fria.

Enquanto isso, na América Latina, “a contraofensiva geoestratégica dos EUA passa pela tentativa de desarticulação da integração regional liderada pelo Brasil e pela limitação da influência da China e da Rússia na região”, segundo as palavras do sociólogo Marcelo Zero.

Uma cartada decisiva em dimensão global está sendo jogada na Ucrânia, que teve seu frágil equilíbrio rompido pelo golpe (disfarçado de insurreição democrática) em fevereiro de 2014, quando se iniciou a guerra civil. Se os ucrania-

nos pró-EUA recuperarem o controle do território, esmagando os rebeldes separatistas do leste, o passo seguinte será levar “revolução colorida” para as ruas e praças da Rússia, com a deposição de Pútín e a pilhagem dos recursos naturais do maior país do mundo pelos capitalistas do “Ocidente”, completando a privatária iniciada no reinado etílico de Bóris Yeltsin, na década de 1990.

Com uma das mãos dos EUA subjugando a Rússia e a outra no controle da torneirinha do petróleo do Oriente Médio (proeza já alcançada com as invasões do Iraque e da Líbia), mais os vassalos europeus devidamente enquadrados com o fim da tentação de uma aliança com Moscou e a ordem restabelecida no quintal latino-americano, o sucessor (ou sucessora) de Obama na Casa Branca poderá, finalmente, impor aos chineses as regras do “Novo Século Americano”, como um grupo de estrategistas de Washington definiu o projeto imperial da “América” para a nossa época. *Game over*, fim de jogo?

É com esse pano de fundo que a presidenta Dilma rumou para a reunião de cúpula dos BRICS em Ufá, na Rússia, mal tendo tempo de desfazer e refazer as malas após a visita à Gringolândia. O encontro representou um marco histórico no esforço de reformar o cenário financeiro mundial, com a adoção de medidas que tornam realidade concreta o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NDB) e o Arranjo de Contingente de Reservas (CRA), mecanismo financeiro dos BRICS para ajudar países em dificuldades.

O contrapeso que faltava para reequilibrar a inserção do Brasil após a visita de Dilma aos EUA apareceu logo depois do regresso de Dilma, com a visita do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, que trouxe na bagagem a promessa de

investimentos da ordem de 50 bilhões de dólares em novos projetos -- uma potencial oxigenação para a estagnada economia do país. Como afirmou Charles Tang, presidente da Câmara de Comércio Brasil-China, em entrevista à Agência France Presse, “a China está assumindo o necessário papel de investidor na América Latina e no Caribe, e o Brasil precisa desesperadamente de investimentos”.

Antes que alguém fale em imperialismo chinês substituindo a dominação estadunidense, é importante lembrar que a China nunca, em toda a sua história milenar, interveio nos assuntos internos de outro país, nunca promoveu golpes de Estado nem utilizou quaisquer recursos de poder para alterar as preferências políticas de nações estrangeiras. Os EUA têm mais de 800 bases militares no exterior e a China, nenhuma. Por outro lado, nada do que os chineses fazem é movido por generosidade ou internacionalismo proletário. O abraço chinês apareceu em boa hora, mas, se não tomarmos cuidado, também pode agravar problemas nacionais graves como a desindustrialização e o retrocesso rumo a uma economia primário-exportadora, o avesso de qualquer desenvolvimentismo.

Em resumo, a política externa brasileira vive dias agitados. Os mais movimentados desde que Dilma chegou à presidência, em 2010. Didaticamente, os fatos demonstraram qual é a estratégia de Brasília no cenário global.

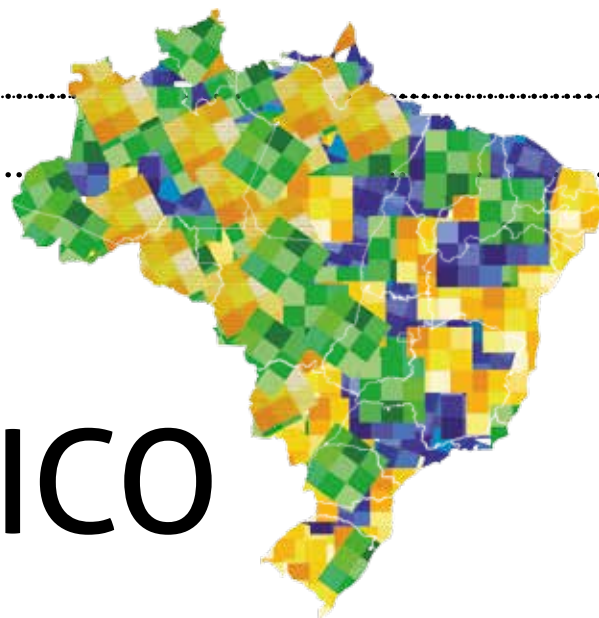
Não se trata de revolucionar as relações internacionais, nem de regressar aos velhos tempos da aliança preferencial com os Estados Unidos (esse é o projeto dos tucanos). O governo brasileiro não busca, tampouco, trocar a ligação com Washington por suas novas amizades no eixo Beijing-Moscou. Como qualquer governo pragmático, trata de aproveitar ao máximo as oportunidades, onde quer que elas apareçam, jogando com o maior número de parceiros ao mesmo tempo.

Mas não é só isso. Dilma e os demais formuladores de política externa continuam convencidos de que um mundo multipolar, e não a unipolaridade estadunidense, é mais conveniente aos objetivos do desenvolvimento, da autonomia e da conquista do lugar que os brasileiros, em geral, acham que merecem ter no panorama global. O governo também sabe que o Brasil tem um papel relevante a desempenhar nessa busca coletiva da multipolaridade que tem como principal símbolo os BRICS. Com crise ou sem crise. ■

IGOR FUSER é doutor em Ciência Política pela USP e professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC)



O Brasil em TRANSE HISTÓRICO



■ *Lindbergh Farias e Jaldes Meneses*

Já se passaram
oito meses do
segundo governo
da presidenta
Dilma Rousseff
e o programa
que foi vitorioso
nas urnas e nas
ruas contra Aécio
Neves e o PSDB,
principalmente
na economia, foi
arquivado



I. Os erros e acertos na política

O Brasil vive um momento de transe histórico. Já se passaram oito meses do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff e o programa que foi vitorioso nas urnas e nas ruas contra Aécio Neves e o PSDB, principalmente na economia, foi arquivado. O que era otimismo virou decepção e, como resultado, os sinais da correlação de forças se inverteram.

Ao contrário de muitos otimistas panglossianos no PT e na esquerda, prevíamos que as eleições de 2014 seriam difíceis. Desde as mobilizações de massas de junho de 2013, que reuniram circunstancialmente forças sociais heterogêneas e projetualmente conflitantes -- a exemplo da juventude do novo precariado e as classes médias tradicionais --, já estava claro, para quem se dispusesse a ver, que o período histórico iniciado com a vitória de Lula nas eleições de 2002, se quisesse continuar mudando o Brasil, teria, necessariamente, de dar novos passos à frente.

Até certo ponto, no auge das mobilizações de junho, a presidenta Dilma e o núcleo político do governo pressentiram a necessidade de reorientar à esquerda o nosso projeto, no pronunciamento público de rádio e televisão de 21 de junho, quando ela mencionou a urgência de uma reforma política “ampla, profunda” e que “amplie a participação popular”. Mas logo recuaram, pressionados pelo PMDB e consortes.

Já em plena campanha do ano passado, quando surgiram as bolhas de crescimento eleitoral de Marina Silva e depois de Aécio Neves, novamente o discurso popular de Dilma reapareceu em cena, neste caso desconstruindo as receitas “políticas de austeridade” produzidas por intelectuais como Armínio Fraga (Aécio) e Eduardo Giannetti (Marina) nos aparelhos privados de hegemonia da burguesia financeira.

Existe ainda alguma dúvida de que esse desmascaramento feito por nós, na campanha de televisão e nas ruas, das intenções subterrâneas de um hipotético governo de Aécio ou Marina (retorno das privatizações, independência do Banco Central, corte dos programas sociais etc.) foi decisivo para a nossa vitória?

Não foi à toa que a oposição, sentindo a nossa ofensiva e sem poder responder com sinceridade os nossos questionamentos

e denúncias dos objetivos programáticos antipopulares, partiu para o diversionismo, acusando-nos de “baixar o nível”. Desde quando falar a verdade é baixar o nível?

Tratar da campanha pela campanha, sem estabelecer as conexões e liames, significa pendurar a análise na epiderme dos fatos. Indo mais fundo na análise, muitas foram as transformações recentes, políticas e sociais, da sociedade brasileira no período de governos do PT no Executivo Nacional.

Em primeiro lugar, no âmbito das classes sociais, os vários segmentos da burguesia brasileira -- principalmente a industrial e agrária -- beneficiaram-se momentaneamente da explosão de consumo das classes populares e do boom internacional das commodities. Mas não só. Mesmo as burguesias bancária, rentista e financeira, devido à alavancagem dos investimentos em bolsa, o aumento do número de correntistas, o empréstimo consignado, entre outras medidas, foram, no mínimo, neutralizadas. Por seu turno, as burguesias regionais, como a de Pernambuco, beneficiaram-se das oportunidades de investimento do Estado.

Lula e Dilma fortaleceram o mercado interno, ampliaram o peso do sistema financeiro público, promoveram o aumento real do salário mínimo, asseguraram o nível de emprego, sustentaram os programas sociais, reduziram as desigualdades sociais e, ainda, fortaleceram todas as iniciativas voltadas para a construção de uma nova ordem internacional. O banco e o fundo de compensação dos BRICS são exemplares nesse sentido.

As classes populares também viveram um momento de emergência social. Até mesmo o surto grevista havido entre 2008 e 2012 e as negociações salariais entre trabalho e capital, que permitiram a massa salarial crescer, em típico conflito distributivo, devem ser vistos como sinto-

A fluência social dos pobres começou a incomodar setores da classe média tradicional, cuja renda cresceu, no período, em menor intensidade

mas de uma sociedade em processo contraditório de crescimento econômico.

Mas nem tudo eram flores. A fluência social dos pobres começou a incomodar setores da classe média tradicional, cuja renda cresceu, no período, em menor intensidade. Esse setor remediado começou a se descolar - já a partir de 2006, principalmente em São Paulo - da esquerda e do PT. Compensou a evasão de votos dos setores médios o fenômeno que André Singer, em *Os sentidos do lulismo*, chamou de “realinhamento eleitoral”, ocorrido nas eleições de 2006 e reiterado em 2010 e 2014 - os pobres votaram em massa em Lula e depois em Dilma.

Contribuiu sobremaneira para o deslocamento das classes médias as campanhas sistemáticas de mídia, de combate político e ideológico sem trégua ao PT, aproveitando as seguidas denúncias de corrupção.

Decerto, como quase sempre, as classes médias não se comportaram univocamente, além de serem regionalmente muito diferenciadas no Brasil. Uma parte, ainda expressiva, continuou com o PT e outra buscou abrigo em setores de crítica à esquerda aos governos de Lula e Dilma. Vale dizer: os setores médios da sociedade,

embora as condições atuais sejam difíceis, estão ainda em disputa e constitui um erro político grasso assimilá-las em bloco ao lado dos adversários.

A situação conjuntural na qual quase todas as classes, especialmente as do andar “de cima” e as do “de baixo”, ganham (fenômeno designado por Marco Aurélio Garcia de “ganha-ganha”) não poderia durar muitos anos nem render paz duradoura. Mesmo com os ganhos divididos desigualmente -- os de cima ganharam muito mais e os de baixo bem menos --, mesmo vantajoso para as classes dominantes, esse equilíbrio era instável. O capitalismo brasileiro é historicamente desigual e dependente, as fraturas de classes do arranjo social brasileiro persistiram e logo viriam cobrar a fatura.

Embora muito tenha sido feito, estivemos longe de afrontar os grandes dilemas históricos nacionais. Fizemos políticas sociais inclusivas de transferência de renda, de elevação do valor real do salário mínimo e expansão de vagas nas Universidades Federais e no ensino técnico, entre muitas outras. Entretanto, essas políticas sociais não vieram acompanhadas, como se dizia nos tempos do governo de João Goulart, de “reformas de base”, como a urbana, a agrária e do sistema financeiro. Construímos um processo de fluência social rico, complexo e contraditório, porém sem empenho para alterar as relações de força estruturais da sociedade.

Do ponto de vista político, o compromisso de classes do período Lula-Dilma foi operado por dentro do perverso sistema político tradicional brasileiro. O governo inovou, convocando a sociedade civil para parcerias, abrindo o Estado à participação dos movimentos sociais nos conselhos e conferências. Mas esse movimento foi limitado. Na outra ponta -- a sociedade política --, o sistema político institucional continuou operando através do chamado

“presidencialismo de coalizão”, funcionando como sempre, desde a assunção do “centrão” no governo Sarney, balcanizando e fatiando as estruturas do Estado. Ganhamos a Presidência da República por quatro vezes (e ainda estados e municípios importantes), aplicamos nos governos um programa socialmente inclusivo, ativamos o desenvolvimento econômico, mas não mexemos no sistema político, que continuou no essencial oligárquico, corrupto e conservador.

Os “donos do poder” continuaram mandando, ocupando os postos-chave nos estados, nos municípios e até mesmo no governo federal, feito Cavalos de Tróia. Essa contradição política começou a explodir na campanha de 2014 -- uma das mais radicalizadas da histórica da República -- e definitivamente, nos dias de hoje, a corda se rompeu.

Em suma, escolhemos, conscientemente, a política do compromisso e da menor resistência. No começo do segundo governo Dilma, somou-se a esses problemas e escolhas estratégicas, que já vinham de antes, o maior dos erros. Cedendo principalmente às chantagens do capital financeiro, adotou-se o programa econômico derrotado nas eleições, num pastiche mal feito e piorado da política econômica adotada por Antonio Palocci, logo no começo do primeiro governo Lula.

Sucedem que 2015 não é 2003. Em 2003, estávamos começando a jornada às voltas com a “herança maldita” do governo FHC, que deixou o salto de inflação elevada, reservas externas em baixa e juros estratosféricos. As condições políticas eram outras. Lula foi eleito, em segundo turno, com 62% dos votos, acachapando o candidato adversário, José Serra, e começou a governar rodeado de expectativa popular positiva, em torno de 80%. Já em 2015, por sua vez, a jornada já ancorava na décima terceira estação.



Lindbergh Farias, na tribuna do Senado: quem critica amigo é

Nesse sentido, era preciso ter percebido que as condições econômicas e políticas que permitiram a concretização da política adotada nos últimos 12 anos se esgotaram. No plano da economia internacional, para citar um elemento da maior importância, a realidade favorável passou a ser outra. A conjuntura internacional mudou para pior: o boom dos preços das commodities, verificado no período 2002-2011, puxado principalmente pela demanda da China, esgotou-se.

Nesse ponto, é importante registrar que a estratégia careceu de uma perspectiva mais ampla. Havia se disseminado em nossos arraiais uma crença ingênua, um senso comum rasteiro de que a política do ganha-ganha seria infinita. Foi eterna enquanto durou. Assim, não construímos um plano de ação de médio/longo prazos, que considerasse o acirramento da disputa de interesses de classe antagônicos.

Resultado: a reserva de capital político do governo evaporou-se em pouquíssimo tempo. A partir dessa evidente fragilidade, começaram uma série brutal de golpes contra o governo, o PT e a perspectiva histórica que representamos de transformação do país, contra os direitos dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos homossexuais, contra a soberania nacional e o controle das nossas riquezas naturais.

Essa ofensiva possui dimensões objetivas, com o ataque aos direitos, mas tem também dimensões subjetivas, com a tentativa de reduzir os mandatos do PT a casos de corrupção. Assim, assistimos a uma operação de desmoralização política e ideológica do PT, como forma de desconstituição simbólica de toda a esquerda brasileira.

De alguma maneira, essa investida é uma resposta aos êxitos, embora parciais, do nosso projeto, embora seja também fruto dos limites dos nossos governos.





Mais do que nunca
é verdadeira a
ideia de que **é
possível derrotar a
oposição de direita
se tivermos ajuda
do governo**, e que
é possível derrotar
momentaneamente
a oposição de
direita sem a
ajuda do governo.
No entanto, é
impossível impor
uma derrota
estratégica à direita
se o governo
dividir a esquerda e
alimentar a direita

Nos últimos 12 anos, houve uma inversão na lógica do desenvolvimento brasileiro em comparação com os governos neoliberais do PSDB, que desregulamentaram os mercados e debilitaram o Estado. O nosso governo conferiu maior centralidade ao papel do Estado, com foco na consolidação de um mercado interno de massas.

O Diretório Nacional do PT assinalou corretamente, em dezembro de 2014, que “além da quarta vitória eleitoral consecutiva – um fato inédito na história brasileira – podemos considerar um quinto êxito do nosso projeto. Foi a maneira como enfrentamos a crise de 2008, que se prolonga até hoje. Em contraste com as medidas de austeridade impostas pelo neoliberalismo na Europa e EUA, nossos governos não transferiram o ônus da crise dos rentistas para os trabalhadores e a população em geral”.

Lula e Dilma fortaleceram o mercado interno, ampliaram o peso do sistema financeiro público, promoveram o aumento real do salário mínimo, asseguraram o nível de emprego, sustentaram os programas sociais, reduziram as desigualdades sociais e, ainda, fortaleceram todas as iniciativas voltadas para a construção de uma nova ordem internacional.

Para manter as condições de o nosso projeto disputar a sociedade, é preciso reconhecer que, ao não politizarmos a sociedade, não travamos a luta ideológica e cultural que superasse a lógica meramente consumista da afluência social que nós mesmos ajudamos a produzir. Ao não enfraquecermos o poder das elites com reformas estruturais, facilitamos a pavimentação de um bloco de classes reacionário e antipopular que hoje se vê em condições de “acabar com essa raça”, como explicitou um ex-famoso político da direita, hoje recolhido ao ostracismo. Esse reconhecimento é necessário, porque reforça a necessidade de uma reorientação de rumos do governo e do PT.

Mais do que nunca é verdadeira a ideia de que é possível derrotar a oposição de direita se tivermos ajuda do governo, e que é possível derrotar momentaneamente a oposição de direita sem a ajuda do governo. No entanto, é impossível impor uma derrota estratégica à direita se o governo dividir a esquerda e alimentar a direita.

II. O Ajuste Fiscal.

É urgente o governo abandonar o programa dos derrotados e retomar o programa vitorioso na campanha de 2014, marcada por intensa polarização em torno do debate sobre a política econômica, o embate sobre a participação social, a reforma política, a democratização dos oligopólios da mídia e temas como o combate à homofobia.

A composição do governo e as primeiras medidas da equipe econômica tiveram como centro a implementação de um ajuste fiscal. O governo lançou mão de uma política econômica de austeridade, com medidas provisórias que retiram direitos trabalhistas e previdenciários, aumento da taxa de juros e cortes no orçamento.

Essas medidas desconsideraram que o modelo de política econômica conformado nos anos de 2006/2010 deu certo, embora tenha demonstrado seus limites. Portanto, deveria ser mantido e, ao mesmo tempo, aperfeiçoado. Era um modelo de estímulo ao consumo, ao investimento e de orientação de expectativas dos empresários e trabalhadores. Foi um período em que o modelo econômico produziu excelentes resultados sociais e fiscais.

Havia uma política fiscal anticíclica. A equipe econômica e o presidente Lula estimulavam os empresários ao investimento e as famílias ao consumo. Era um modelo que visava o crescimento econômico. No caso da economia brasileira, há um resultado muito conhecido que vem do crescimento: é o aumento do emprego com carteira assinada. E, além disso, é conhecido historicamente que o crescimento reduz o desemprego e melhora a situação orçamentária do governo.

Em 2006, teve início a política de valorização do salário mínimo; em 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (o PAC). 2009 foi o ano da crise financeira americana. Ao final de 2008, o governo anunciou a redução do superávit primário e aumentou os investimentos da Petrobras (em 2009, eles foram 22% maiores que em 2008). Em seguida, lançou o programa Minha Casa Minha Vida. O Banco Central reduziu os juros e o Tesouro fez aporte de recursos ao BNDES ao longo de 2009. E o presidente foi para a televisão estimular os brasileiros a não desistirem dos sonhos de uma máquina de lavar ou da reforma da casa. O Brasil soube enfrentar a crise internacional e saiu com poucos arranhões.

A economia entrou o ano de 2010 voando, com crescimento de 7,6%. O crescimento do investimento foi superior a 21%. A relação dívida pública/PIB

foi reduzida de mais de 60% (em 2002) para 39,2%. Foram gerados mais 2,8 milhões de empregos formais. Em relação ao ano de 2002, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 76%, a renda per capita cresceu 37,5% e o desemprego foi reduzido em quase 50%. O período que se encerra em 2010 gerou ganhos sociais advindos dos ganhos econômicos, ou seja, a geração de emprego e renda possibilitou a melhoria da vida de milhões de brasileiros.

Houve distribuição de renda. A vida do trabalhador e de sua família melhorou. O indivíduo desempregado e excluído mudou de vida. Milhões entraram no mercado de consumo, de serviços e de trabalho. As exigências a partir de então passaram a ser outras. O trabalhador teve acesso ao consumo e passou a almejar ser um cidadão pleno, isto é, ser incluído num sistema de bem-estar. Renda e emprego deveriam ser mantidos, mas agora as exigências eram também de acesso a um sistema público de saúde com qualidade, de educação formal gratuita com qualidade, de transporte barato e eficiente, com iluminação nas ruas, com coleta de lixo, com saneamento, segurança pública e acesso à água potável.

Esse era o grande desafio a partir de 2010. Portanto, mais investimentos públicos e mais políticas de articulação com governadores e prefeitos deveriam ter sido os objetivos do governo federal. Além disso, tal estratégia exigiria uma hábil política de enfrentamento aos interesses econômicos contrários. Diferentemente da etapa de crescimento com distribuição de renda (2006-2010), quando todos ganharam com a dinamização da economia, agora, mais saúde pública, estatal e de qualidade reduziria lucros dos empresários da área; mais educação pública de qualidade, em todos os níveis,

diminuiria o lucro dos donos de escolas privadas; transportes mais eficientes e baratos comprimiriam lucros das chamadas máfias dos ônibus urbanos; e assim sucessivamente.

O governo federal não fez essa opção. Não elaborou uma política de enfrentamento aos opositores de um sistema de bem-estar. Objetivou fazer mais do mesmo e apostar mais nas iniciativas do setor privado do que nas suas próprias políticas. Reduziu o investimento público e o investimento de estatais. Apostar no setor privado é correto. O equívoco foi não ter aperfeiçoado o modelo de 2009-2010 - o que significaria aprofundar o modelo de desenvolvimento -, ofertando, de forma ampla, equipamentos e serviços públicos de qualidade.

Todas as iniciativas, desde 2011, foram de reduzir custos empresariais. Foi reduzida a taxa de empréstimos do BNDES (a TJLP), houve redução de tarifas de energia elétrica, desoneração da folha de pagamentos e até a tentativa (positiva) de reduzir a taxa de juros Selic. Essa não vingou porque os empresários brasileiros também são rentistas e, em aliança com banqueiros, combateram tal medida que teve início em agosto de 2011. Até então, a política tinha sido de elevações sucessivas da taxa de juros Selic. Deve ser lembrado que o governo declarou no início de 2011 que reduziria o crescimento: elevou o superávit primário, fez contingenciamentos de recursos e elevou a taxa de juros Selic.

Deve-se destacar que as medidas contracionistas têm início em janeiro de 2011 e que a crise das dívidas europeias que afeta o mundo somente ocorre no 4º trimestre daquele ano. Portanto, a freada brusca que a economia brasileira sofreu em 2011 decorreu das políticas econômicas adotadas. A partir de 2012, a eco-

nomia estagnou. Era o resultado de um clima externo e interno negativo devido à perversa combinação do cenário internacional com as políticas internas paralisantes - que esperavam uma reação espontânea do setor privado. Era a velha e equivocada crença de que empresários investem quando seus custos são reduzidos. Mas, na verdade, eles investem quando esperam lucros maiores. Quando custos são menores e a economia não cresce, empresários simplesmente aumentam seus lucros. E esse foi o resumo do que ocorreu entre 2011-2014.

Em 2015, o governo perdeu o rumo do projeto de desenvolvimento, que tem como base o crescimento, a geração de emprego e renda. Optou por colocar em prática um programa de austeridade, fazendo uma brusca contração fiscal conjugada com algumas reformas estruturais. Durante anos, as finanças públicas têm mostrado solidez. Exceto no ano passado, em que houve um problema fiscal.

As causas do desequilíbrio fiscal de 2014 foram o baixo crescimento, as desonerações fiscais e as elevadas despesas com pagamento de juros. O déficit nominal (receitas menos despesas do governo) foi de 6,7% do PIB, mas só as despesas com juros alcançaram 6,1% do PIB -- ou mais de R\$ 300 bilhões. É necessário reorganizar as finanças públicas. Precisamos delas para combater as ameaças de desemprego, realizando investimentos públicos, e para fazer políticas sociais cada dia mais eficazes. Baixo desemprego e políticas públicas que promovem o bem-estar social são as bases do desenvolvimento de que precisamos.

A questão é: qual o caminho que devemos adotar? Paramos o país cortando gastos e elevando juros ou promovemos o crescimento? O primeiro caminho busca atingir o objetivo cortando despesas (e, contraditoriamente, elevando despesas



quando se aumentam os juros que remuneram a dívida pública). Já o segundo caminho deseja equilibrar as finanças públicas elevando as receitas resultantes da dinamização econômica. Além disso, sem crescimento não haverá desenvolvimento.

Não é uma questão de livre escolha diante de duas opções. O caminho do aperto fiscal e monetário, além de não equilibrar o orçamento, está promovendo um retrocesso econômico e social. A arrecadação está mais fraca. Os investimentos públicos e privados despencaram (contração de 7,8% em relação ao primeiro trimestre de 2014). O desemprego está aumentando e a formalização do trabalho caindo.

Os cortes anunciados de R\$ 70 bilhões atingem todos os ministérios e todas as áreas. Isso significa que todas as políticas sociais sofrerão cortes ou ficarão estagnadas. E, por outro lado, somente a política de elevação dos juros já tem custo superior a R\$ 150 bilhões. O resultado so-

bre o crescimento já está sendo previsto pelos mais diversos analistas: uma contração econômica em torno de 2% esse ano e recessão também em 2016. E o pior, apesar do ajuste ter sido feito para melhorar a situação fiscal, o déficit nominal acumulado nos últimos 12 meses subiu de 6,7 em dezembro para 7,9 em maio. Esse resultado é decorrente da queda da arrecadação devido à recessão e também do impacto fiscal da incompreensível política monetária. Isto leva as agências de rating a ameaçar rebaixar a nota do Brasil pela desaceleração econômica e pela piora do quadro fiscal. E há quem diga que Dilma escolheu Levy justamente para evitar essa decisão dessas agências -- desmoralizadas em todo o mundo -- de classificação de risco.

Só há uma saída: o crescimento da economia e a retomada do desenvolvimento. Contudo, há outra questão: como financiar o crescimento se as finanças públicas estão combalidas? De onde viriam



os recursos? Não é possível aumentar o déficit fiscal. Será preciso, então, reduzir a taxa de juros e arrecadar mais fazendo justiça tributária.

O sistema tributário brasileiro é injusto porque impõe sacrifício elevado para aqueles que têm rendas baixa ou média e alivia aqueles que têm altas rendas e são ricos, milionários ou até bilionários. Segundo estudo do IPEA (Instituto de Economia Aplicada, órgão do governo Federal), os 10% mais pobres destinam 32% das suas rendas para pagar impostos. Enquanto isso, os 10% mais ricos pagam somente 21%.

A grande injustiça começa pelo fato de que a maior parte da arrecadação vem de impostos cobrados quando compramos alguma mercadoria, seja um eletrodoméstico, seja um pacote de macarrão. No ato da compra, o pobre e o rico pagam o mesmo imposto. Embora o valor do imposto cobrado seja o mesmo, para o pobre essa cobrança representa sacrifício, para

o rico é uma cobrança nem percebida.

Apesar de percebermos a existência de grandes latifúndios, sítios com áreas enormes, apartamentos suntuosos, carros luxuosos, iates, helicópteros e jatinhos, a receita tributária advinda do patrimônio é de menos de 4% do total arrecadado. E os impostos sobre as rendas representam algo em torno de 18% da arrecadação tributária. Então, do total de impostos arrecadados, somente 22% vêm dos tributos cobrados sobre a renda e o patrimônio. E mais de 50% vêm dos impostos sobre o consumo e os serviços. Em países como o Canadá, o Reino Unido e os Estados Unidos, a soma dos impostos coletados sobre as rendas e o patrimônio é superior a 50% do total.

Devem contribuir com o equilíbrio fiscal aqueles que têm maior capacidade contributiva. O governo acertou quando aumentou a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos de 15 para 20%. Esse é o caminho – e não a retirada de

direitos sociais, trabalhistas e previdenciários (tais como fizeram as Medidas Provisórias 664 e 665).

No Brasil, lucros e dividendos não são tributados quando são transferidos aos donos das empresas. O empresário recebe seus ganhos e isso é considerado pela legislação atual como “rendimento não-tributável”. Jatinhos, iates e helicópteros não pagam IPVA. Multinacionais enviam lucros para o exterior e também não pagam nenhum imposto sobre essa movimentação. E a Constituição prevê a cobrança de imposto sobre grandes fortunas, mas até hoje não foi aprovada pelo Congresso Nacional.

A justiça tributária poderia começar já, antes de uma reforma, com a cobrança daqueles que comprovadamente devem impostos e não pagaram. Segundo a Procuradoria da Fazenda, são devidos ao governo federal R\$ 1 trilhão em impostos não pagos. Mas o governo federal consegue recuperar somente 1,3% desse montante ao ano.

Há fontes de financiamento para promover o crescimento, o reequilíbrio fiscal e o desenvolvimento, sem fazer um ajuste fiscal que jogará nossa economia na recessão. Basta escolher o caminho certo. E a escolha desse caminho é uma decisão política do governo, que não pode continuar atacando a própria base.

III. O que fazer?

Escrevemos este artigo depois da Convenção Nacional do PSDB e do espalhafatoso anúncio feito pelo deputado Eduardo Cunha, presidente da Câmara, de “rompimento” com o governo Dilma. Enfatizamos esses dois episódios para observar que, embora a crise seja econômica e se espraie pelo social, ela é essencialmente política e somente pela política encontraremos a porta de saída.



Os pronunciamentos na convenção do PSDB e os bastidores políticos em Brasília desenterram, no novo século, o fantasma -- pelo visto insepulto -- da velha tradição golpista brasileira, chaga permanente na história do século XX. No passado, os golpistas se comportavam como “vivandeiras de quartéis”, clamando pela intervenção militar. Por enquanto, os quartéis estão serenados.

Atualmente, trama-se um golpe de genealogia igualmente violenta, no entanto, aparentemente, mais “clean”. A natureza da tentativa de golpe em curso foi definida com precisão cirúrgica na importante Carta dos Governadores do Nordeste (Teresina, 17/07) como as três “vias tortuosas” da “judicialização da política [processo de impeachment com base na rejeição das contas do governo], da politização da justiça [cassação pelo

TSE dos diplomas de Dilma e Temer] ou da parlamentarização forçada [adoção de um regime parlamentarista, à maneira da solução desastrosa que permitiu a posse de Jango, em 1961].

É preciso dar nomes aos bois. Por trás das modalidades de golpe, estão equidistados os interesses, circunstancialmente distintos, de três lideranças da oposição: Aécio Neves (eleições já), José Serra (parlamentarismo) e Geraldo Alckmin (eleições em 2018). Esses tuca-nos são espécimes curiosos: de público, posam de Varões de Plutarco; nos bastidores, vendem a setores do PMDB e a outros partidos da “base” do governo a ideia de que Dilma foi omissa e leniente ao não controlar e dar “autonomia demais” à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Por enquanto, a circunstancial divisão de interesses dos adversários tem

retardado a execução imediata do golpe. Porém, não podemos (nem devemos) nos fiar apenas na imobilidade circunstancial dos adversários, enquanto eles não se acertam nas tratativas sujas. É preciso agir!

Vale observar que esses interesses não são meramente pessoais das lideranças da oposição de direita. Golpe não é somente conspiração, pressupõe a adesão de um bloco orgânico de forças sociais e um programa para “o dia seguinte”. Nesse sentido, do ponto de vista do programa econômico, as forças golpistas irão adotar o mesmo programa de Joaquim Levy. No entanto, do ponto de vista das conquistas das políticas sociais, dos direitos, da liberdade e democracia, a vitória do golpe significará um retrocesso sem par na vida brasileira.

A economia não está desvinculada da política. O governo precisa mudar na política econômica para sobreviver, **criando as condições objetivas para reorganizar a nossa base social**, que terá que se mobilizar para fazer o enfrentamento diante dos interesses do capital financeiro e das empresas multinacionais



Diante de tudo isso, o que fazer? Propomos três ações políticas combinadas, uma autêntica rota de navegação em mar revolto:

1.Reorientar a política econômica

A economia não está desvinculada da política. O governo precisa mudar na política econômica para sobreviver, criando as condições objetivas para reorganizar a nossa base social, que terá que se mobilizar para fazer o enfrentamento diante dos interesses do capital financeiro e das empresas multinacionais. O crescimento do desemprego, a queda da renda dos trabalhadores e o corte de programas sociais darão uma base de massas para as forças golpistas que articulam o impeachment da presidenta Dilma.

Além disso, deixarão neutralizadas as centrais sindicais, os movimentos populares e entidades estudantis que apoiam o nosso projeto, mas terão dificuldades para sair às ruas para defender um governo que implementa medidas contra os seus interesses.

É triste ter que admitir isso, mas Dilma dificilmente concluirá seu mandato se essa política econômica colocar o país num longo período de recessão que poderá se estender até 2017. Não há como sobrevivermos neste contexto. O ajuste não é um movimento tático do ministro Levy. É estratégico. Dilma e o governo têm que reagir, defender seu governo lançando medidas de estímulo ao crescimento, mudando o rumo para defender os empregos, os investimentos e as políticas sociais.

2.Apresentar um novo governo à Nação e reconstruir a base de apoio no Congresso

O sistema “Presidencialismo de Coalizão” vigente já se exauriu e, pior ainda, tenta sobreviver através do golpismo. Tendo em vista a gravidade da situação, Dilma precisa buscar forças na sociedade e apresentar um novo governo à Nação para enfrentar as várias crises. Este novo governo teria como epicentro a composição de um novo ministério de ampla respeitabilidade social e política, indo buscar personalidades representativas da sociedade civil, dos intelectuais, dos clérigos, dos movimentos sociais, dos trabalhadores e dos empresários. O novo ministério precisa, logo que empossado, de um programa claro e decidido de combate à crise. Ao mesmo tempo e no mesmo compasso, precisamos de uma base partidária coesa, menos dispersa e mais comprometida com o nosso programa e decidida

no apoio ao governo. Nos duros embates que se avizinham no Parlamento, o objetivo central é aglutinar uma espécie de base defensiva, em torno de 200 deputados, convictos em impedir, em nome da democracia e contra o golpismo, um processo de impeachment, bem como a aprovação de Projetos de Emendas Constitucionais que retirem direitos.

3.Construir uma Frente Popular

Os desafios postos pelo atual quadro da luta política impõem aos movimentos sociais, aos partidos políticos progressistas, às entidades estudantis, às denominações religiosas comprometidas com os direitos civis, aos coletivos de cultura e comunicação, aos intelectuais e artistas a construção de uma grande frente política, com a capacidade de galvanizar amplos segmentos da sociedade em torno de um programa de defesa da legalidade democrática e de enfrentamento ao golpe, mas, que seja também de aprofundamento das transformações e de reformas estruturais.

O segundo turno da eleição presidencial de 2014, antecedido das mobilizações sociais de 2013, mostrou, na prática, a necessidade da unidade do maior leque possível de forças progressistas, populares, nacionais e democráticas para evitar que a derrota do projeto em curso implique em retrocessos para o país. Diante das grandes chances de vitória de Aécio Neves, militantes dos partidos progressistas, das centrais sindicais, dos movimentos sociais e das entidades de estudantes, mulheres, negros e homossexuais, agentes de cultura e comunicadores arregaçaram as mangas para derrotar os tucanos e eleger Dilma. No final das contas, tiveram um papel decisivo, visto que o resultado final foi apertado.



Foto: Caroline Cavassa



A lição que precisamos tirar daquela eleição é que nenhuma força política no Brasil de hoje, isoladamente, tem capacidade, autoridade e legitimidade de enfrentar sozinha a ofensiva das forças neoliberais e a onda conservadora. Assim, com um espírito de unidade, de generosidade e firmeza para derrotar a direita, temos que construir uma frente popular, pactuar um programa de transformações estruturais e reorganizar as forças progressistas para a luta política.

Uma frente com incidência na luta política na atual conjuntura, mas que nas lutas e através do debate político se consolide como portadora de um projeto de transformação que seja uma referência para as organizações da classe trabalhadora. Essa articulação não pode se pautar simplesmente na disputa eleitoral-partidária. Bem mais além das eleições, precisa reunir as mais diferentes formas de organizações populares. Nesse sentido, devem integrar a frente tanto setores que defendem o governo Dilma quanto setores situados no campo da oposição de esquerda. O pacto de ação comum de todos nós é a unidade contra o golpe da direita e uma aglutinação em torno de um programa de defesa das conquistas dos trabalhadores e de uma pauta de reformas.

Um programa que tenha entre seus principais eixos a defesa dos direitos dos trabalhadores; a defesa da democracia e da legalidade democrática; a reorientação

da política econômica; a resistência frente a essa pauta conservadora que inclui temas como a redução da maioria penal, Estatuto da Família, Estatuto do Desarmamento; a defesa da soberania nacional, ameaçada por vários projetos que atacam o modelo de partilha e a condição da Petrobras de operadora única do pré-sal; a defesa das grandes reformas estruturais, para democratizar a política, o Judiciário, o Estado e os meios de comunicação, a reforma tributária, a reforma educacional, a reforma do sistema de saúde, a reforma agrária e a reforma urbana.

Os primeiros passos de construção da Frente Popular já foram dados. Várias reuniões têm acontecido, todas no clima de fraternidade que nossos valores comuns permitem. A mais importante decisão foi a de organizar uma grande Conferência Nacional, no dia 5 de setembro de 2015, em Belo Horizonte (MG), que vai definir um calendário de atividades, aprofundar as elaborações sobre a organização interna e o programa de resistência.

Nada disso é fácil de fazer. Mas precisamos fazer tudo isso. 

■ **LINDBERGH FARIAS** é Senador da República (PT-RJ).

■ **JALDES MENESES** é Professor Associado (História-UFPB).

OBS.: Este artigo foi escrito antes das manifestações de agosto e do lançamento da chamada "Agenda Brasil"

Com um espírito de unidade, de generosidade e firmeza para derrotar a direita, **temos que construir uma frente popular**, pactuar um programa de transformações estruturais e reorganizar as forças progressistas para a luta política

O LUGAR DO “NACIONAL” na luta política atual



■ Ricardo Gebrim

A Nação está na história e no imaginário. Ressurge na disputa do uso da bandeira nacional nos atos públicos, habilmente apropriada pela direita,

A mas seu real conteúdo está contido na efetiva soberania, tão ameaçada neste momento

As revoluções no século XX nos ensinaram que não há contradição entre a luta nacional e o internacionalismo em nosso continente. Nas palavras de Jorge Schafik Handal: “*não se pode atingir o socialismo senão pela via da revolução democrática anti-imperialista, mas também pouco se pode consumir a revolução democrática anti-imperialista sem atingir o socialismo. De maneira que entre ambas há uma ligação essencial indissolúvel, são facetas de uma única revolução e não duas revoluções*”.

Como a luta nacional vem se colocando, nos últimos anos em nosso processo político?

Em novembro deste ano, comemoraremos dez anos da derrota da proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Imensa conquista de nossa soberania numa luta em que se combinaram as ações dos movimentos sociais de todo o continente e os governos progressistas. Em Mar del Plata, os presidentes Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Luiz Inácio “Lula” da Silva, selaram,



num famoso aperto de mãos, o fracasso da mais pretensiosa ofensiva estadunidense de expandir seu projeto imperialista em nosso hemisfério, através de um “Tratado de Livre Comércio”.

Um símbolo claro que a situação se alterava em nosso continente. O fracasso da ALCA foi uma derrota para o permanente e estratégico objetivo dos Estados Unidos em promover a blindagem legal de normas de liberalização do comércio, das finanças e investimentos, dos serviços e de proteção à propriedade intelectual, em todos os países da América do Sul. Os tempos haviam mudado e os anos da “ofensiva neoliberal” da década de 90, enfrentavam um novo cenário com seguidas derrotas eleitorais.

Na América Latina, a Nação parece encontrar-se sempre em formação. Ganha força nos momentos em que afirma sua soberania e impõe derrotas ao projeto imperialista, comprovando que nos países oprimidos as lutas nacionais jamais se dissociam do caráter anti-imperialista. Eis porque derrotar a ALCA foi um fator decisivo para possibilitar e viabilizar o ciclo dos governos progressistas. Relembre-

mos que o imperialismo, historicamente, sempre buscou conter o avanço do desenvolvimentismo quando o mesmo ganhava o caráter de um projeto que sinalizava reformas estruturais e soberania econômica.

Um novo alento para as nações de nosso continente

Com processos históricos e correlações de força diferenciadas, as vitórias eleitorais da esquerda se produziram no rastro dos impactos sociais do neoliberalismo. As expectativas dos eleitores eram claras e impunham imediatas melhorias sociais, mas as condições para proporcioná-las eram bem restritas. Deixando de contar com as ferramentas econômicas que haviam assegurado o ciclo desenvolvimentista em décadas anteriores, restou apostar na expansão dos mercados internos de massa para assegurar o crescimento econômico, viabilizando, onde foi possível, alianças com frações da burguesia.

No Brasil, utilizando os índices de número de greves, apurados pelo DIEESE como um indicativo da capacidade de luta e organização do movimento operário, Lula foi eleito em 2002, no auge do descenso da luta da classe trabalhadora. Sem maioria parlamentar no Congresso Nacional, aprisionado numa legislação que blindou o neoliberalismo, com uma economia aprisionada no tripé: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal, suas margens políticas eram bem estreitas. É neste contexto que se conforma, na prática, uma frente neodesenvolvimentista de sustentação do governo, cuja meta-síntese se expressa no crescimento econômico e na distribuição de renda.

A capacidade dos setores burgueses imprimirem a direção política dessa “frente” ampliou-se neste contexto. Os governos petistas corresponderam às exigências desta burguesia interna com a po-

lítica de financiamento do BNDES, com a preferência para o produto local nas compras feitas pelo Estado e pelas empresas estatais, com a política externa Sul-Sul e, no primeiro Governo Dilma, com medidas protecionistas moderadas, como as efêmeras reduções na taxa básica de juros e no custo da energia. Desenvolveram uma política exterior exitosa que contribuiu na luta para superar os efeitos do neoliberalismo em nosso continente. Além disso, o aumento das exportações sul-americanas propiciou a acumulação de reservas cambiais e de receitas fiscais, facilitando o resgate de dívidas junto ao FMI, a ampliação da autonomia na gestão das políticas econômicas e a recuperação das importações intra-regionais. E o mais importante, proporcionaram a melhoria das condições de vida de imensas parcelas de nosso povo e a recomposição da capacidade de luta do proletariado.

Nas relações externas, merece destaque o papel ativo na articulação dos BRICS, que revelou-se a movimentação geopolítica de maior envergadura e papel estratégico, elevando as tensões com os EUA a um novo patamar.

O resultado de mais de uma década de passos em direção a uma política externa soberana combinado com avanços na qualidade de vida do povo, acarretou, inevitavelmente, a **reação imperialista e das classes dominantes**, como demonstram diversos momentos de nossa história



O resultado de mais de uma década de passos em direção a uma política externa soberana combinado com avanços na qualidade de vida do povo, acarretou, inevitavelmente, a reação imperialista e das classes dominantes, como demonstram diversos momentos de nossa história.

Os sinais de esgotamento e a ofensiva da direita

Assumindo o risco das simplificações, quatro erros principais, cometidos pelos dirigentes petistas que influíram nos rumos do governo, determinaram que uma experiência com tanto potencial chegasse aos impasses e limites atuais. O primeiro e principal erro político cometido pelos governos petistas que presidiram a “frente neodesenvolvimentista” foi a recusa em organizar as massas, em investir nas organizações populares e sindicais. Ao contrário de outras experiências latino-americanas, especialmente a da Venezuela, em todas as situações em que se abriram perspectivas de fortalecer os movimentos sociais e a organização popular os governos de Lula e de Dilma recusaram-se a bancar qualquer enfrentamento com as classes dominantes. Exemplo disso foi o emblemático conflito entre José Graziano da Silva e Frei Betto na coordenação do Programa “Fome Zero”. Enquanto o primeiro defendia o modelo que acabou predominando, a proposta de Frei Betto apontava para a organização popular de base. A escolha foi pelo que não gerava conflitos. O resultado é que hoje temos uma juventude beneficiada por programas de ensino como o ProUni que nem mesmo apóia outros programas como o Bolsa Família ou o Mais Médicos e vice versa. Isso foi decisivo, para que mesmo as massas que foram socialmente beneficiadas na última década, não percebam o papel do

governo, abrindo flancos para a disputa ideológica da direita e deixando de contar com uma base social mobilizável.

O segundo erro é a ausência de uma estratégia de superação, limitando-se a meramente administrar o Poder Executivo. Não se desenvolveu nenhuma estratégia para superar os limites políticos e econômicos herdados. Ainda que não tivesse a força institucional necessária para fazer reformas estruturais, deveria traçar um caminho, elegendo os enfrentamentos que poderiam ser construídos. Venezuela, Bolívia e Equador, em processos e correlações de força distintos, foram experiências que demonstraram que concessões econômicas inicialmente feitas ao capital financeiro e industrial possibilitaram exitosas conquistas de assembleias constituintes que promoveram decisivos avanços no sistema político. Um único alento produziu-se em junho de 2013. Ante a força das manifestações ocorridas em junho, a Presidenta Dilma apresentou a proposta de uma Constituinte Exclusiva do Sistema Político. A proposta, recuperada pelos movimentos sociais não vem sendo sustentada pelo governo.

O terceiro erro foi aceitar a lógica das doações empresariais. É certo que grande parte do avanço eleitoral obtido desde meados da década de 90 não seria possível sem este expediente. Certamente o ritmo de crescimento nas eleições seria outro, assim como os desafios. Porém, ao assumi-la, com a ingenuidade de que não seria criminalizado pelo que todos fazem, pagou não só o preço de cair na “vala comum” dos partidos da classe dominante, como possibilitou as brechas para um imaginário de decepção ser potencializado pela campanha midiática.

O quarto erro se materializa no descuido de desenvolver políticas capazes de atrair para sua base social os setores médios. Suas medidas sociais e políticas

não se voltaram para disputar essa significativa e influente parcela da população, construindo elementos que possibilitassem a aliança com o conjunto dos setores populares. Ao longo dos últimos 12 anos, tais setores assistiram a melhoria das condições de vida dos mais pobres e a grande acumulação de riqueza dos mais ricos. Profundamente influenciados ideologicamente pelo conservadorismo, alimentaram uma insatisfação difusa que possibilitou sua manipulação pelas forças de direita.

Desde 2013, foram surgindo elementos de uma ofensiva de direita e mudança no cenário político e econômico da década anterior. Uma crescente instabilidade e mesmo o esgotamento das bases políticas que possibilitaram a frente neodesenvolvimentista. Os setores burgueses, aliados do poder político desde 2002, mas que tiveram seu poderio econômico ampliado, voltam a se colocar na ofensiva, em aliança com setores reacionários nas forças armadas, grupos de ultra-direita, fundamentalismo religioso, conservadores no Judiciário e controladores da grande mídia.

O segundo Governo Dilma enfrenta um novo cenário. Eleita numa disputa renhida no segundo turno, com um discurso claramente desenvolvimentista, assume um ajuste fiscal recessivo, desde a data da posse, causando a imediata frustração de parte expressiva de seus eleitores. A ofensiva conservadora avança rapidamente, imprimindo uma declarada lógica de “sangramento”, alimentada pelo “Ajuste Fiscal” que gera uma erosão na base social de sustentação política do governo.

Fica cada vez mais evidente que esse cerco político forma parte de uma estratégia do imperialismo estadunidense que busca de todas as maneiras retomar suas posições no continente,

atuando na contraofensiva aos governos progressistas, que nos últimos 15 anos buscaram responder às aspirações de construção de Estados-Nações com maior grau de soberania política a partir de projetos antineoliberais.

O petróleo como alvo central

Dentre o conjunto de medidas dos governos de Lula e Dilma, aquela que foi mais decisiva para a soberania nacional e, simultaneamente, tocou na questão da propriedade foi a mudança no marco regulatório do petróleo. Evidente que tal ousadia não permaneceria impune.

As descobertas do pré-sal representam um volume de riqueza várias vezes maior que o PIB do Brasil. Calcula-se que as áreas com petróleo possam ir de Santa Catarina ao Espírito Santo. Assegurar tal riqueza de forma soberana é a maior decisão sobre nosso futuro. Recordemos que até 2006, a perspectiva de reservas de petróleo para o país era para 19 anos com o investimento e aposta na Petrobrás, a perspectiva subiu para 178 anos. Mudou totalmente a visão histórica em relação à produção e a auto-suficiência do país.

É cada vez mais nítido que, por trás da Operação Lava-Jato, o objetivo é desmoralizar a Petrobras e as empresas estatais, de modo a criar as condições para privatizá-las. Diversas denúncias já evidenciaram a conexão do “Movimento Brasil Livre”, um dos principais articuladores da campanha pelo Impeachment de Dilma com a Oscip “Estudantes pela Liberdade”, filial brasileira do “Students for Liberty”, uma organização financiada pelos irmãos Koch, proprietários das “Koch Industries” cujas as principais atividades estão ligadas à exploração de óleo e gás, oleodutos, refinação e produção de produtos químicos derivados e fertilizantes.

Já em 2010, o *Wikileaks* denunciava as ligações entre o atual senador José Serra (PSDB-SP) e as petrolíferas privadas para entregar o pré-sal às multinacionais. Não é casual seu projeto de retirar a Petrobras da condição de operadora única.

Honduras, Paraguai, Líbia, Síria e Ucrânia mostram o amplo leque de construção do golpismo no século XXI. A estratégia é aproveitar as contradições domésticas do país, os problemas internos, a fim de agravá-los, gerar turbulência e caos até derrubar o governo sem recorrer a tradicionais golpes militares. Em nosso hemisfério os objetivos estadunidenses, além da apropriação das riquezas do pré-sal, se voltam para esvaziar as articulações dos BRICS e a incorporação do Brasil e a Argentina, que são as duas principais economias industriais da América do Sul, ao conjunto de áreas de livre comércio bilaterais.

Nação e Projeto Popular

A Nação está na história e no imaginário. Ressurge na disputa do uso da bandeira nacional nos atos públicos, habilmente apropriada pela direita, mas seu real conteúdo está contido na efetiva soberania, tão ameaçada neste momento. Vencemos, momentaneamente a ALCA, dez anos atrás, mas estamos diante da possibilidade de uma profunda derrota que comprometerá não só as perspectivas populares mas nosso próprio futuro.

Enfrentar um cerco político, meramente na defensiva é derrota certa. É preciso construir uma saída política que enfrente o cerco onde ele é mais frágil - o desmoralizado sistema político. Precisamos seguir “firme no leme”, propagando e agitando a proposta da Constituinte Exclusiva do Sistema Política em todos os momentos.

É possível combinar a luta social e institucional para forçar o governo Dilma a romper com a lógica do “ajuste fiscal” e retomar seus compromissos desenvolvimentistas? Temos força para sustentar este processo? Temos tempo, diante de um cerco que se fecha com tanta rapidez? Seremos capazes de pautar novamente a questão da Constituinte, como alternativa concreta e resposta política ao cerco? Essas são as interrogações que se colocam para o conjunto das forças populares que compreendem que as consequências de uma derrota não recairão apenas no governo ou no PT.

Nação ou não-nação? Caio Prado Júnior nos ensinou que todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido” histórico. Em nosso caso, nascemos colônia e nosso sentido de futuro tem sido dado pela capacidade de transformarmos aquela “não-nação” original em uma nação. Essa “idéia-força” adquire um significado especial na atual fase da vida brasileira, quando enfrentamos uma poderosa ofensiva reacionária.

O programa nacional, democrático e popular inspirou e orientou a formulação da maior parte da esquerda brasileira ao longo de século XX. Suas questões centrais, presentes tanto na “Programa da Aliança Nacional Libertadora de 1934”, quanto no “Programa Democrático Popular do PT de 1987”, seguem vigentes, pautando as grandes mudanças estruturais necessárias.

A tarefa é construir a unidade das forças democráticas e populares, não só para barrar a ofensiva da direita, mas para exigir a retomada do desenvolvimento e avançar num Projeto Popular. ■

RICARDO GEBRIM é advogado e dirigente da Consulta Popular

OPERAÇÃO PIRACEMA



■ Jandyra Uehara

A CUT segue na piracema, subindo o rio contra a correnteza, no fio da navalha, **enfrentando as contradições na luta em defesa da democracia**, ao mesmo tempo em que se opõe à política econômica do governo, ao ajuste fiscal, aos cortes no orçamento nas áreas sociais

Escrevo este artigo às vésperas de 20 de agosto, dia em que a CUT participará de mais uma manifestação pela democracia e contra a política econômica do governo Dilma, contra os ajustes fiscais e a elevação da taxa básica de juros (SELIC).

No início de dezembro de 2014, na reunião da direção nacional da CUT, já era grande a preocupação do conjunto das forças políticas que atuam na Central com as sucessivas ações e manifestações da direita de que não aceitaria o resultado das urnas e que lançaria mão de todo tipo de ardis para destituir o governo Dilma. Preocupação que se estendia também às crescentes sinalizações de concessões por parte do Governo às forças políticas da direita, tanto na formação do novo ministério, quanto nos principais pontos programáticos que diferenciaram a candidatura petista das candidaturas de Marina Silva no primeiro turno e do tucano, especialmente no segundo turno.

Naquela ocasião a CUT decidiu “Mobilizar as entidades CUTistas para um grande



Foto: Vanessa Barboza

ato político no dia 1º de janeiro, por ocasião da posse da presidenta Dilma Rousseff. A manifestação em Brasília tem como objetivo, além de comemorar a vitória obtida nas urnas, defender o projeto da classe trabalhadora, a democracia e repudiar as ameaças de desestabilizar o novo governo e a soberania da vontade popular manifestada nas urnas. A manifestação servirá também para reafirmar ao novo governo a necessidade e a urgência de implementação do projeto político vitorioso nas últimas eleições e de dar respostas concretas às propostas contidas na Plataforma da CUT.”

Mas, há oito meses era ainda imaginável o quanto os rumos erráticos do Governo e o definhamento político do PT facilitaria o fortalecimento da direita e do conservadorismo e o agravamento e a aceleração da crise política, econômica e social que se abate sobre o país.

Não há que se minimizar a ofensiva da direita, apoiada pela grande mídia, que entra diuturnamente em todos os ambientes com campanha direcionada contra o PT e o governo; apoiada por setores do grande capital associados a interesses do imperialismo no Brasil e na América Latina; apoiada por ações do MPF, da Polícia Federal e do Judiciário que atuam de forma seletiva; direita apoiada e fortalecida pela ação do Congresso mais conservador desde a ditadura militar sob o comando oposicionista e sabotador do presidente da Câmara dos Deputados.

Neste ambiente em que se destroem cotidianamente as simbologias e significações construídas pelas organizações da classe trabalhadora e da esquerda, crescem as manifestações mais assombrosas de ódio, intolerância, de disseminação da violência e de idéias antidemocráticas, que atingem não somente o PT, mas todas as organizações do movimento social e de esquerda, inclusive aqueles que têm a ilusão infantil de que poderiam se firmar como alternativa à esquerda nesta conjuntura.

O Governo Dilma, mesmo com uma guinada neoliberal e recessiva de fazer inveja ao PSDB, continua sendo um entrave para setores do grande capital, para quem os ajustes não são suficientes, para quem é preciso varrer da política brasileira qualquer possibilidade do PT continuar no governo após 2018, e se for possível acabar já com este interregno na história conservadora do país. E para isto, não é suficiente acabar com o Governo Dilma, é preciso principalmente destruir Lula, o PT, o movimento sindical combativo e os movimentos sociais.

O fortalecimento da direita, ao retrocesso na política econômica com ajuste fiscal e a edição das MPs 664 e 665 atacando direitos dos trabalhadores e principalmente das trabalhadoras – as mulheres por suas condições de salário, trabalho são as mais atingidas pelas medidas do governo - criou ainda o ambiente propício para o desarquivamento do PL 4330, o maior ataque à CLT e à regulamentação do trabalho no Brasil, ampliando indiscriminadamente a terceirização.

A CUT reagiu à altura combatendo sem trégua o PL 4330, com mobilizações massivas, paralisações e a indicação de uma greve geral. Aprovado na Câmara, a lei de maior interesse do atrasado empresariado brasileiro encontra-se no Senado, presidido pela “Agenda Renan”.

Articuladas a luta pela democracia com a defesa dos direitos e contra a política econômica do governo, as manifestações do dia 13 de março, as paralisações do Dia Nacional de Luta em 15 de Abril, o 1º de Maio, as mobilizações do dia 29 de Maio e 20 de julho em frente ao Ministério da Fazenda, além de outras inúmeras ocupações das ruas com manifestações, greves massivas a exemplo da Volkswagen, dos professores de São Paulo e do Paraná, bem como a Marcha das Margaridas e a reunião dos movimentos sociais com a presidenta Dilma mostram a disposição

de luta da classe trabalhadora. Que não pode ser arrefecida com a desesperança, com a falta de perspectiva e de um projeto concreto de sociedade que valha a pena defender aqui e agora.

É preciso reconhecer que amplos setores da classe trabalhadora estão avessos, descontentes e muito próximos à aversão ao Governo e ao PT. É preciso reconhecer que, mantida a situação atual, a CUT e os movimentos sociais terão cada dia menos condições de mobilizar a classe trabalhadora em nome de um projeto de avanços políticos e sociais que fica num passado cada vez mais distante e que não se conecta com o presente e muito menos com o futuro.

A reconquista da confiança política da maioria da classe trabalhadora é pré-condição para qualquer tática que vise barrar o avanço da direita, o retrocesso e a retomada de uma trajetória que possa levar ao avanço de um projeto de desenvolvimento democrático e popular. E para isto é preciso, em primeiro lugar, mudar imediatamente a política econômica do governo, retomando o programa vencedor nas urnas em 2014, emitindo decisões claras de retomada do crescimento econômico, combate ao desemprego e à queda dos níveis de salário e renda, investimentos em políticas para o bem estar social.

A maioria do PT, que em seu 5º Congresso realizado em junho, rejeitou por 60% a 40%, proposta de mudança na política econômica do governo baseada no Manifesto dos Sindicalistas Petistas e Cutistas, construído em consenso por todas as correntes cutistas que compõem a executiva nacional da CUT, dando provas de que não se deu conta da gravidade da crise e demonstrando incapacidade de ação, de autocritica dos seus erros e de direção política.

A CUT segue na piracema, subindo o rio contra a correnteza, no fio da navalha, enfrentando as contradições na luta em

A CUT reagiu à altura combatendo sem trégua o PL 4330, com mobilizações massivas e paralisações

defesa da democracia, ao mesmo tempo em que se opõe à política econômica do governo, ao ajuste fiscal, aos cortes no orçamento nas áreas sociais. Para a CUT, mudar a política econômica dirigida pelo ministro Levy é fundamental e se articula diretamente com a defesa da democracia, que para a classe trabalhadora não é uma abstração, é a expressão concreta de avanços políticos, sociais e econômicos.

No segundo semestre de 2015, haverá um acirramento da situação com as campanhas salariais de importantes categorias do setor privado e das estatais: bancários, metalúrgicos, químicos, petroleiros e outros, num ambiente de negociação desfavorável, e desemprego crescente atingindo todas as categorias do setor privado. No primeiro semestre o percentual de negociações com reajuste salarial acima da inflação diminuíram em cerca de 14%, enquanto as negociações com reajuste igual a inflação cresceram 6% e aquelas que sequer repuseram o INPC cresceram 8% em relação a 2014.

Também no segundo semestre temos o 12º Concut, com a aprovação das resoluções nacionais e a eleição da nova direção e executiva nacional. Portanto, ainda em meio a um processo em que se pretende uma forte articulação dos debates congressuais com as lutas e mobilizações para fortalecer a capacidade de intervenção da classe trabalhadora organizada e dos movimentos sociais na luta de classes que se acirra de forma acelerada no nosso país.



Mas, para além de resoluções combativas, o 12º Concut será realmente exitoso se todo o processo de lutas feito até lá, tenha colaborado para arrastar o governo e o PT ao reencontro com a classe, com seu programa, com a sua missão fundadora. A CUT está colocando de forma incansável e combativa os seus melhores esforços e energias para a mobilização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras nas ruas, para a elaboração de alternativa à atual política econômica, e para a construção de uma frente popular para atuar unitariamente em defesa da democracia, dos direitos da classe trabalhadora e da soberania nacional.

Mesmo que sejamos vitoriosos na conjuntura imediata, certamente continuaremos a lutar em tempos difíceis e desafiadores, em que para sair da defensiva será preciso construir outra estratégia o que na CUT significa articular as lutas cotidianas, com a luta por reformas estruturais e pelo socialismo.

Para isto, como já afirmamos em outros escritos, “será necessário construir um horizonte estratégico que vá além do “pacto pelo crescimento econômico com distribuição de renda”, será é preciso articular a luta por reformas estruturais com o questionamento do capitalismo, fortale-

cendo e elevando o nível da consciência de classe, orientando politicamente os trabalhadores no sentido de seus interesses históricos”.

Para a construção outra estratégia será fundamental enfrentar o engessamento, a burocratização e a despolitização no movimento sindical. Politizar a disputa das entidades sindicais, tendo sempre como objetivo elevar o nível de consciência da massa trabalhadora. Será preciso defender a mais ampla democracia no movimento sindical, particularmente no interior da CUT e dos sindicatos filiados. Essa democracia precisará se materializar na existência de organizações por local de trabalho; de conselhos de representantes nos sindicatos; da transparência nos processos eleitorais; do aprimoramento das convenções no campo da CUT e da luta por mudanças na arcaica estrutura sindical brasileira, atrelada e dependente do Estado. 

 **JANDYRA UEHARA** é dirigente nacional da CUT



FRENTE BRASIL POPULAR

O lançamento desta quarta edição da revista *Esquerda Petista* coincide com a realização da **Conferência Nacional Popular em defesa da democracia e por uma nova política econômica**. Esperamos, tão logo passada a Conferência, publicar seus resultados numa segunda impressão de *Esquerda Petista*. Mas publicamos, de imediato, dois documentos produzidos pelos que convocam a Conferência: o Manifesto Brasil 2015 e a Convocatória da Conferência Nacional Popular.



MANIFESTO BRASIL 2015

Nós, militantes de movimentos populares, sindicais, pastorais e partidos políticos, manifestamos o que segue:

1. Não aceitaremos a quebra da legalidade democrática, sob que pretexto for.

2. O povo brasileiro foi às urnas e escolheu, para um mandato de quatro anos, a presidenta da República, 27 governadores de estado, os deputados e deputadas que compõem a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas, assim como elegeu para um mandato de 8 anos 1/3 do Senado Federal. Os inconformados com o resultado das eleições ou com as ações dos mandatos recém-nomeados têm todo o direito de fazer oposição, manifestar-se e lançar mão de todos os recursos previstos em lei. Mas consideramos inaceitável e nos insurgimos contra as reiteradas tentativas de setores da oposição e do oligopólio da mídia, que buscam criar, através de procedimentos ilegais, pretextos artificiais para a interrupção da legalidade democrática.

3. O povo brasileiro escolheu, em 1993, manter o presidencialismo. Desde então, a relação entre o presidente da República e o Congresso Nacional já passou por diversas fases. Mas nunca se viu o que se está vendo agora: a tentativa, por parte do presidente da Câmara dos Deputados, às vezes em conluio com o presidente do Senado, de usurpar os poderes presidenciais e impor, ao país, uma pauta conservadora que não foi a vitoriosa nas eleições de 2014. Contra esta maioria eventual que no momento prevalece no Congresso Nacional – disposta a aprovar uma reforma política conservadora, a redução da maioria penal, a violação da CLT via aprovação do PL 4330, a alteração na Lei da Partilha, dentre tantas outras medidas – convocamos o povo brasileiro a manifestar-se, a pressionar os legisladores, para que respeitem os direitos das verdadeiras maiorias, a democracia, os direitos sociais, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, os direitos humanos, os direitos das mulheres, da juventude, dos negros e negras, dos LGBTT, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, o direito ao bem-estar, ao desenvolvimento e à soberania nacional.

4. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece a separação e o equilíbrio entre os poderes. Os poderes Executivo e Legislativo são submetidos regularmente ao crivo popular. Mas só recentemente o poder Judiciário começou a experimentar formas ainda muito tímidas de supervisão, e basicamente pelos seus próprios integrantes. E esta supervisão vem demonstrando o que todos sabíamos desde há muito: a corrupção, o nepotismo, a arbitrariedade

e os altos salários são pragas que também afetam o Poder Judiciário, assim como o Ministério Público. O mais grave, contudo, é a disposição que setores do Judiciário e do Ministério Público vem crescentemente demonstrando, de querer substituir o papel dos outros poderes, assumir papel de Polícia e desrespeitar a Constituição. Convocamos todos os setores democráticos a reafirmar as liberdades constitucionais básicas, entre as quais a de que ninguém será considerado culpado sem devido julgamento: justiça sim, justiceiros não!

5. A Constituição Brasileira de 1988 proíbe a existência de monopólios na Comunicação. Apesar disto, os meios de comunicação no Brasil são controlados por um oligopólio. Contra este pequeno número de empresas de natureza familiar, que corrompe e distorce cotidianamente a verdade, a serviço dos seus interesses políticos e empresariais, chamamos os setores democráticos e populares a lutar em defesa da Lei da Mídia Democrática, que garanta a verdadeira liberdade de expressão, de comunicação e de imprensa.

6. Um consórcio entre forças políticas conservadoras, o oligopólio da mídia, setores do judiciário e da Polícia trabalha para quebrar a legalidade democrática. Aproveitam-se para isto de erros cometidos por setores democráticos e populares, entre os quais aqueles cometidos pelo governo federal. Os que assinam este Manifesto não confundem as coisas: estamos na linha de frente da luta por mudanças profundas no país, por outra política econômica, contra o ajuste fiscal e contra a corrupção. E por isto mesmo não aceitaremos nenhuma quebra da legalidade.

7. Concluímos manifestando nossa total solidariedade à luta do povo grego por soberania, democracia e bem-estar, contra as imposições do capital financeiro transnacional.

Em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras!

Em defesa dos direitos sociais do povo brasileiro!

Em defesa da democracia!

Em defesa da soberania nacional!

Em defesa das reformas estruturais e populares!

Em defesa da integração latino-americana!

Brasil, 1 de julho de 2015

CONVOCATÓRIA

CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR EM DEFESA DA DEMOCRACIA E POR UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

5 de setembro de 2015 - das 9h às 20h - Assembleia Legislativa de Minas Gerais - Belo Horizonte

Reunidos no dia 10 de agosto de 2015, militantes de movimentos populares, sindicais, da juventude, negros e negras, mulheres, LGBT, pastorais e partidos políticos, intelectuais, religiosos e artistas reafirmamos a necessidade de derrotar a ofensiva das forças conservadoras e golpistas, propor outra política econômica, para caminhar em direção à transformações estruturais.

Para tanto, precisamos disputar a sociedade e as ruas e por isso é necessário construir uma frente popular e mobilizar a sociedade, incentivando as mobilizações da Marcha das Margaridas, de 20 de agosto em todo o país, o Grito dos Excluídos de 7 de setembro e inúmeras outras iniciativas que estão em curso nos estados.

A ofensiva das forças conservadoras assume diversas formas, entre elas a tentativa de derrubar, sabotar e também impor ao governo o programa dos que foram derrotados nas eleições presidenciais de 2014, seja com um programa de ajuste que gera desemprego e recessão, seja com uma “agenda Brasil” que destrói os direitos inscritos na Constituição de 1988, ou no exemplo da lei supostamente antiterrorismo cujo alvo real é a mobilização social.

Para derrotar as forças conservadoras, defender as liberdades democráticas e os direitos, implementar outra política econômica e reformas estruturais, é preciso mobilizar e organizar os setores populares em torno de uma plataforma política mínima, que em nossa opinião deve conter os seguintes pontos:



1. Defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: lutar por melhorias das condições de vida do povo, o que envolve emprego, renda, moradia, educação, terra, transporte público etc. Criticar e fazer ações de massa contra todas as medidas de política econômica e “ajuste fiscal” que retirem direitos dos trabalhadores e que impeçam o desenvolvimento com distribuição de renda.

2. Defesa dos direitos sociais do povo brasileiro: lutar contra a redução da maioria penal, contra o extermínio da juventude pobre das periferias, pela ampliação dos direitos sociais que estão ameaçados pela campanha da mídia burguesa e por iniciativas conservadores no congresso.

3. Defesa da democracia: não aceitar nenhuma tentativa de golpe e retrocesso nas liberdades. Para ampliar a democracia e fazer reformas mais profundas, avançar na luta pela reforma política, pela reforma do poder judiciário, dos meios de comunicação de massa e da cultura. ➡

A Conferência debaterá e aprovará, **consensualmente** e sem votação, sua posição acerca de cada um dos seis pontos programáticos e também sobre a organização da própria Frente Popular



Contatos e sugestões:
frentebrasilpopular2015@gmail.com

⇒ 4. Defesa da soberania nacional: o povo é o verdadeiro dono do petróleo, do pré-sal e das riquezas naturais. Impedir a entrega de nosso petróleo às transnacionais. Lutar contra a transferência de bilhões de dólares ao exterior, de forma legal pelas empresas ou ilegal, por contas secretas (vide caso do HSBC).

5. Lutar por reformas estruturais e populares como a reforma política, urbana, agrária, tributária, educacional etc., entre outras propostas detalhadas no documento unitário construído pelos movimentos populares em agosto de 2014.

6. Defesa dos processos de integração latino-americana em curso, como Unasul, Celac, Mercosul e integração popular, que estão sendo atacados pelas forças do capital internacional.

Convidamos a todas e a todos que se identifiquem com esta plataforma mínima da Frente Brasil Popular – cidadãos e cidadãs, militantes de movimentos populares, sindicais, pastorais e partidos políticos, intelectuais, religiosos e artistas -- a estar presentes na Conferência Nacional Popular em defesa da democracia e por uma nova política econômica.

Esperamos que os militantes organizem caravanas de todos os estados e o mais representativa possível de todos os movimentos populares e formas de organização de nosso povo.

A Conferência debaterá e aprovará, consensualmente e sem votação, sua posição acerca de cada um dos seis pontos programáticos e também sobre a organização da própria Frente Popular.

Ao final da Conferência, realizaremos um grande ato político em defesa da democracia, por uma nova política econômica e aprovaremos um Manifesto à Nação de lançamento da Frente Brasil Popular.

Compareça!!!

Em defesa da democracia e de outra política econômica!!!

Essa convocatória é firmada por militantes que atuam nos mais diferentes espaços organizativos do povo brasileiro, como: CUT, CTB, MST, Via campestina, MPA, MMC, MAB, MAM, MCP, FUP (Federação Única dos Petroleiros), CONEN, UNE, Levante Popular da Juventude, FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), Consulta Popular, Marcha Mundial das Mulheres, Rede de Médicas/os Populares, Associação de Juizes pela Democracia, RENAP, SENGE-Rio, Sindicato de Professores, Metalúrgicos do RS, Pastorais Sociais, igrejas, Central de Movimentos Populares-CMP; parlamentares e dirigentes de diversos partidos e correntes partidárias, entre os quais o PT, o PCdoB, o PSB e o PDT. Também participam diversos intelectuais e jornalistas que atuam em diferentes espaços da mídia popular e que compartilham desse esforço.

DIREITO OU PRIVILÉGIO?

■ Ana Maria Costa

O

A ausência de alternativas vigorosas e o acirramento das contradições impostas atualmente à efetivação do direito universal à saúde conduzem para a irreversibilidade da **mercantilização e financeirização da saúde**

mercado da saúde tomou conta do Brasil se transformando em poder político e financeiro e vem destituindo o direito universal à saúde que é constitucional com a anuência e ajuda dos trabalhadores e da sociedade. Com essa afirmação procuraremos nesse texto desenvolver argumentos em defesa das bases da reforma sanitária, da saúde como direito universal e do papel que tem no projeto de desenvolvimento nacional. Para isso analisaremos a conquista do direito à saúde no plano legal e a situação atual da saúde no Brasil para finalizar com algumas propostas ao debate.

Nos anos setenta ocorreu uma sucessão de crises na saúde com a exclusão de enorme parcela da população da assistência médica previdenciária associada a corrupção que induziu a gestação de um projeto do campo da esquerda para a mudança na saúde no Brasil. Em 1979 o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) apresentou o documento “Democracia e Saúde” em defesa do direito universal à saúde e da responsabilidade do Estado no seu provimento, articulando a luta pela saúde à luta pela democracia e pelo novo Estado a ser reconstruído depois dos anos de chumbo da ditadura militar. Com essa agenda política se organiza o “Movimento da Reforma Sanitária”, integrado por forças do espectro político de esquerda, que, em comum, reivindicavam por democracia, por direitos e por políticas sociais de corte universalista inspiradas nos modelos bem-sucedidos da socialdemocracia europeia





É preciso ressaltar que a Política de Proteção e Seguridade Social-- articulando saúde, previdência e assistência social -- aprovada pelos nossos constituintes e constante de nossa Carta deriva de uma **base conceitual e política de uma sociedade solidária** que, para ser operacionalizada conta com distintas faixas de contribuintes para que todos, de forma indistinta, possam usufruir

ou dos países socialistas que ainda não viviam sua desarticulação.

A mobilização social em torno da demanda por uma política universal de saúde não persistiu como força política ampla para, no período subsequente, dar sustentação às conquistas realizadas no processo constituinte. Esta sustentação seria fundamental na consolidação do direito à saúde na sua dimensão ampliada associada ao conjunto das políticas para garantir qualidade de vida e particularmente, na consolidação do sistema criado para dar consequência a esse direito no plano da assistência que é o Sistema Único de Saúde (SUS).

O movimento sindical, revigorado no final dos anos setenta e ao longo dos oitenta, mesmo defendendo a tese dos direitos e das políticas sociais sintonizadas com o campo da esquerda mundial, não incorpora a agenda universalista na sua prática, encaminhando para o mercado sua pauta relativa à busca de soluções para a assistência médica ao mundo sindical.

A janela de oportunidade originou da onda de mobilização por democracia, direitos e políticas universalistas ocorrida logo no início da nova democracia nacional, ganhou força e conquistou espaço na concepção das políticas de proteção social que fundamenta o capítulo da Seguridade Social da Constituição de 1988. Naquela altura o

Movimento Sanitário teve protagonismo na formulação do texto constitucional que definiu sob a denominação de Seguridade Social, o “conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

É preciso ressaltar que a Política de Proteção e Seguridade Social-- articulando saúde, previdência e assistência social -- aprovada pelos nossos constituintes e constante de nossa Carta deriva de uma base conceitual e política de uma sociedade solidária que, para ser operacionalizada conta com distintas faixas de contribuintes para que todos, de forma indistinta, possam usufruir. Esse tecido de sociedade solidária é essencial na democracia e no desenvolvimento social.

Vale a pena ao momento presente, relembrar os objetivos para a Seguridade constantes no texto constitucional: a universalidade da cobertura e do atendimento; a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; a irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; a diversidade da base de financiamento; e o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores,





dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

E nessa matriz que daria as bases para o novo Estado brasileiro, a Constituição definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Artigo 196, CF).

A ambiguidade das Leis Ordinárias da Saúde (Leis 8080 e 8142) que foram aprovadas sob o governo de Collor, contaminam as conquistas e são marcadas pelas contradições ao projeto da saúde. O SUS -- que era para ser universal e abarcar todos os recursos de saúde -- é reduzido em seu Artigo 4º apenas ao “conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público...”.

A iniciativa privada, cuja liberdade de atuação é garantida pelo Art. 199 da Constituição, só é abarcada pelo SUS na prestação suplementar de serviços ao mesmo (§ 2º do Art. 4º, Lei 8080). Nesse corredor nebuloso prosperam e são incentivados os arranjos inteiramente privados e, no nascedouro desaparece o caráter de único do sistema, que daria protagonismo aos interesses públicos e coletivos sobre a saúde.

Assim é que mesmo mantido na Constituição, a efetivação do direito à saúde tem sido turbulenta e vem ocorrendo em um cenário complexo e cada vez mais agressivo de jogos de interesses que vem transformando saúde, doença e procedimentos médicos em mercadoria, em um negócio cada vez mais arriscado para a saúde, pois é movido pelos interesses nada humanistas que o mercado determina e pratica.

É importante analisar as distintas conjunturas que submeteram a saúde ao

lugar que hoje ocupa no país, mas é ainda fundamental analisar as consequências a curto e médio prazo que esse modelo terá sobre as condições de vida e de saúde da população brasileira.

Diversos estudiosos concordam que o neoliberalismo no Brasil se inicia no governo Collor e segue nos governos Itamar Franco e FHC (1990-2002); ocorrendo uma fase de transição no primeiro governo Lula (2003-2007). Para a saúde recém-inscrita como direito universal, Collor deu o tom neoliberal que irá marcar a forma de tratamento conferido à saúde daí por diante, enaltecendo um discurso e fazendo o contrário ou seja, em um movimento de opções contraditórias: por exemplo, valoriza os méritos da descentralização e do “controle social” e de outro, aprofunda-se a subtração de recursos da saúde.

Essa subtração, iniciada com Collor mas mantida por todos os governos subsequentes que até o presente momento não garante recursos suficientes para a saúde produz o fenômeno do subfinanciamento do SUS. Esta condição tem como consequência a baixa qualidade do SUS gerando insegurança da população quanto ao atendimento prestado e teve como resultado indireto o crescimento dos planos e seguros de saúde, que de acordo a última Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 já cobre 60 milhões de beneficiários.

Logo no início da década de 2000, o sistema de saúde brasileiro que era para ser único encontrava-se fraturado em dois. De um lado, para ricos e remediados, um modelo anárquico dominado pelo mercado, com a assistência médica predominantemente privada, com regras de concorrência predatórias, sem nenhum programa de qualidade associado e com quebra de cobertura nas doenças crônicas e na velhice, que só tiveram regulação ainda que precária, com a aprovação

em 1998 da lei 9656. Do outro lado, um sistema para os pobres, o Sistema Único de Saúde (SUS), fragmentado, múltiplo, descentralizado com escassa coordenação e articulação, sub-remunerado, com ênfase nas prestações médico-assistenciais sem definição de prioridades, orientado pela oferta de serviços.

Com a eleição de Lula ao cargo de presidente do país por meio de uma coalizão de partidos políticos, hegemonicamente de centro-esquerda, elevou as expectativas em relação às políticas sociais, incluindo a esperança de aproximação da política de saúde ao projeto da reforma sanitária. Essa esperança não prosperou e nessa fase ampliou ainda mais a presença das seguradoras de saúde e esse mercado se fortaleceu mais ainda.

Lula investiu nos diversos programas e políticas de redistribuição de renda que, a despeito dos benefícios e impactos sobre a saúde e a educação, foram oportunas e saudadas pelo ideário liberal pois operaram positivamente em relação ao mercado e ao consumo, especialmente ao serem agregadas às mudanças realizadas no salário mínimo e redução de impostos sobre cesta básica. Entretanto as contradições mostram que o jogo é mesmo complexo: Lula emprestou sua popularidade e prestígio junto à sociedade para incentivar a previdência complementar privada e promover reformas restritivas no sistema previdenciário.

Ao final do primeiro governo Lula prevalece a sensação de que, a despeito da crise econômica de 2008 o país consegue avançar na estrutura social. Mas esse feito não resulta na consolidação de novo patamar de desenvolvimento econômico que requereria maior tempo e a presença de mudanças na estrutura produtiva e no emprego, ou seja, nas relações entre o capital e o trabalho. Nesse contexto, a mobilidade das classes sociais permaneceu

A despeito da saúde integrar a seguridade social e ocupar a condição de direito social universal, na última década, às custas do crescimento do gasto privado das famílias e não em virtude do investimento e gasto públicos, o setor da saúde passa a comparecer de forma mais robusta no PIB brasileiro

obstruída no que diz respeito à ascensão da classe média, como expressão da luta das classes. Nessa conjuntura de ampliação do emprego e do consumo sem melhorias do sistema público de saúde, cresce a demanda por planos empresariais de saúde que hoje constitui a maioria do mercado.

Claro que não começou com o governo Lula o fortalecimento do setor empresarial dos planos de saúde privados no país, mas esse modelo foi favorecido pelo caminho de desenvolvimento que herdou e que adotou. O padrão de desempenho econômico desses setores de mercado aliado à precariedade da assistência à saúde oferecida pelo SUS ressalta numa sociedade cujo ideário político e de direitos é manipulado pelas classes dominantes, ou seja, a ideia de que os serviços públicos são e serão sempre de baixa qualidade e que o mercado é a garantia da qualidade em assistência médica.

Existe uma ausência de ideários e valores genuínos na sociedade nacional associado aos direitos sociais e à solidariedade o que se reflete em uma certa unanimidade quanto a crença de que política social é para pobres. Esta mesma sociedade que sem apropriar da conquista que obteve com a Constituição, de forma passiva vem assistindo ao desmonte institucional, orçamentário e conceitual da Seguridade Social.

A despeito da saúde integrar a seguridade social e ocupar a condição de direito social universal, na última década, às custas do crescimento do gasto privado das famílias e não em virtude do investimento e gasto públicos, o setor da saúde passa a comparecer de forma mais robusta no Produto Interno Bruto (PIB). A dimensão do gasto das famílias com a saúde é de 57 por cento do gasto total em saúde em 2009 e está distribuído de forma equiparada entre o gasto com medicamentos e aquele com planos privados de saúde mostrando a importância desse mercado no contexto nacional.

A renúncia fiscal, ou seja, o tributo que o governo deixa de arrecadar com os gastos privados em saúde, opera como incentivo para que trabalhadores e população em geral gastem com serviços e planos privados de saúde. Claro que a população é estimulada a buscar recursos assistenciais privados em saúde também por que não confiam no SUS para resolver de forma oportuna e com qualidade os seus problemas de saúde, remetendo àquela ideia estabelecida de que os serviços públicos são ruins.

Enquanto o SUS não for um sistema de qualidade e de fácil acesso para todos, a população não confiará nele. Mas para isso precisa de recursos. O montante estimado da renúncia fiscal não é desprezível e esse recurso se aplicado no SUS faria diferença.



Por cima de tudo, o SUS gasta com a população segurada por planos privados, particularmente no atendimento de emergências, doenças crônicas e tratamentos caros que os planos rejeitam pagar. Mesmo sendo legal e o governo ter empenhado no ressarcimento aos cofres públicos, estamos muito distantes de receber todo o gasto de volta. Assim o seguro lucra duas vezes: com o que recebe do segurado e com o que deixa de gastar com o atendimento feito pelo SUS.

Mas o setor privado da saúde que hoje conta com forte presença do capital financeiro, não cresce sozinho, pois conta com a generosa ajuda das políticas econômicas e fiscais articuladas com concessão de benefícios e tributos que, aliada à frágil regulação, tornam a privatização da saúde um problema bem mais complexo e grave.

Para analisar o fenômeno é fundamental retomar que ocorreu no país uma clara mudança de status das empresas privadas de assistência médica ao longo dos anos oitenta e noventa, refletindo uma tendência internacional que localizava espaço para o mercado e o lucro no fracasso dos serviços públicos, delineando o bom cenário futuro de investimento para o novo mercado para a saúde.

Essa alavancagem no Brasil compreendeu uma estratégia sintonizada de mudanças do regime de subsídios diretos para o de políticas fiscais de incentivos de demanda e de oferta, que protegeram as empresas na crise de recessão econômica do final dos anos noventa.

Essa engrenagem permitiu ganhar a adesão de empregadores e empregados e, de forma perversa, se estabelece uma conjugação de bases do financiamento e incentivos oriundas do fundo público, modelando uma assistência fragmentada e estratificada na sociedade e no interior das próprias empresas. Nesse caso, pesquisadores já mostram que as segurado-



ras oferecem distintos padrões de coberturas e cobram distintos valores por tipos de procedimentos por diferentes planos que são adquiridos de acordo ao status sócio-operacional dos empregados.

De fato, o que vem ocorrendo desde os governos dos anos noventa até os tempos do início do segundo governo Dilma, passando pelos dois governos de Lula, é que o país vem sendo submetido a políticas econômicas com explícito favorecimento aos interesses do capital financeiro que privilegia juros altos, câmbio apreciado, crescimento da dívida interna e superávits primários que favoreceram o mundo das finanças inclusive no empresariamento da saúde.

De acordo com o Balanço Geral da União, em 2013, enquanto a fatia do gasto orçamentário federal destinado para a saúde foi de 6,0 por cento, para o pagamento de juros e encargos da dívida e para a amortização dessa dívida foram gastos 18,3 por cento.

O chamado neodesenvolvimentismo

do segundo governo Lula e, menos caracterizado e desgastado, do primeiro governo Dilma, vem sendo fortemente atacado e desconstruído pelas forças conservadoras da sociedade, incluindo aquelas que sustentam a coalizão política desses governos.

Mesmo sem promover as mudanças estruturantes sobre a produção, o mercado e o trabalho, o Brasil com Lula conquistou avanços em relação ao modelo anterior essencialmente liberal de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, apesar de manterem preservados os interesses do capital, esses governos, particularmente o segundo governo Dilma, sofrem pressões que os tornam igualmente obedientes aos interesses que se impõem hegemônicos para o país. O governo é alvo, entre outras coisas, pelas ameaças que representa a ruptura da polaridade do capital pela aliança que promove e inclui o país com os países do BRICS.

Nesse espaço de fragilidade política e dos governos sustentados apenas pelas políticas de redistribuição de renda que

Somente nessa
legislatura
iniciada em 2015,
um conjunto de
medidas tem
sido propostas e
muitas já votadas
que significam
**enormes
retrocessos**
quanto ao direito
à saúde

marcaram o populismo e fortaleceram o carisma de Lula e no seu primeiro mandato, a imagem da austeridade gerencial de Dilma, foi possível ao governo agravar ainda mais o subfinanciamento federal da saúde pública, tornando-se tão grave e ameaçando a subsistência do SUS como um sistema universal e público de saúde.

Por outro lado, crescendo mais que o conjunto da economia do país, o mercado de seguradoras e planos de saúde vem se fortalecendo no cenário econômico e político no Brasil e hoje é um dos maiores financiadores das campanhas eleitorais no país. A cada eleição aumentam os investimentos realizados e o número de políticos financiados, incluindo candidatos aos poderes Legislativo e Executivo. E com isso ampliam poder e garantem suas pautas no Congresso Nacional e no Poder Executivo.

O atual sistema eleitoral é corrompido, diretamente e através do financiamento empresarial das campanhas eleitorais. O capital que tem aliança clássica com os

governos, por esse caminho, captura ainda mais o Estado e garante maiores transferências para si no que poderíamos chamar da apropriação de uma mais valia coletiva, em outras palavras, subsídios à acumulação privada, seja através do favorecimento a planos de saúde, de benefícios a fundos de investimento na saúde, da abertura ao capital estrangeiro, ou de ataques às parcerias de desenvolvimento produtivo com estímulo e preferência de compra às empresas sediadas no país.

As recentes iniciativas da nova legislatura do Congresso Nacional dão mostra do poder do financiador sobre parlamentares. Somente nessa legislatura iniciada em 2015, um conjunto de medidas tem sido propostas e muitas já votadas que significam enormes retrocessos quanto ao direito à saúde. De fato a forma e rapidez que vêm atuando estes parlamentares têm dado mostra da urgência que almejam implementar as mudanças que lhes favoreçam.

No final da legislatura passada, nas vésperas dos festejos de final do ano, autorizaram a entrada de capital estrangeiro para exploração de serviços de assistência à saúde, antes proibidas pela lei a partir do entendimento de incompatibilidade de interesses em relação ao sistema público universal (Art. 142 da Lei 13.097). Igualmente, já nesse ano, colocou em pauta uma PEC que baseada no princípio do direito universal a saúde, opta pela obrigatoriedade de fornecimento pelos empregadores, de planos privados de saúde a todos os empregados. Essa pauta que em última instância aposta no extermínio do SUS, tem potencial de receber a adesão de importantes setores sindicais enquanto os empregadores e o governo já se mostraram contrários a ela.

Agravando o cenário ainda em 2015, o Congresso e o Governo alteraram a vinculação do piso do orçamento setorial à

variação nominal do produto interno bruto para uma proporção de apropriação das receitas correntes líquidas em proporção inferior às demandas do setor (que reclamava a destinação de 10 por cento das receitas brutas da União para a Saúde¹) através de emenda constitucional.

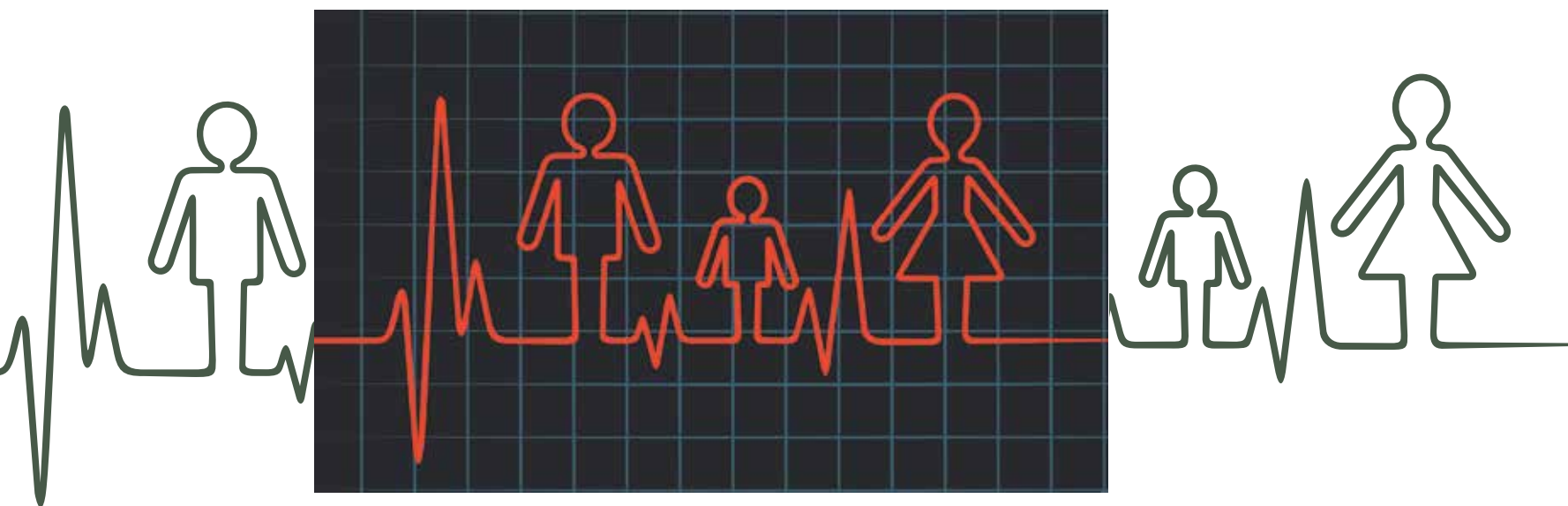
A ausência de alternativas vigorosas e o acirramento das contradições impostas atualmente à efetivação do direito universal à saúde conduzem para a irreversibilidade da mercantilização e financeirização da saúde, aproximando o Brasil do modelo americano, excludente e deficiente para os pobres, tecnológico, sofisticado e resolutivo para os que podem pagar.

A parcela da população que tem seguro privado associado ao emprego sabe que, ao perder o vínculo do emprego ou com a aposentadoria, não conseguirá seguir pagando plano de saúde cujo preço aumenta com a idade. E isso ocorre justamente na fase da velhice, quando as pessoas mais precisam de atendimentos e serviços de saúde, o recurso que resta a elas é o SUS. Portanto, defender a consolidação do SUS é uma questão de consciência política em relação aos direitos sociais, de cidadania. Trata-se de um processo longo de incorporação dessa consciência que já está em curso no Brasil.

Os setores econômicos devem incorporar a concepção de que saúde não é gasto, mas investimento. É desenvolvimento não apenas no que acarreta para a condição de vida, mas no campo da prestação de serviços, do emprego, no mercado e na indústria no desenvolvimento e incorporação tecnológica

O Brasil investe poucos recursos públicos para a saúde em relação a todo o mundo, a países mais pobres e sem sistema público universal. O SUS não tem financiamento suficiente e com o ajuste fis-

¹ Movimento Saúde + 10 em www.saudemaisdez.org.br



cal reduziu ainda mais. Entretanto o Brasil continua gastando um volume muito grande de recursos públicos com o pagamento de juros e encargos da dívida (10%) e amortização da dívida (8%) contra apenas 6% para a saúde. Ainda temos a DRU que desvinculara agora, se aprovada, até 30 % dos recursos da saúde a depender das necessidades “prioritárias” do governo. O SUS precisa de recursos, adequados e vinculados, para que se consolide como o sistema de saúde tal como previsto.

Os objetivos setoriais da saúde universal e de qualidade e associadas ao SUS deparam com barreiras e contradições no interior do próprio modelo de Estado, sociedade e de desenvolvimento do País.

O ajuste fiscal adotado pelo Brasil em 2015 abriga o risco de colocar o país em um ciclo vicioso, em que o corte de gastos reduz ainda mais o crescimento o que, por sua vez, diminui a arrecadação e exige mais cortes de gastos para cumprir a meta fiscal. Pode ser o fim do ciclo das políticas sociais inclusivas e estruturantes. Como mostra o caso europeu, esse caminho é longo o suficiente para reverter conquistas sociais mesmo que consolidadas como os sistemas de proteção social daqueles países.

O crescimento sustentado pelo segundo governo Dilma está baseado na recuperação da confiança dos agentes investidores para fazer a economia voltar a investir e crescer excluindo fontes de incentivo ao investimento em um cenário de recessão onde é baixa a expectativa de demanda e lucro.

Supondo que o ajuste tenha como sentido a readequação do modelo de desenvolvimento brasileiro, o mesmo é questionável em relação ao custo que estas medidas terão para a população desde a redução de salários reais, gerada pelo aumento do desemprego e da inflação como na retração do papel do Estado e dos bancos públicos. Sob o atual cenário, as bases do chamado neodesenvolvimentismo do governo Lula estão desaparecendo para darem lugar à receita clássica liberal de desenvolvimento, a um elevado custo político para o país.

Da mesma forma, o Congresso começa a produzir leis que restringem direitos trabalhistas, ajustadas aos interesses liberais e de alta repercussão e impacto para o sistema de saúde, onde salários e direitos representam custos, reduzem a competitividade e oneram a produção. Enquanto isso, a esquerda se fragiliza e

surge na sociedade o fantasma adormecido das forças conservadoras que clamam pela volta dos militares e colocam em cena valores reacionários e atrasados.

Esboça-se a necessidade de mobilizar forças sociais para o embate político e disputa de projetos para o país. No plano econômico, debate-se a implementação de uma agenda pró-crescimento como porta de saída para o ajuste fiscal. Medidas como a taxação das fortunas e a preservação do investimento público fora do cálculo da meta de superávit primário em 2016, assim como já ocorre com os gastos com juros, passam a fazer parte da agenda de resistência. O agravamento da crise impõe o fortalecimento da defesa dos direitos sociais sob risco e a defesa da saúde como direito social universal e responsabilidade do Estado, para enfrentar as contradições e empecilhos contidos no atual projeto de desenvolvimento do país. ■

ANA MARIA COSTA é médica, professora universitária e presidenta do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES. Coordenadora Geral da Associação Latino Americana de Medicina Social e Saúde Coletiva -ALAMES

Agenda REGRESSIVA

■ *Bruno Elias*

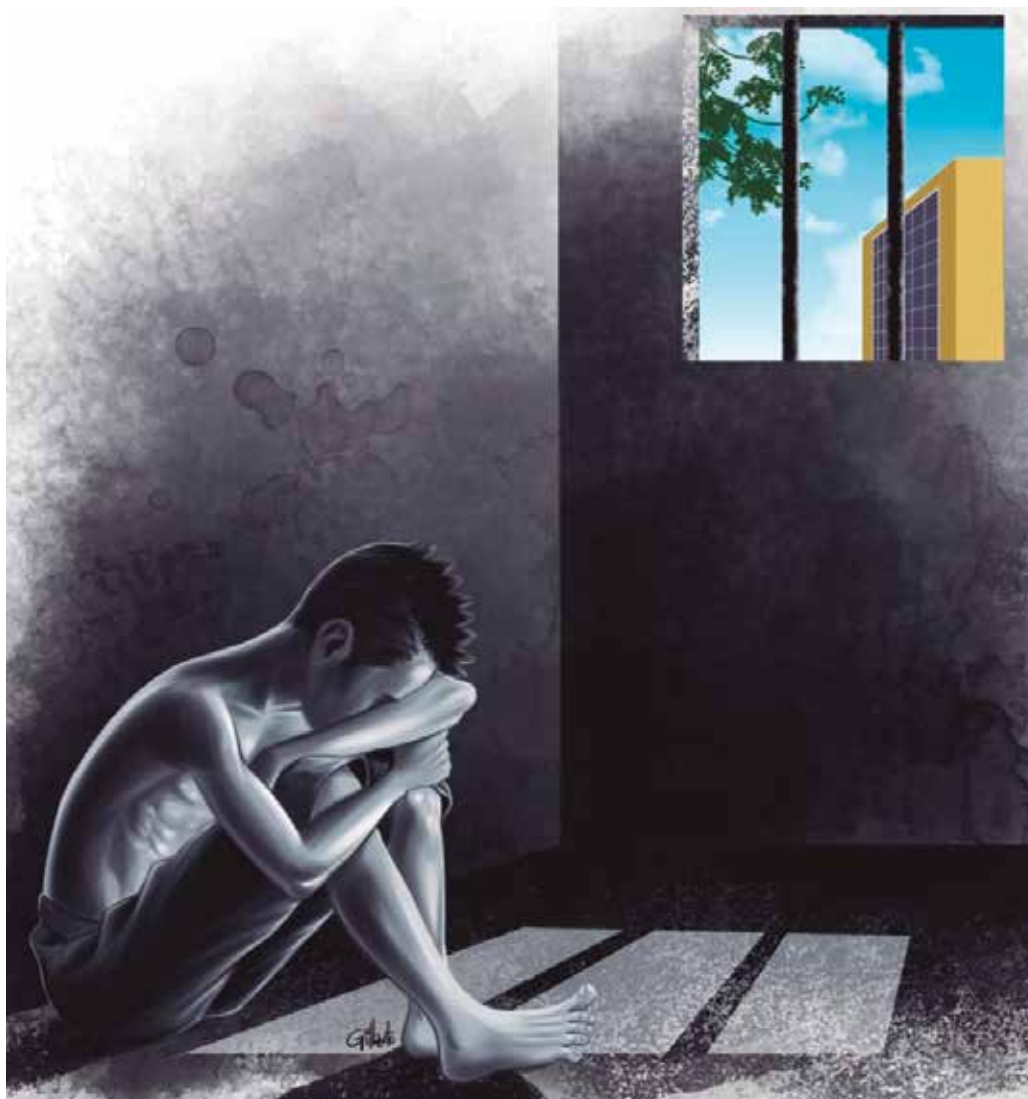


Ao contrário do que falseiam os defensores da redução da maioridade penal, os **adolescentes e jovens estão entre as maiores vítimas** e não entre os principais autores da violência

As expressões da questão social na infância, adolescência e juventude dizem muito das lutas sociais e das vias de desenvolvimento em disputa num país. No Brasil, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente completou vinte e cinco anos em um momento de graves ameaças aos direitos por ele declarados.

A aprovação na Câmara dos Deputados da proposta de emenda constitucional (PEC 171/93) que reduz a maioridade penal e do projeto de lei no Senado (PLS 333/2015) que aumenta o tempo de internação de adolescentes para até dez anos se somam a outros retrocessos em pauta no Congresso Nacional, a exemplo do projeto de lei da terceirização, da contrarreforma política que constitucionaliza o financiamento empresarial e da proposta de alteração do sistema de exploração do Pré-sal.

Esta agenda é particularmente regressiva no campo dos direitos dos adolescentes e jovens. Além das propostas de redução da maioridade penal e de aumento do tempo de internação, a Câmara dos Deputados debate ainda a PEC 18/2011, que prevê a redução da idade mínima para o trabalho de 16 para 14



anos, abrindo brechas para a legalização do trabalho infantil e em clara violação do direito à educação dos adolescentes.

O apoio popular a alguns destes retrocessos se apoiam em mitos e em informações falseadas sobre os problemas concretos da violência e da criminalidade. Essa “cortina de fumaça” faz com que os interesses das “bancadas da bala”, da indústria de armas, das empresas de segurança privada e dos defensores da privatização do sistema prisional se apresentem como expressão da vontade popular, quando na verdade estão a serviço de lucrativos negócios com a criminalização da pobreza e a segregação de adolescentes e jovens.

A redução da maioridade penal e os retrocessos propostos no ECA não só não resolverão os problemas da violência como agravarão as suas causas. Uma resposta estrutural a esta questão exige enfrentamento ao ciclo de reprodução das desigualdades sociais, políticas sociais de prevenção e de educação em escala e a garantia de direitos historicamente negados aos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e conflito com a lei.

Essa realidade é fartamente comprovada quando analisamos a situação dos adolescentes e jovens no Brasil. Embora as políticas sociais emanadas do ECA e da rede de proteção social do país tenham alcançado conquistas importantes desde 1990 - como a redução da mortalidade infantil e da pobreza, o combate ao trabalho infantil e o aumento do acesso à escola – dados relativos à defasagem escolar, à precarização do trabalho, à violência letal, entre outras vulnerabilidades socioeconômicas, são reveladores da grave condição que ainda se encontram as novas gerações no Brasil.

Ao contrário do que falseiam os defensores da redução da maioridade penal, os adolescentes e jovens estão entre as

maiores vítimas e não entre os principais autores da violência.

De acordo com o “*Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)*” a mortalidade em decorrência de agressões no ano de 2012 correspondeu a 36,5% dos óbitos de adolescentes de 12 a 18 anos no Brasil, o que coloca o país em um vergonhoso segundo lugar no mundo em número absoluto de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria.

Ao tratar dos adolescentes que seriam alcançados pela redução da idade penal, o “*Mapa da Violência 2015: adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil*” (Waiselfisz, 2015) aponta que o número de mortes violentas nessa faixa etária cresceu sete vezes no período de 1980 a 2013.

Por outro lado, dos 21,1 milhões de adolescentes brasileiros de 12 a 18 anos incompletos que correspondem à aproximadamente 11% da população brasileira, 23,1 mil se encontram privados de liberdade e menos de 1% cometeu atos contra a vida.

Segundo levantamento da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal (SDH/PR, 2012), os delitos patrimoniais ou envolvendo criminalidade de rua, como roubo, furto e tráfico, conformam aproximadamente 70% das infrações cometidas por estes adolescentes privados de liberdade. Atos infracionais graves, como homicídio e latrocínio correspondiam a 11% das infrações cometidas por estes mesmos adolescentes.

Outro mito recorrente é o da impunidade dos adolescentes em conflito com a lei. A imputabilidade penal garantida pela Constituição brasileira aos menores de 18 anos não significa impunidade. A partir dos 12 anos, todo adolescente pode ser responsabilizado pelas medidas socioeducativas previstas pelo ECA: a) advertência; b) obrigação de reparar o dano; c) prestação de serviço à comunidade; d)

liberdade assistida; e) semiliberdade e f) internação.

A opção do legislador não foi no sentido de desconsiderar a responsabilidade ou o discernimento do adolescente que infringe a lei, mas sim estabelecer um sistema de justiça especializado para julgar, processar e responsabilizar o adolescente infrator, em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento e do foco na inclusão social e educacional pretendido pelas medidas.

Infelizmente, o cumprimento das medidas socioeducativas e o funcionamento das unidades de internação para os menores de 18 anos também reproduzem um ambiente de violência e exclusão, como testemunham os exemplos de instituições como a Fundação Casa (antiga Febem). A plena implementação das diretrizes do ECA e a efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que prescreve uma série de orientações garantidoras de direitos, deveriam ser prioridades antes de qualquer endurecimento na legislação.

A experiência internacional e a evolução do tratamento dado à questão da infância e da juventude no Brasil apontam que as medidas punitivas e repressivas nunca serviram de solução para o problema da criminalidade ou violência. Ao contrário, caso avance a redução da idade penal para 16 anos, a maioria conservadora do Congresso Nacional estará condenando o presente e o futuro de toda uma geração.

O extermínio e encarceramento de adolescentes e jovens, em particular dos pobres, negros e moradores das periferias das cidades, já é uma realidade no país. De acordo com dados do Ministério da Saúde (SNJ/SEPIR, 2015), dos 56.337 mortos por homicídios em 2012 no Brasil 52,63% eram jovens de 15 a 29 anos, 77% eram negros e 93,30% eram do sexo masculino.

Agência Brasil



A agenda que interessa à juventude brasileira é aquela que coloca no centro da ação do governo e da sociedade **o fim do extermínio da juventude negra e da violência de Estado** presente nas chacinas diárias, na militarização dos conflitos e no encarceramento em massa

No sistema prisional, lugar onde seriam “acolhidos” os adolescentes infratores com a redução da idade penal, a situação também é gravíssima. A população carcerária do Brasil está entre as quatro maiores do mundo e conta com mais de meio milhão de pessoas (515.482). Des-tes, 54,8% são jovens de 18 a 29 anos.

O risco de agravamento da criminalidade com a redução da idade penal também se relaciona com as altas taxas de reincidência no sistema prisional. Enquanto nestas “masmorras” e “escolas do crime” elas são de 70%, no sistema socio-educativo ela é próxima de 20%.

Portanto, além de ineficaz naquilo que se propõe, a redução da idade penal vai gerar mais crime e violência. A manutenção da idade penal em 18 anos está em sintonia com os tratados internacionais que o Brasil é signatário, como a Convenção dos Direitos da Criança (1989) e a tendência predominante na comunidade internacional.

Nesse sentido, foi muito importante a posição contrária do governo federal em relação à redução da maioridade penal. Entretanto, o apoio dado pelo Ministério da Justiça à proposta do PSDB de aumento do tempo de internação para até dez

anos, foi uma capitulação inaceitável. O resultado todos viram: o acordo não veio e a legislação retrocedeu nas duas propostas.

A permanência em instituições desta natureza deve se orientar pelo princípio da brevidade e da excepcionalidade. A internação de adolescentes por um período tão dilatado de tempo em unidades que, em geral, não cumprem determinações legais como a escolarização e profissionalização obrigatória e o respeito a direitos humanos fundamentais inviabiliza trajetórias de autonomia e reinserção na sociedade.

Uma alternativa que poderia ter sido debatida é o cumprimento de um tempo maior das medidas socioeducativas, mas a partir de um sistema de progressão entre as medidas de internação por até três anos, de semiliberdade por até três anos e de liberdade assistida também por até três anos.

Portanto, a agenda que interessa à juventude brasileira é aquela que coloca no centro da ação do governo e da sociedade o fim do extermínio da juventude negra e da violência de Estado presente nas chacinas diárias, na militarização dos conflitos e no encarceramento em massa.

Para tanto, é importante a aprovação de projetos de lei como o PL 4.417/2012 que acaba com os autos de resistência, instrumento que desde a ditadura encobre institucionalmente mortes em decorrência da ação policial.

Ao invés de propor projetos de lei supostamente antiterrorismo que podem vir a criminalizar movimentos sociais, o governo federal deveria enfrentar esse terrorismo de Estado, apoiado na militarização da segurança pública, na impunidade de um país que não julgou e puniu os crimes de seus ditadores e na permissividade com que meios de comunicação propagam a cultura do ódio e de vingança em editoriais e programas vespertinos de TV.

Enquanto não assumirmos a responsabilidade com os direitos das novas gerações e não enfrentarmos pra valer a sanha dos que propagam ideias como “bandido bom é bandido morto” ou que o Estatuto da Criança e do Adolescente “é uma lei que protege marginal”, seguiremos como um país em que uma parte expressiva da maior geração de jovens de sua história não tem sobrevivido para transformá-lo. 

 **BRUNO ELIAS** é secretário nacional de movimentos populares do PT

FALA ROGÉRIO

■ Entrevistado por Breno de Araújo e Luna Pontone

A

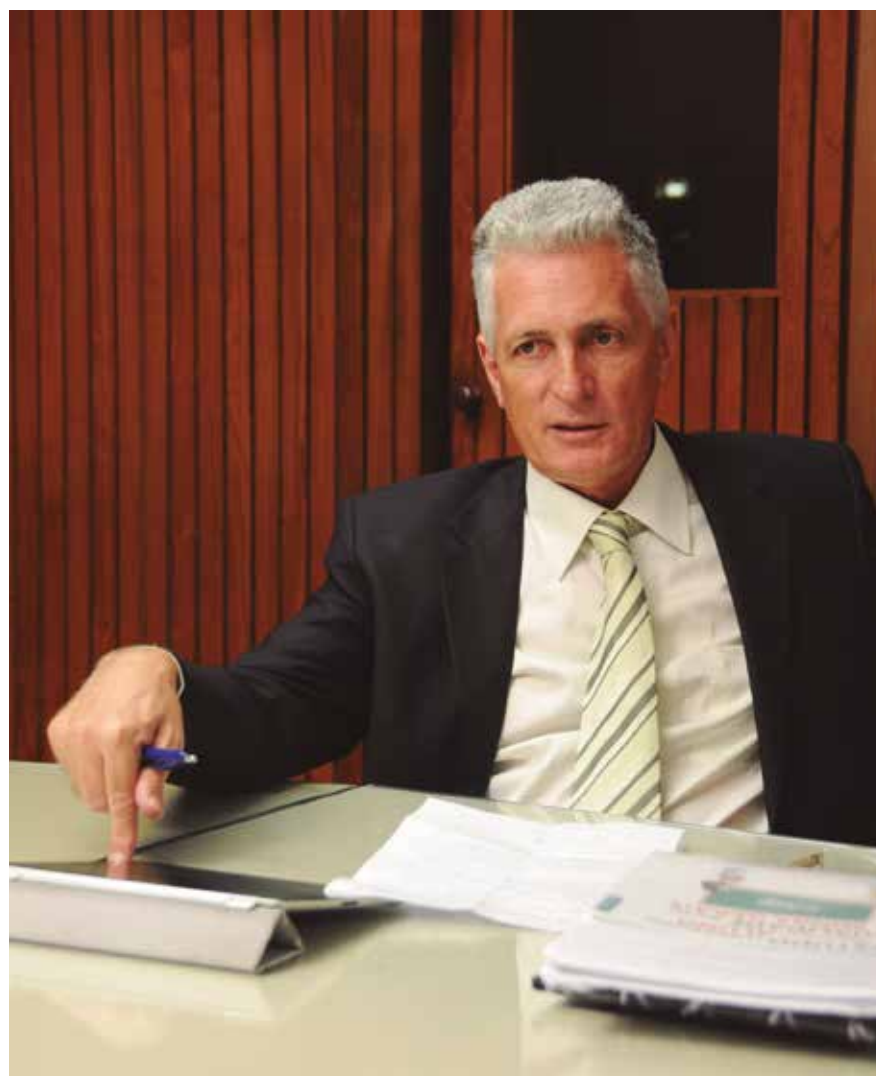
Esquerda Petista entrevista o **deputado estadual Rogério Correia (PT)**, líder do bloco governista “Minas Melhor”

18ª legislatura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) mostrou um parlamento atuante e alinhado ao novo grupo político que governa Minas Gerais. A reforma administrativa, enviada pelo governador Fernando Pimentel (PT), à ALMG, e a votação do orçamento de 2015, que evidenciou um déficit de mais de R\$ 7 bilhões, deixado pela gestão anterior, estão entre as tramitações mais importantes da Casa e renderam longos e acirrados debates neste primeiro semestre. Hoje, há mais diálogo entre o parlamento e o executivo, o atual governador não lançou mão de Leis Delegadas como seus antecessores.

Nesta entrevista, o deputado Rogério Correia (PT), líder do bloco governista “Minas Melhor”, reforça a defesa dos movimentos sociais, da valorização do funcionalismo público, faz um balanço deste primeiro semestre e explica as alterações em seu mandato que agora que não está mais na oposição.

Esquerda Petista: O que caracteriza este mandato? No que ele difere dos outros?

Rogério Correia: Este mandato dá uma guinada em relação aos anteriores, principalmente aos dois últimos, em que fui, junto com outros companheiros, responsável pela liderança da oposição, não apenas na ALMG, mas uma oposição que conseguiu junto com os movimentos sociais, de forma mais concreta, mostrar o que foi o governo tucano e a falsidade do “choque de gestão”, as mentiras do déficit zero, a ausência de



Fotos: Guilherme Dardanhan

“Nossa nova tarefa é dar condições aqui na ALMG de governabilidade.

Ao mesmo tempo me ficou claro que isso só poderia ser feito, com sucesso, se também tivéssemos os movimentos sociais, mesmo compreendendo que eles têm suas bandeiras próprias, suas demandas que vamos tentar buscar atende-las ao máximo”



políticas públicas, o descaso com a educação, saúde, segurança pública, as denúncias que foram feitas e escondidas pela imprensa. Então, nosso mandato tem o papel muito importante junto com os movimentos sociais, que traziam para o parlamento suas demandas, e nós as repercutíamos. Fomos capazes de fazer um questionamento mais duro ao projeto neoliberal. Ressalvo o movimento dos trabalhadores rurais, dos camponeses. E também, a luta dos servidores com a greve dos professores de 112 dias, a mais longa da história deste estado.

Agora, eu assino a liderança do bloco do governo, o antigo “Minas Sem Censura” agora mais encorpado com alguns parceiros que não tinham essa trajetória virou o “Minas Melhor”. Nossa nova tarefa é dar condições aqui na ALMG de governabilidade. Ao mesmo tempo me ficou claro que isso só poderia ser feito, com sucesso, se também tivéssemos os movimentos sociais, mesmo compreendendo que eles têm suas bandeiras próprias, suas demandas que vamos tentar

buscar atende-las ao máximo. Não podíamos separar a governabilidade dos movimentos sociais. É uma tarefa difícil, mas que estamos buscando fazer isso já nesses seis primeiros meses de Governo. Fizemos a composição com os partidos que garantiram ao PMDB a presidência da ALMG, mas ao mesmo tempo deixou ao PT a liderança de Governo e a liderança do Bloco do Governo, Durval Ângelo e eu, respectivamente. Isso nos dá também a garantia de uma direção política mais à esquerda nesse aspecto da governabilidade dentro da ALMG. E evita que essa governabilidade se dê por meras questões fisiológicas. O que não pode e não permitimos que isso se dê através do “toma lá da cá” e extrapolem essas questões tanto éticas quanto legais.

Fazer isso distanciado dos movimentos sociais é suicídio, porque você fica refém das forças mais conservadoras e tradicionalistas. É uma equação complexa. Felizmente, nesse primeiro semestre conseguimos alguns avanços que nos possibilita essa boa relação dos

movimentos sociais e nos ajuda nessa governabilidade. A primeira delas, é a formação de duas novas secretarias. Do desenvolvimento agrário, que olha as questões da reforma agrária, dos agricultores familiares, dos assentados, pequenos produtores e na implementação de políticas públicas para atender demandas levantadas por eles. Muito diferente do governo passado, que tinha uma secretaria quase toda voltada para o latifúndio. Agora, no início de agosto, teremos o lançamento do primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar de Minas, que junto com a secretaria vai segmentando a saída de um projeto pra agricultura familiar. O segundo, os fóruns regionais e populares do governo que estão sendo criados em 17 regiões do estado e que aglutinam além da questão de prefeito, vereador e entidades, também a massa dos movimentos sociais e dentro disso, detectar o que é prioridade para que o governo implemente, isso significa participação popular. Têm sido uma sinalização importante e algo que

tem que avançar, mas que já demonstra uma preocupação com o social no governo. Outro aspecto importante são os serviços públicos, conseguimos no primeiro semestre um acordo com a área da educação que não poderia ser outra se não atender o pleito desses servidores, inicialmente, garantindo o piso salarial para uma jornada de 24h e o vencimento básico, um acordo histórico assinado com o sindicato. Foi um passo importante, por ser o maior sindicato do estado, o Sind-UTE, por ser também o motor da Central Única dos Trabalhadores (CUT-MG). Também fizemos um acordo com os servidores da saúde e com os da segurança pública. Então, para o funcionalismo público, o governo Pimentel, através de sua base de apoio na ALMG, deu uma resposta positiva às reivindicações que já eram antigas e não paravam.

Já em relação aos movimentos sociais, nós da bancada do PT, estamos buscando fortalecer a chamada frente popular ou frente de esquerda, um movimento que se faz necessário para enfrentar os tucanos e as pautas conservadoras. Minas vai sediar o lançamento da conferência da frente popular de esquerda e nós queremos, com nosso bloco, fortalecer esse movimento.

Estamos trabalhando para manter a governabilidade no parlamento, mas temos sempre a referencia dos movimentos sociais. Ainda existem pendências, como as ocupações de terra urbana e embora o governo já formou oficialmente uma mesa de negociação para antever e resolver conflitos. Eu diria que tem sido uma experiência positiva.

O governo foi encontrado numa situação completamente difícil e com criatividade estamos transpondo sem arrochos nos setores essenciais, não houve corte nos setores da educação, saúde e segurança pública, somente em investi-

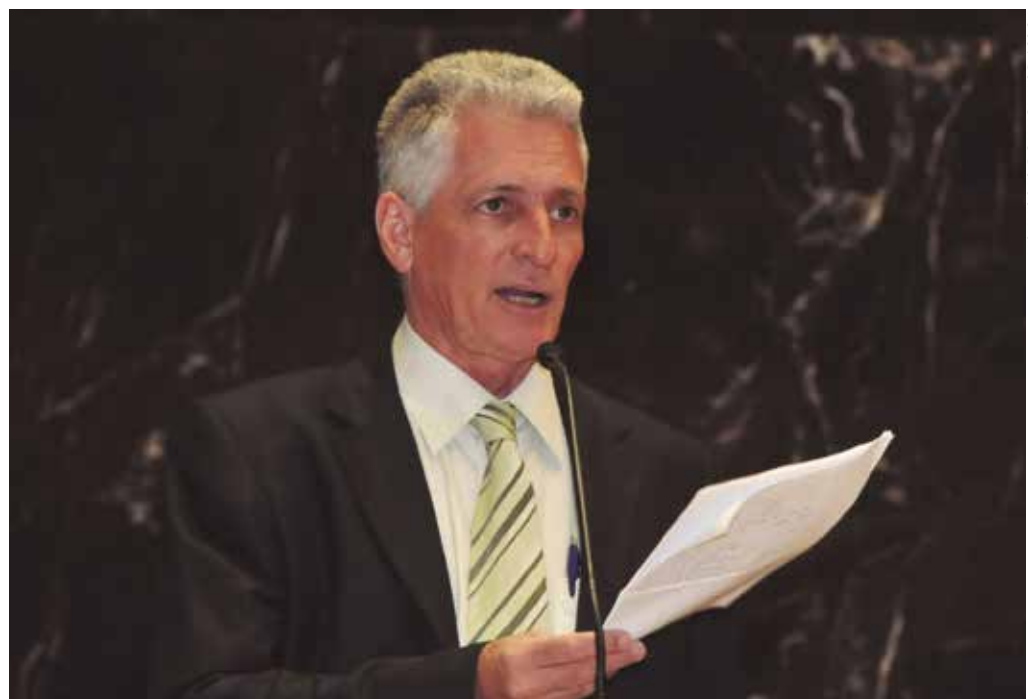


Foto: Guilherme Dardhan

mento, mas que serão retomados, tanto no acordo do governo federal quanto também os recursos extras que o próprio governo tem buscado para recuperar a capacidade de investimentos.

Ainda especificamente sobre o mandato, a estratégia de funcionamento democrático do mandato é discutida uma vez por ano. A partir da conjuntura nacional e estadual, nós deliberamos sobre o que seria a essência da existência do mandato e, além disso, de seis em seis meses a gente faz um conselho político que avalia nosso desempenho na defesa das nossas bandeiras, que são: educação, movimento de mulheres, movimento negro, LGBT, juventude, moradia, saúde, agricultura familiar, mobilidade urbana e o movimento comunitário.

EP. Qual é a expectativa para essa legislatura?

RC. Do ponto de vista político, a consolidação da frente de esquerda aqui é fundamental, porque Minas Gerais é um estado que fará frente a essa resistência

ao golpismo, que tem como um dos cabeças o senador Aécio Neves. Então, uma contraposição de Minas é importante. Criar aqui um anteparo à visão golpista e dar a presidenta Dilma condições dela reverter o quadro de insatisfação popular e modificar, inclusive, pontos essenciais do seu governo.

Em relação ao Governo Pimentel, nosso mandato tem a função de consolidar a relação com os movimentos sociais, fortalecendo os Fóruns Regionais de Governo, as mesas de negociação, o diálogo e a partir daí implementar as políticas públicas estabelecidas com a participação popular.

EP. Quais foram as principais conquistas desses últimos seis meses? E o maior desafio?

RC. Um deles foi essa intermediação do acordo histórico com os professores, o mandato teve um papel fundamental e foi uma vitória para os servidores da área da educação. Incluindo aposentados. Essa foi a nossa maior conquista.

O maior desafio foi dar segurança aos representantes do governo e do sindicato de que a negociação era pra valer. O mandato afiançou tanto a um, quanto a outro, para que eles tivessem um diálogo e estivessem dispostos a negociar.

Os sindicatos foram enganados e maltratados pelo governo tucano durante anos e o atual governo tinha uma desconfiança de que o sindicato queira apenas fazer oposição e não necessariamente entrar em acordo. Por fim, confiança prevaleceu, justamente porque o governo queria resolver a questão e o sindicato queria que isso fosse resolvido, nosso mandato ajudou muito.

A outra vitória de toda a base do governo, e não só o nosso mandato, foi a aprovação do uso dos recursos dos depósitos judiciais na ordem de R\$ 6 bilhões, que vai viabilizar o funcionamento do governo e até ano que vem. O recurso ficava parado no banco rendendo juros aos banqueiros e agora irá servir para investimento social.

Em apenas seis meses, importantes projetos já tramitaram aqui na ALMG, a votação do orçamento e a reforma admi-

nistrativa, são exemplos. Fale sobre estes projetos.

A votação do orçamento foi o primeiro grande projeto desse ano e também é uma grande vitória. Nós não deixamos aprovar no passado. Houve uma maquiagem, os tucanos queriam aprovar no ano passado um orçamento para este ano que era uma fantasia, mas nós conseguimos barrar. E este ano, ao analisar as contas do Governo de Minas, descobrimos um déficit de R\$ 7,2 bilhões. Os tucanos entregaram Minas endividada e sem verba nenhuma em caixa para investir. A votação do orçamento deste ano foi fundamental pra desmascarar as propagandas tucanas de “choque de gestão” e “déficit zero”.

O nosso governo apresentou contas, dados, cálculos, mas acho que faltaram algumas CPI's que pudessem desmascarar ainda mais o governo passado. Foi uma opção do atual governo demarcar a situação financeira encontrada e tocar pra frente. Mas há hoje, claramente, uma visão em Minas Gerais de que o “déficit zero”, o “choque de gestão” foi uma falácia.

Foi realizado nos 100 primeiros dias do Governo Pimentel uma auditoria nas contas dos 12 anos da gestão tucana. Foi encontrado um Estado endividado e diversos contratos questionáveis. Qual é a expectativa do senhor depois que essa auditoria foi apresentada aqui na ALMG?

Acho que o povo mineiro sabe agora das irresponsabilidades cometidas aqui. Eu iria mais a frente. Acho que algumas CPI's poderiam ter sido instaladas, mas foi uma opção deste Governo. Em todo caso, acho que ficou claro o que aconteceu. O que pode implicar ainda é uma possível investigação pelo Ministério Público.

EP. Há um argumento muito utilizado pela oposição, tanto ao Pimentel quanto à Dilma, de que conselhos formados pela sociedade civil organizada para aprimorar a participação popular nas ações do Governo e ajudar implantar políticas públicas que atendam melhor às demandas da população, como os Conselhos Populares ou os Fóruns Regionais, implantados aqui por Pimentel, tirariam o poder da ALMG, sendo antidemocráticos, substituindo o papel do parlamento... Como você avalia essa justificativa?

RC. A visão do PSDB é muito institucional. Qualquer coisa que cheira a povo, democratização eles se opõem e, pior, combatem. Quando Belo Horizonte lançou o orçamento participativo, aconteceu a mesma coisa. As forças conservadoras do parlamento diziam que iam tirar o poder dos vereadores. Mas foram instrumentos muito importantes para consolidar obras em Belo Horizonte que nunca saíam e deu à população a condição de participar, decidindo quais eram as prioridades. Isso não tirou o papel da Câmara de Vereadores, apenas ampliou a responsabilidade dos vereadores com as políticas públicas e ainda atendeu às demandas pontuais da sociedade.





Os “desgovernos” dos tucanos Antônio Anastasia e Aécio Neves são o tema do livro “Herança Maldita”, do deputado Durval Ângelo (PT-MG)

EP. É possível afirmar que a ALMG hoje é mais democrática do que nos doze anos de governos tucanos?

RC. A Assembleia hoje é mais viva, a própria oposição tem mais palavra e influência. Antigamente existia era o rolo compressor. Hoje a relação é de respeito, não de subserviência. É uma relação democrática.

Nós aprovamos a Reforma Administrativa, do Pimentel, com a votação das alterações sendo feitas pelos deputados, a criação de novas secretarias e substituições de outras, tudo com debate aberto na ALMG. Antigamente, no tempo dos tucanos, eram leis delegadas. A assembleia aprovava uma lei, delegando o governador o supremo poder de fazer as leis. Só Aécio Neves fez 200 leis delegadas, mudou toda a estrutura do estado sem passar um projeto pelo parlamento.

O que foi enviado pelo ponto de vista administrativo, pelo Governo Pimentel, foi criado também pela Assembleia e assumido pelo Governo. Se fosse no Governo passado, seriam leis delegadas. Criaram inúmeros cargos. O “Choque de Gestão” ainda tinha essa falácia, de dizer que era pra economizar e criaram 4 mil cargos comissionados por lei delegada. O governo do PSDB criou um escritório para discutir “estratégias governamentais”, esse escritório era um Estado tuca-

no paralelo que contratava “tucanos de alta plumagem” e substituíam o secretariado. Nós acabamos com esse escritório, o que existe agora é o secretariado que implementa as políticas públicas e não um estado paralelo tucano. E se formos falar o que nós encontramos de errado no governo tucano, dá mais de um livro além do que o Durval já escreveu.

EP. Diferente da relação do Governo Federal com o Congresso Nacional?

RC. No Congresso Nacional, temos um presidente da Câmara dos Deputados que sabota o Governo e põe pautas extremamente conservadoras, reacionárias, que não foram eleitas pelo Brasil. Aí há uma crise política armada com a clara intenção de prejudicar a governabilidade, é o que faz hoje o Eduardo Cunha dentro do Congresso. Eduardo Cunha está envolvido em diversas denúncias de corrupção e ele quer que o Governo faça de tudo para abafa-las. Como a presidenta Dilma já deixou claro que não vai fazer isso, ele joga contra o Governo e assina suas contradições. Acho que nesse caso a presidenta Dilma não pode ceder, o movimento social, vendo isso tudo acontecer, deveria assumir uma postura mais eficiente de cobrança pela apuração e punição de qualquer ilícito cometido pelo presidente da Câmara. 

“O governo do PSDB criou um escritório para discutir “estratégias governamentais”, esse escritório era um Estado tucano paralelo que contratava “tucanos de alta plumagem” e substituíam o secretariado. Nós acabamos com esse escritório, o que existe agora é o secretariado que implementa as políticas públicas e não um estado paralelo tucano. E se formos falar o que nós encontramos de errado no governo tucano, dá mais de um livro além do que o Durval já escreveu.”

Com que POLÍTICA?

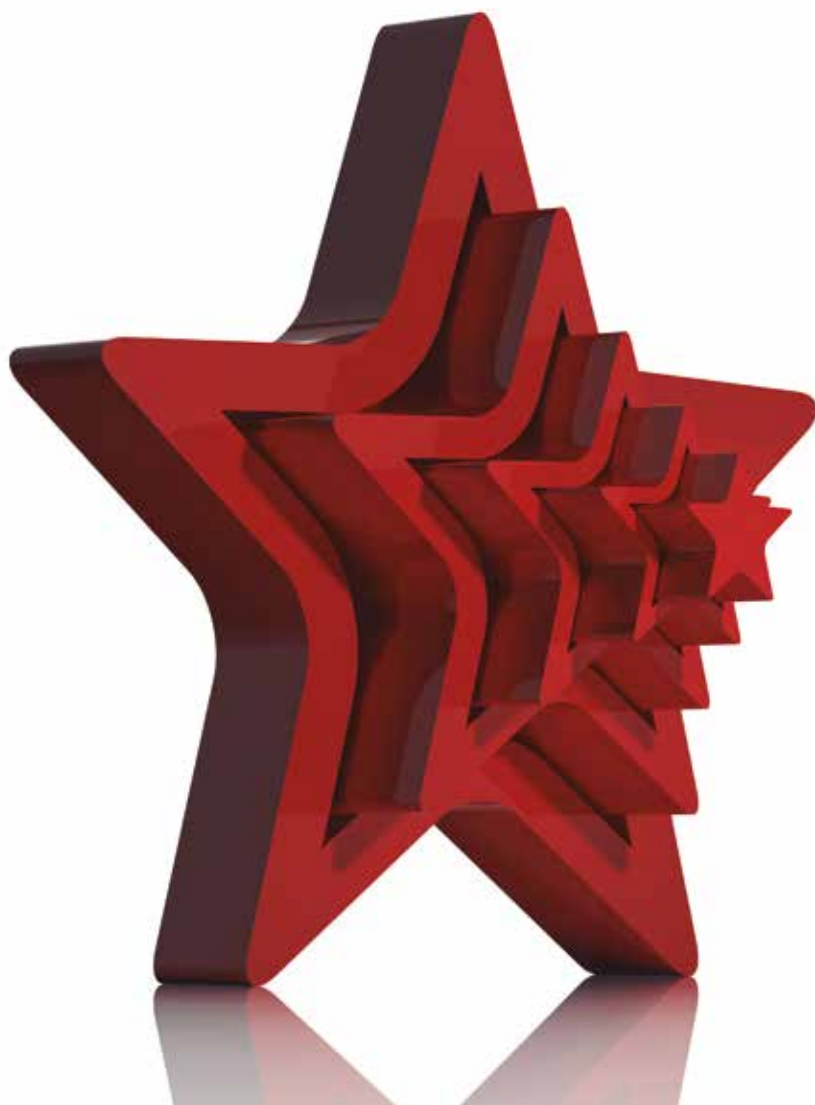
■ *Adriano de Oliveira**

Vivemos a maior crise da história do PT. Aparentemente estamos “no olho do furacão” e tudo indica que esta crise não se arrastará indefinidamente e seu desfecho muito dirá das condições em que disputaremos as eleições 2016

Arriscar-se uma resposta à pergunta do título certamente deve ser com prudência. Enquanto escrevo estas linhas, vivemos a maior crise da história do PT. Aparentemente estamos “no olho do furacão” e tudo indica que esta crise não se arrastará indefinidamente e seu desfecho muito dirá das condições em que disputaremos as eleições 2016.

Muito provavelmente serão condições bastante adversas, mesmo que consigamos dar um “cavalo-de-pau” na condução econômica e política do governo federal, com uma tendência a reduzirmos nossa força institucional, aumentando nossos atuais índices de não reeleição, dificuldades nos grandes centros urbanos e no eleitorado jovem.

Exatamente por isso, é preciso reconhecer que o modo petista de governar esgotou-se ou, pelo menos, precisamos reconhecer que abriga práticas e políticas distintas e muitas vezes contraditórias e até mesmo antagônicas entre si. Mais de três décadas de experiências petistas em governos municipais, estaduais e o quarto mandato à frente do governo federal comprovam a afirmação.





Nas próximas
semanas e meses,
**precisamos qualificar
o debate** – e muito
– junto aos atuais
mandatários
petistas sobre a
crise que vivemos
e a necessidade de
construirmos saídas
em comum

Precisamos construir um balanço deste conjunto de experiências e, de imediato, rediscutir profundamente com quais propostas disputar as eleições em 2016, orientados por uma disputa ideológica em torno de um modelo de sociedade, revisitando nosso acúmulo partidário sobre o socialismo que queremos e até onde acumulamos para nossos objetivos estratégicos na luta institucional. Reconstruir, portanto, uma utopia transformadora, traduzida em um programa concreto, capaz de reagrupar nossa base social, reatar laços com o movimento social e a classe trabalhadora, reencantar parcela importante da juventude, especialmente da juventude trabalhadora.

O governo federal poderia e agirá, a depender do que faça, como uma variável muito importante para os objetivos elencados acima. O comportamento geral e a linha nacional do partido também incidirão, e muito. Não temos controle sobre o conjunto das variáveis e os sinais dados pelo governo e pelo V Congresso do partido são temerários.

No entanto, penso que nosso posicionamento para as eleições do ano que vem passa pelas questões abaixo elencadas:

* É preciso, urgente e necessário retomar a ofensiva política e ideológica do partido, voltando a combinar luta eleitoral e institucional com organização e luta social, popular e cultural. E recuperar no horizonte de nossa militância o objetivo estratégico do socialismo, debatendo claramente com nossa base social onde queremos chegar, combatendo permanentemente os valores do mercado, do individualismo, do capitalismo, do neoliberalismo, desmistificando-os junto à população.

* Nas próximas semanas e meses, precisamos qualificar o debate – e muito – junto aos atuais mandatários petistas

sobre a crise que vivemos e a necessidade de construirmos saídas em comum. A janela aberta para mudanças de partido sem perda de mandato até início de outubro (janela que ainda depende de aprovação no Senado) pode gerar várias defecções no partido em um momento de crise como a que vivemos. No Rio Grande do Sul, estamos convocando para os dias 12 e 13 de setembro um Encontro Estadual Extraordinário do partido, para armar nossas lideranças e militância para a conjuntura de crise que vivemos e iniciarmos o debate da tática eleitoral para 2016, fazendo a convocação e o debate com nossos atuais mandatários e potenciais candidatos com vistas a evitar defecções partidárias.



* Construir programas de governo participativos com a base partidária, com os aliados da frente de esquerda que ainda precisamos construir, com o movimento social, objetivando políticas públicas voltadas aos que mais precisam da administração municipal em suas vidas. Envolver o funcionalismo público municipal e a comunidade, bairros, setores sociais e temáticos na construção do programa de governo como parte do acúmulo de forças para a disputa eleitoral e de projeto de desenvolvimento. Combater o paroquialismo e o pragmatismo. Recuperar a ideia de projetos de sociedade. Identificar com clareza nossos inimigos, a classe dominante e o poder econômico local em suas relações.

* Recuperar o Orçamento Participativo como elemento fundamental de conscientização, mobilização social e, principalmente, eixo do objetivo estratégico do controle popular sobre os governos e instituições, meios próprios de comunicação social e de massas e, estimulando de todas as formas a participação direta da sociedade em nossos governos, como eleições, consultas ao voto popular, plebiscitos, etc., elevando o grau de conscientização e cultura política, estimulando a auto-organização popular em entidades, associações, sindicatos, movimentos, cooperativas; buscando o permanente fortalecimento do mundo do trabalho, da propriedade pública e pequenos e médios proprietários.

* Fazer autocritica na prática e assumir o compromisso público das campanhas e candidaturas do PT de recusa ao financiamento empresarial. Denúncia permanente do caráter corrupto e corruptor deste modelo de financiamento. Combate sem tréguas a toda e qualquer forma de corrupção. Debate sobre as raízes e causas verdadeiras da corrupção eleitoral e demais formas. Defesa intransigente da criminalização do financiamento empresarial e da reforma política a partir de constituinte exclusiva. Iniciativas locais como a proibição das prefeituras de realizar contratos com empresas financiadoras de campanhas eleitorais, como recentemente aprovado em Porto Alegre, não resolvem o problema de fundo, mas contribuem para abrir o necessário debate na sociedade.

* Construir uma política de alianças que seja expressão da frente de esquerda, movimento ainda em gestação através da chamada Frente Brasil Popular. Recuperar a nitidez programática e ideológica é um dos grandes desafios do PT e, mais do que nunca, será necessário implementar nacionalmente uma política de alianças

que recomponha nosso bloco histórico para, a partir dele e só a partir dele, considerar movimentos táticos mais amplos, desde que não comprometam nem a unidade do bloco, nem a nitidez política e programáticas necessárias. Nossas alianças precisam voltar a ser construídas em torno de programas.

* Garantir mecanismos que garantam a autonomia e independência do partido frente a nossos governos, um problema de alta seriedade e com um acúmulo de experiências negativas quanto ao sentido proposto, evitando o acúmulo de cargos no governo e direções partidárias e investindo pesado em formação política para nossos quadros partidários e gestores.

No entanto, o que faremos em 2016, dependerá fundamentalmente da situação em que chegaremos lá. À boa luta! 

 **ADRIANO DE OLIVEIRA** integra o Diretório Nacional do PT



Balanços do 5º CONGRESSO DO PT

O

Nas próximas páginas, *Esquerda Petista* oferece aos seus leitores **um leque de balanços sobre o 5º Congresso do PT**, realizado de 11 a 13 de junho de 2015, na cidade de Salvador (BA)

s textos foram solicitados à cada uma das chapas que disputou o PED 2013 e que tinha, portanto, delegação ao Congresso Partidário.

Infelizmente, uma das chapas – Mensagem ao Partido – aceitou o convite, mas não entregou o texto a tempo da publicação. Esperamos sanar esta falha na próxima edição de *Esquerda Petista*.

Exceto pela revisão ortográfica e diagramação, os textos foram publicados tal e qual nos foram enviados, títulos inclusive. Agregamos ao balanço o texto da Articulação de Esquerda, divulgado logo após o 5º Congresso. Publicamos, também, um texto divulgado por um conjunto de militantes vinculados às tendências Movimento PT e Socialismo XXI, assim como a Carta de Porto Alegre, por motivos que ficam claros quando da leitura.

Evidentemente, o Partido possui outros setores e tendências, além dos que aqui falamos. A eles abrimos as páginas da *Esquerda Petista*, caso queiram manifestar-se. 



5º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
11 A 13 DE JUNHO - SALVADOR - BA



À militância petista, sobre o 5º Congresso

■ *Articulação de Esquerda*

Em resolução assinada por sua direção nacional, a tendência petista **Articulação de Esquerda** faz um balanço do 5º Congresso do PT. Confira abaixo o texto na íntegra:



Os resultados do 5º Congresso do Partido dos Trabalhadores eram aguardados com expectativa por dezenas de milhões de brasileiros e de brasileiras que desde 1980 vem dedicando suas esperanças e empenhando suas melhores energias e recursos para construir um Partido capaz de representar os interesses e ajudar a organizar a ação das classes trabalhadoras na luta por um Brasil democrático, popular e socialista.

Parcela importante desta “nação petista” esperava que o 5º Congresso aprovasse mudanças na linha política e no funcionamento do Partido, mudanças na ação de nossas bancadas parlamentares e na ação do governo Dilma.

O melhor exemplo deste apelo por mudanças foi o manifesto assinado por todos os petistas que integram a executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores, intitulado “O PT de volta para a classe trabalhadora”.

Um dos parágrafos deste manifesto afirma: “Sabemos o que ocorreu na história recente com partidos de esquerda que aplicaram políticas de ajuste fiscal inspiradas pelo FMI, como se viu em alguns países da Europa: entraram em crise, foram derrotados em eleições, perderam sua base social. Não queremos que o mesmo aconteça com o PT!”

O texto dos sindicalistas petistas defende ainda ser tempo de “mudar de política e de plano econômico, o que, na nossa opinião, é essencial para a sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores”.

O espírito presente no manifesto dos petistas cutistas é amplamente majoritário nas bases vivas do Partido, que sabem que ganhamos a eleição presidencial de 2014 na perspectiva de uma transformação democrático-popular do Brasil, mas agora corremos um sério risco dedesmonte e reversão das mudanças feitas ao longo dos últimos 12 anos, devido à ação combinada da contra-ofensiva da direita com as opções equivocadas feitas neste início do segundo mandato da presidenta Dilma.

Desmonte e reversão que causariam danos graves aos BRICS, à integração regional, à soberania nacional, ao desenvolvimento do país, à democracia e ao bem estar da maioria trabalhadora. E, claro, causariam danos graves também ao conjunto da esquerda brasileira.

Tragicamente, as resoluções do 5º Congresso nacional do PT – pelo que disseram e principalmente pelo que deixaram de dizer – frustraram as expectativas e as esperanças das bases vivas do petismo.

Comprovou-se assim, mais uma vez, que nossas principais dificuldades não decorrem da ação da oposição de direita, do oligopólio da mídia ou do grande capital, seja transnacional, financeiro, agropecuário ou monopolista. Nossos inimigos e nossos adversários estão apenas fazendo a sua parte.

Se eles estão tendo êxito, é no fundamental devido a erros, ações e omissões que têm origem nas fileiras do Partido. Ações e omissões na elaboração, na ação política, na maneira de organizar o Partido e nas relações com a sociedade, especialmente com a classe trabalhadora.

A imensa maioria dos delegados e delegadas presentes ao Congresso do PT reconheceu que a situação é grave. Mesmo a “Carta de Salvador” — aprovada na primeira sessão do Congresso — prometia mudanças.

Mas quando o debate disse respeito ao presente, não ao passado nem ao futuro, o que prevaleceu foi o conservadorismo.

Foi recusada, por exemplo, a democratização do sistema de eleição das direções partidárias; não se abriu mão do financiamento empresarial privado, portanto não se foi ao fundo da questão da corrupção; não foi admitido o esgotamento da “aliança estratégica” com o PMDB; não foi dada a preferência devida à construção de uma frente de esquerda pelas reformas estruturais.

Mais grave que tudo, o Partido foi impedido de dizer claramente aquilo que todo petista sabe: que o ajuste fiscal atualmente em curso afeta a classe trabalhadora, ameaça todas as políticas sociais pela via de cortes e contingenciamentos e

poupa os ricos, motivo pelo qual ele deve ser imediatamente interrompido.

Os que aprovaram a “Carta de Salvador” preferiram falar em tese contra políticas de ajuste, da mesma forma como muitos falam em tese de democracia e participação. Mas rejeitaram as críticas ao ajuste realmente existente, por motivos que podemos especular: considerar este ajuste necessário e inevitável, considerar que o mal já está feito, achar que uma crítica explícita seria uma atitude oposicionista, temer a reação da presidenta, não acreditar na possibilidade de termos força para fazer o ajuste ser pago pelos ricos etc.

As resoluções aprovadas prometem em tese uma nova estratégia, mas na prática — que é o critério da verdade — prevaleceu a velha estratégia de conciliação com o grande capital, com parcelas da oposição de direita e com o oligopólio da mídia, acompanhada da subordinação do Partido ao governo.

Como a própria “Carta de Salvador” reconhece, vivemos e seguiremos vivendo tempos de conflitos cada vez mais agudos. Ainda assim, prevalece em nosso Partido aquilo que alguns companheiros denominam de tendência suicida: um grupo que exhibe fortes sinais de atrofia política e ideológica, que promete mas na prática se recusa a adotar uma nova linha política global, uma nova estratégia, um novo padrão de funcionamento e um novo comportamento do Partido na luta de classes.

Em maio de 2013, quando o antigo Diretório Nacional convocou o 5º Congresso, havia a expectativa de que ele cumprisse, na história de nosso Partido, um papel análogo ao do 5º Encontro (1987) e do 10º Encontro (1995).

Estes dois encontros entraram para a história do Partido porque neles se fez um “giro estratégico”. Já o 5º Congresso corre o risco de entrar para a história como mais uma oportunidade perdida.

Mesmo sabendo que os delegados e delegadas ao Congresso foram eleitos/as no final de 2013, portanto noutro momento político, nada impedia que eles levassem em conta a situação criada após a campanha eleitoral de 2014, adotando uma política, um discurso e uma prática que nos permitissem manter e aprofundar o apoio e a iniciativa das forças políticas e sociais que tornaram possível nossa vitória no segundo turno.

Mas não foi isto o que aconteceu de 11 a 13 de junho de 2015, quando reuniram-se em Salvador (BA) 756 delegados (51%) e delegadas (49%).

Mesmo sabendo que o texto-base aprovado — a já referida “Carta de Salvador” — era desconhecido até 8 de junho, dias antes do Congresso, nada impedia que as delegações aprovassem resoluções capazes de superar a “campanha de cerco e aniquilamento” movida contra nós. Mas não foi isto o que aconteceu.

Ainda não está disponível a versão final das resoluções, nem o caderno com as emendas remetidas ao Diretório Nacional. Entretanto, para quem considerava que a situação exigia uma mudança profunda e rápida por parte do PT, a conclusão das votações realizadas é que o Congresso do PT optou majoritariamente por não mudar.

Merece destaque que, naquela que talvez tenha sido a principal votação do Congresso, cerca de 45% dos delegados e delegadas presentes votou a favor de uma resolução que criticava abertamente o ajuste fiscal.

Mas para enfrentar a conjuntura, não basta uma grande minoria.

Era necessária uma maioria decidida a mudar.

Ao contrário disto, prevaleceu uma maioria que optou por não criticar o ajuste, uma maioria contrária à mudança na política de “aliança estratégica” com o PMDB, contra a mudança no sistema eleitoral in-



Os resultados do 5º Congresso — não apenas pelo que ele disse, mas principalmente **pelo que ele deixou de dizer** — ameaçam o Partido dos Trabalhadores, o que afeta toda a esquerda, piora as condições de vida da classe trabalhadora e pode fazer o Brasil voltar a um papel secundário no cenário internacional

terno, contra realizar um novo congresso do PT no segundo semestre de 2015.

Não há como dissimular: o resultado do Congresso foi uma derrota das expectativas alimentadas por setores importantes da base partidária. Expectativa que esteve presente nas etapas livres do Congresso; presente em diversas tendências, inclusive em setores que integram a tendência majoritária no Partido e na Central Única dos Trabalhadores.

Está em curso um debate acerca dos motivos pelos quais prevaleceu esta posição conservadora. Do ponto de vista interno, este debate é relevante, mas do ponto de vista da luta de classes mais importante é o que poderá resultar e o que fazer diante disto.

Se os que venceram o 5º Congresso estiverem certos, o governo Dilma fará uma inflexão à esquerda, o ajuste será superado, voltaremos a ter crescimento, emprego e ampliação do bem estar. Do contrário, as coisas evoluirão no sentido oposto, restando saber se haverá tempo e nova oportunidade para corrigirmos o rumo.

Se a maioria dos delegados presentes ao 5º Congresso tiver feito a opção correta, a atual direção e as atuais regras de funcionamento interno vão nos ajudar a sobreviver à campanha de “cerco e aniquilamento” e também vão contribuir para a retomada da iniciativa política. Se erraram, as dificuldades vão aumentar e serão acompanhadas do desânimo, da decepção e do afastamento de parte de nossas bases.

Nunca é demais lembrar, especialmente aos que disto parecem ter se esquecido: num partido democrático de massas, não basta ter maioria nas instâncias decisórias. É preciso ter hegemonia e legitimidade junto às bases sociais. E o fato é que as “regras do jogo” interno não apenas tornam cada vez mais improvável à minoria virar maioria, como também

limitam a expressão da maioria da base, submetida a filtros que fazem o aparato e as finanças prevalecerem, ao tempo em que certas instâncias se tornam cada vez mais surdas ao que se passa nas nossas bases sociais. E quando o Partido perde conexão com suas bases, ele se converte num partido tradicional, cada vez menos inventivo, criativo, transformador e revolucionário.

Precisávamos de uma maioria decidida a mudar. E ao contrário disto, prevaleceu uma maioria conservadora.

Frente a isto, o que fazer?

Em primeiro lugar, reafirmamos: não vamos entregar o PT nas mãos desta tendência suicida.

Nos somaremos àqueles e àquelas que estiverem dispostos a continuar travando os debates que a maioria do Congresso preferiu não fazer, pelo menos não agora, com destaque para a necessidade de construir uma nova estratégia para um novo período histórico.

Por este motivo, afirmamos nossa disposição de participar e organizar, ao longo do segundo semestre de 2015, novas “etapas livres” de discussão, criando espaços internos de manifestação e organização dos petistas que discordam das determinações conservadoras que pesaram sobre o 5º Congresso.

Nos somaremos àqueles e àquelas que lutarão para impedir que seja aprovada a esdrúxula proposta segundo a qual não seria mais necessário contribuir financeiramente com o PT, para poder ter o direito de eleger nossas direções e definir nossas políticas. E seguiremos defendendo a necessidade de direções, setoriais e núcleos de base que atuem no cotidiano da vida e nas lutas das grandes massas da população, bem como políticas efetivas de formação e comunicação.

Nos somaremos àqueles e àquelas que exigirão da direção nacional que cumpra o prometido na “Carta de Salvador”, no que diz respeito a começar um novo ciclo de desenvolvimento.

Nos somaremos àqueles e àquelas que continuarão nas ruas, carregando as bandeiras petistas ao lado dos movimentos sociais, em favor das reformas estruturais, contra o retrocesso desejado pela oposição de direita e também contra o ajuste fiscal.

Seguiremos lutando, portanto, para mudar a linha do Partido.

A atual direção está nos conduzindo a uma derrota brutal, aqui e agora, em 2016 e em 2018. Do mesmo jeito que os povos têm o direito e o dever de lutar contra a opressão, a militância partidária tem direito à rebelião contra uma política que está ameaçando liquidar nosso Partido.

Os que assistiram ao 5º Congresso sabem que nele travamos o bom combate. Entramos e saímos dizendo que a estratégia adotada pelo PT desde 1995 está esgotada; a subalternidade frente ao governo ameaça nossa sobrevivência; precisamos voltar a combinar luta social e institucional, luta cultural e organização partidária, reformas estruturais e luta pelo socialismo.

Os resultados do 5º Congresso — não apenas pelo que ele disse, mas principalmente pelo que ele deixou de dizer — ameaçam o Partido dos Trabalhadores, o que afeta toda a esquerda, piora as condições de vida da classe trabalhadora e pode fazer o Brasil voltar a um papel secundário no cenário internacional.

Em nome de tudo que está em jogo, seguimos lutando. Aos que nos perguntam quais as chances de vitória nesta luta por mudar os rumos do PT, respondemos com franqueza: são reduzidas, como foram igualmente reduzidas as chances de

vitória em tantas outras disputas de significado estratégico. O que não nos impediu de lutar, nem impediu que fôssemos vitoriosos em várias delas.

Se vencermos desta vez, será pelo mesmo motivo fundamental que nos possibilitou vencer em outras situações: graças à força e a vontade dos setores mais combativos da classe trabalhadora. A isso dedicaremos o melhor dos nossos esforços. 

A direção nacional da tendência petista Articulação de Esquerda

17 de junho de 2015

Afirmamos nossa disposição de participar e organizar, ao longo do segundo semestre de 2015, **novas “etapas livres” de discussão**, criando espaços internos de manifestação e organização dos petistas que discordam das determinações conservadoras que pesaram sobre o 5º Congresso



5º Congresso: RESPOSTA VIGOROSA, firme e participativa aos imensos desafios que enfrentamos!

■ *Monica Valente*

O nome do bairro onde realizou-se a etapa final de nosso Congresso não poderia ser mais simbólico para o PT: Rio Vermelho! Um rio vermelho de decisões vigorosas, de mudanças e de participação.

Inicialmente, é preciso ressaltar que o V Congresso realizou-se em momento completamente diferente daquele em que foi convocado. Em dezembro de 2013, durante a I Etapa do V Congresso, nos detivemos a definir as diretrizes do programa de governo para a disputa eleitoral de 2014, tendo sido ainda realizado em maio de 2014 o Encontro de Tática Eleitoral, visando também as eleições gerais. A II Etapa se realiza, no entanto, depois da realização das eleições, um embate duríssimo, eleições em que tivemos um grande retrocesso na composição do congresso nacional, e em meio ao aprofundamento da crise econômica interna-

cional, com todos os seus reflexos perversos na economia na brasileira.

Inconformada com a perda das eleições presidenciais, a oposição brasileira aprofundou o seu caráter e suas ações golpistas, desde o final das eleições, inicialmente tentando impedir a posse da presidenta Dilma, depois articulando em torno da mídia corporativa, de setores do judiciário e do aparelho de estado uma tentativa de cerco e aniquilamento do PT e de impedimento do governo da presidenta Dilma. É importante observar, ainda, que esse mesmo tipo de atitude da oposição brasileira vem sendo implementada em países irmãos cujos governos se orientam pelo desenvolvimento com justiça social e por seu caráter anti-neoliberal: Venezuela, e mais recentemente, o Equador. Na democracia, a oposição neoliberal não vem conseguindo se viabilizar, tendo perdido todas as eleições recentes

em nossa região: Venezuela (2012), Chile (2013), Bolívia, Brasil e Uruguai (2014). Dessa maneira, o golpismo tem sido a saída escolhida pelas elites neoliberais de nossos países, seja por meio de golpe parlamentar (caso do Paraguai, 2012), seja golpe judicial (Honduras, 2009), seja por ações desestabilizadoras dos governos democraticamente eleitos (Venezuela, Argentina, Brasil, Chile e Equador). Sete meses após a posse da Presidenta Dilma, a agenda golpista e de interdição ao nosso projeto e ao nosso partido, liderada pela mídia, setores do aparelho de estado, do judiciário e a oposição, segue intensa.

Essa contextualização é importante por que realizamos a II Etapa do V Congresso com desafios muito mais complexos do que quando foi convocado, e dessa maneira, foi preciso realizar uma atualização estratégica para fazer frente a esse novo momento e a essas tentativas de

É preciso que nosso partido contribua definitivamente nas formulações, políticas e mobilizações necessárias para que a presidenta Dilma possa dar cumprimento ao programa de desenvolvimento com inclusão social que marcou sua eleição: Mais mudanças, mais futuro.



desestabilização do governo Dilma e de aniquilamento do PT.

Assim, para começar, parabenizo a acertada decisão do Diretório Nacional em abrir as discussões partidárias amplamente, com a realização de cerca de 300 etapas em todo o território nacional, congregando militantes e simpatizantes de nosso partido. O fruto disso foi um rico conjunto de propostas e contribuições que deverão ser apropriadas pelo partido, como por exemplo a realização de consultas amplas sobre temas candentes da vida nacional aos militantes e simpatizantes, a criação de núcleos de debates presenciais e virtuais, a criação de núcleos formados por gestores de políticas públicas do modo petista de governar, o orçamento participativo nas instâncias partidárias, a criação de fóruns e conselhos de movimentos sociais *ad hoc* aos diretórios, política de segurança pública, em den-

tre outras valiosas sugestões. Petistas de Buenos Aires e de Madrid também realizaram etapas livres, pela primeira vez podendo participar desse momento especial da vida partidária que é o congresso. Em breve as Secretarias de Mobilização e de Movimentos Populares divulgarão todas essas contribuições.

A etapa final também foi marcada pela ampla participação, com o credenciamento de 765 delegados/as dos 794 eleitos/as, sendo que cerca de 25% dos congressistas eram jovens de até 30 anos. Os/as congressistas puderam não somente participar nas plenárias de deliberação, como também foram protagonistas de profundos debates e proposições nos grupos de trabalho, onde rolaram pulsantes discussões e polêmicas.

Devemos cada vez mais impulsionar esse tipo de iniciativas, dialogando com as juventudes, por exemplo, que têm



inúmeras maneiras de se encontrar, de compartilhar ideias, de agir na sociedade. Temos que nos sintonizar com essa moçada e trazê-la para protagonizar no seio de nosso partido, com mais ousadia. Um bom começo foi essa dinâmica do V Congresso.

Quanto às resoluções, considero importantíssima a atualização da estratégia política do nosso partido frente aos inúmeros e cada vez mais complexos desafios que a conjuntura internacional e nacional nos colocam. Essa atualização tem como primeiro mérito recuperar o protagonismo do Partido na formulação política, econômica e social da construção do projeto político democrático e popular iniciado em 2003 com a eleição de Lula Presidente. Nosso Partido é o principal sustentáculo da presidenta Dilma, cujo governo, como todos sabemos, é um governo de coalizão, desde a campanha

eleitoral. No entanto, até mesmo pela característica de coalizão, e pelo perfil mais conservador do congresso eleito em outubro de 2014, é preciso que nosso partido contribua definitivamente nas formulações, políticas e mobilizações necessárias para que a presidenta Dilma possa dar cumprimento ao programa de desenvolvimento com inclusão social que marcou sua eleição: Mais mudanças, mais futuro.

Assim é que afirmamos taxativamente, desde a ainda tese Carta de Salvador, que *“o país precisa de um novo programa para um novo ciclo de desenvolvimento, cujo núcleo fundamental é a transformação do sistema tributário, regressivo, injusto, concentrador de renda e riqueza”* e que *“O PT defende também a reversão da política de juros altos, comprovadamente ineficaz no combate à inflação nesta fase de retração da demanda e gravosa para o Tesouro”*.

A este parágrafo foi agregada, por acordo, uma pertinente formulação feita pelos companheiros/as da Mensagem ao Partido, que diz que *“É preciso conduzir a orientação geral da política econômica para a implementação de estratégias para a retomada do crescimento, para a defesa do emprego, do salário e demais direitos dos trabalhadores, que permitam a ampliação das políticas sociais”*.

Outra contribuição importante que surgiu do debate em grupos, proposto por companheiros/as da CNB Construindo o Novo Brasil, incorporada do texto base, foi a formulação *Coerente com isso, o ajuste fiscal não deve recair sobre os trabalhadores. Por essa razão é preciso que as medidas tenham como princípio a justiça fiscal aprimorando ações como a MP 675 que eleva a CSLL de 15% para 20% no caso dos lucros e dividendos dos bancos”*.

Por outro lado, ninguém pode negar que o projeto de desenvolvimento nacional com inclusão social no Brasil não pode prescindir de uma profunda compreensão do cenário internacional e

da necessária e imprescindível articulação internacional do nosso Partido e do nosso governo. Assim é que a Carta de Salvador apontou seu entendimento de que esse novo ciclo de desenvolvimento *“não se limita às fronteiras nacionais, complementando-se com a intensificação dos esforços de integração da América Latina e da aliança com as nações do BRICS.....Neste sentido é preciso investir na nova arquitetura financeira mundial que vem surgindo no mundo: o Banco do Sul (da UNASUL), o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Acordo Contingente de Reservas, bem como o Banco Asiático de Desenvolvimento e Investimento da China”*.

Mais importante ainda foi a deliberação da construção de uma Frente Democrática e Popular, de partidos e movimentos sociais. A partir da constatação de que a realidade que atualmente vivemos é a da radicalização das disputas de projetos, em que aqueles contrários ao projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda, democracia e soberania nacional ganharam força e buscam desestabilizar o governo, é preciso buscar alterar profundamente o quadro da correlação de forças atual. O programa de reformas estruturais, necessário para dar continuidade ao projeto iniciado em 2003, pressupõe a construção de uma frente democrática e popular, de partidos e movimentos sociais, do mundo da cultura e do trabalho, baseada na identidade com as mudanças propostas para o período histórico em curso. Este caminho vai além de acordos eleitorais ou de pactos entre direções: a proposta aprovada no V Congresso é a constituição de uma nova coalizão, orgânica e plural, que se enraíze nos bairros, locais de estudo e trabalho, centros de cultura e pesquisa, capaz de organizar a mobilização social, o enfrentamento político-ideológico, a disputa de hegemonia e a construção de uma nova maioria nacional.



Foi importante, ainda, quanto ao tema da construção partidária, termos aprovado de maneira inequívoca a necessidade de investir na elevação da consciência e da cultura de classe, tarefa que relegamos a segundo plano no período anterior, com resoluções específicas relativas a Formação Política e a Comunicação Partidária.

Um dos debates mais acalorados foi o método de eleições das direções, da continuidade ou não das eleições diretas. Com uma mudança importante, a desvinculação do pagamento da cota partidária do direito ao voto, foram mantidas as eleições diretas para todas as direções partidárias. Decisão acertada, em minha opinião, sintonizada com a imensa vontade de participação cada vez mais direta do conjunto dos filiados e filiadas ao nosso partido. Agora é preciso aprimorar essa participação, avançando na formação política, criando mais momentos de participação direta e de debates para nossos/as filiados/as. Teremos a oportunidade de fazê-lo, no Seminário Nacional definido pelo V Congresso, sobre as eleições diretas e a organização partidária, para aprimorar todo o processo de participação direta do/a filiado/a na vida partidária, não apenas, embora muito importante, no processo eleitoral.

Finalmente, reputo da maior importância as resoluções Em defesa da Petrobrás, do Projeto Nacional de Desenvolvimento, sobre os Direitos dos Trabalhadores/as e da ampliação do diálogo social entre nosso governo e os trabalhadores, sobre o Brasil: Pátria Educadora, Modo Petista de Governar, e Tática para as Eleições 2016. A juventude petista também participou ativamente das Resoluções acerca da Luta contra a Redução da Maioridade Penal, do Fim do Extermínio da Juventude Negra e Por uma nova política sobre drogas, temas da maior relevância em nosso país.

Em sua primeira reunião após o V Congresso, a Comissão Executiva Nacional definiu grupos de trabalho (alguns em conjunto com o Instituto Lula), para elaborar os planos de trabalho para a implementação dessas resoluções: GT de Educação, GT Em defesa do PT, GT Agenda de Nacional de Mobilização com Lula, Parlamentares e Lideranças; , GT Em Defesa dos Direitos e das Reformas Populares, e GT Modo Petista de Governar e Eleições 2016. Além disso, o Presidente Rui Falcão e outros dirigentes vêm participando das reuniões da constituição da frente social de partidos e movimentos sociais, dando seguimento à resolução aprovada no V Congresso.

Simultaneamente, fruto da imensa injeção de ânimo que foi o V Congresso, diversos diretórios estaduais e municipais em todo o país vêm desenvolvendo ações de mobilização, em defesa da Petrobrás e da Democracia, por uma Reforma Política Democrática, em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a redução da maioria penal. Apenas alguns exemplos da região onde milito, que é São Paulo: o Diretório Estadual de São Paulo vem conduzindo e organizando o Dia Estadual de Mobilização Partidária: 15 macro regiões em junho e julho, com a presença dos deputados e deputados estaduais e federais, vereadores/as, prefeitos/as petistas, lideranças partidárias e sociais, além do Ato Em defesa da Democracia organizado pelo Diretório Municipal de São Paulo em 14 de julho. Na cidade de São Paulo, por sua vez, todo fim de semana o Prefeito Haddad e seus Secretários e Secretárias estão nas regiões da cidade prestando contas e dialogando com a população, no projeto Prefeitura no Bairro. Temos notícias de que isso vem ocorrendo em todo o país, e, a partir de agosto, com a implementação da agenda nacional de mobilização liderada

pelo Presidente Lula, com os senadores/as, deputados/as e ministros/as petistas, esse processo de mobilização em defesa de nosso Partido e de nosso projeto político iniciado em 2003 deverá dar um salto de qualidade.

Frente à tentativa de aniquilamento do nosso Partido, nossa militância respondeu à altura nessa II Etapa do nosso V Congresso, participando ativamente, com a coragem e audácia que sempre marcaram esses 35 anos do PT. Como disse o presidente Lula na abertura do V Congresso: *“Neste mês de junho completam-se dez anos que a imprensa brasileira começou a decretar a morte do PT... Há dez anos esses jornalistas anunciam a morte do PT, mas nós estamos aqui para mostrar que o PT continua vivo e preparado para novos combates... Machucado, sim, mas bem vivo. Enfrentando a mais sórdida campanha de difamação que um partido político já sofreu neste país. Mas vivo, de cabeça erguida, construindo um país melhor!”*

Sabemos que a luta é dura, a conjuntura é complexa e os desafios são imensos. Por isso, vamos à luta, companheiros e companheiras! 

 **MONICA VALENTE** é Secretária de Relações Internacionais do PT





CONGRESSO DE CRISE, que não terminou

■ *Misa Boito*

Recusar o combate ao plano de ajuste de Levy enfraquece o PT e abre terreno para a reação, abertamente pró-imperialista, avançar contra Dilma e o partido

A etapa final do 5º Congresso do PT ocorreu depois de seis meses do novo mandato de Dilma - reeleita em condições de uma aguda disputa de classe - com o país em crise e sinais alarmantes do sacrifício imposto à classe trabalhadora com a política de ajuste fiscal. Mas, o PT também chega ao Congresso, ele mesmo, em profunda crise, alvo de uma brutal ofensiva reacionária. Impotente frente à situação, pela submissão da cúpula à política do governo (que no primeiro semestre opôs o PT às organizações da base social que ele nasceu para representar), e a sua subor-

dinação às instituições. No mesmo período completariam dois meses da arbitrária e injusta prisão do companheiro Vaccari, sem uma reação à altura do partido (1).

Mesmo sem uma real preparação desde a base, e mesmo que os delegados estivessem com “prazo de validade” do mandato vencido (foram eleitos no distorcido processo do PED, dois anos antes), havia uma expectativa: muita coisa tem que mudar!

Terminado o congresso se constata: não mudou nada!

Um mês após a realização do Congresso, o Brasil e o PT que vemos é, em si, um elemento de balanço.

Texto acena futuro promissor, mas ignora presente de terra arrasada

A “Carta de Salvador”, uma peça literária de “ideias que não correspondem aos fatos”, foi adotada sem ser conhecida pelos delegados.

A situação cada vez mais difícil para os trabalhadores - o desemprego que cresce, os salários que caem, direitos que são retirados e cortes de orçamento na educação, saúde, moradia e reforma agrária - passou ao largo das decisões.

Procure-se com lupa, e não se encontrará o Plano Levy que não existe na

Carta de Salvador, mas sua execução, em seis meses, já deixou 600 mil desempregados e uma queda de 6% da massa salarial real dos trabalhadores, em comparação com primeiro semestre de 2014.

A responsabilidade maior no Congresso de um partido dos trabalhadores seria lutar para reverter esse curso desastroso. Mas o Congresso do PT, por pequena margem, decidiu não fazê-lo e adotou um texto que acena com o paraíso a quem padece no inferno (2).

Com as decisões do 5º Congresso perdem os trabalhadores, perde o partido. Mas, enganam-se os que acham que tudo está perdido!

Não está porque, em primeiro lugar, a base social do PT que saiu a campo para garantir a reeleição de Dilma, não recolheu armas e segue em cena.

As apertadas votações no 5º Congresso (os líderes de bancadas não conseguiam disciplinar os delegados) mostraram que algo se move na boa direção, a de manter os compromissos da fundação do partido com a classe trabalhadora.

“O PT de volta para a classe trabalhadora”

Uma lufada de ar: o Manifesto dos Sindicalistas Petistas, encabeçado pelos membros da Executiva nacional da CUT, com a adesão de mais de 400 sindicalistas, que repercutia no Congresso os seis meses da luta, encabeçada pela CUT, contra as medidas do Plano Levy.

“Consideramos que a política de ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda coloca o PT contra a classe trabalhadora e as camadas populares que sempre foram sua principal base de apoio. Trata-se de uma política econômica que diminui o papel do Estado, corta investimentos e eleva juros, acabando por restringir direitos sociais, rebai-

xar salários e aumentar o desemprego, com impactos negativos no PIB.

Sabemos o que ocorreu na história recente com partidos de esquerda que aplicaram políticas de ajuste fiscal inspiradas pelo FMI, como se viu em alguns países da Europa: entraram em crise, foram derrotados em eleições, perderam sua base social. Não queremos que o mesmo aconteça com o PT! (...)

É nosso dever, como dirigentes sindicais petistas, defender a classe trabalhadora. Jamais abdicaremos disso, inclusive quando houver conflito de posições entre nós, partido e governo. (...)

Ainda é tempo de mudar de política e de plano econômico, o que, na nossa opinião, é essencial para a sobrevivência do PT como partido dos trabalhadores. E é com esse espírito que queremos intervir neste 5º Congresso: queremos o PT de volta para a classe trabalhadora!” (3)

No ato de abertura, Lula e Dilma pediam o apoio ao plano de ajuste fiscal e os delegados recebiam este manifesto.

A cúpula do Partido que Muda o Brasil (PMB), hegemonizada pelo Construindo Um Novo Brasil (CNB), submissa às ordens do Planalto, conseguiu atender, até certo ponto, os apelos de Lula e Dilma. Até certo ponto porque, se por um lado, conseguiu derrotar a proposta de emenda baseada no Manifesto dos Sindicalistas, por estreita margem, por outro - mesmo se dirigentes apelassem para que o PT reafirmasse que “está ao lado” da política aplicada pelo governo - a carta de Salvador, não pôde chegar ao ponto de declarar apoio explícito ao plano Levy.

Ao derrotar com margem estreita a proposta de acabar com o plano Levy, por uma política que atenda aos interesses da nação e dos trabalhadores, o Congresso do PT deixou o caminho aberto para prosseguir a política que ameaça a nação e os trabalhadores e por isso fragiliza o governo e o partido.

Poucos dias depois, o balanço oficial

dos “vencedores”, de sucesso do Congresso, esboroou. Lula, que foi ao Congresso para enquadrar o partido e manter tudo como está, declara que “Dilma está no volume morto, o PT está abaixo do volume morto, e eu estou no volume morto. Todos numa situação muito ruim”. E, conclui, como se não tivesse responsabilidade com a política que leva à crise do PT que “estamos perdendo para nós mesmos” (!?)

É bom que se diga: quem está perdendo são os trabalhadores e a nação. O Plano Levy, apoiado por Lula, segue impondo sacrifícios. E o ajuste está só no começo, diz o ministro da Fazenda! Em que direção ele caminha? Um articulista do principal porta voz da burguesia tupiniquim aponta.

Em artigo sobre o brutal acordo aceito pelo governo do Syriza na Grécia, em choque com a vontade da esmagadora maioria do povo grego que disse Não à austeridade no referendo de 5 de julho, Celso Ming escreve: “Do ponto de vista prático, ficou claro que, em casos de crise fiscal, não há saída que não envolva austeridade e muito sacrifício. E essa não é uma lição que serve apenas para os ‘folgados gregos’, que habitam as terras do outro lado do Atlântico. Serve especialmente para nós, brasileiros, que adoramos consumo fácil baseado no avanço do endividamento ‘a perder de vista’” (OESP 14/07).

É a política do imperialismo em crise e que o ministro Levy é o entusiasta executor no Brasil (4). Mas, como do outro lado do Atlântico, os trabalhadores e a maioria oprimida do povo brasileiro resiste a pagar o preço da crise. E essa resistência expressou-se no limitado quadro do Congresso do PT.

O Manifesto dos Sindicalistas não se esgotou no congresso. Se ali a decisão foi fechar os olhos às brutais consequências do plano de ajuste, os trabalhadores, através de suas organizações, estão de olhos bem abertos!

OUTRA POLÍTICA ECONÔMICA

A tese “Resgatar o Petismo no PT”, apresentada pelo Diálogo e Ação Petista, do qual participa a Corrente O Trabalho, com militantes de diferentes origens no PT, propõe, entre outras medidas para uma política econômica em defesa da nação e dos trabalhadores:

1. Centralização cambial, derrubada dos juros: isso permitiria ao Banco Central reduzir fortemente os juros. Especuladores não ameaçarão remeter seus dólares para o exterior quando bem quiserem, terão de alocar o dinheiro em títulos públicos, mesmo a juros menores, ou em ativos produtivos.

2. Reindustrialização e proteção comercial: proteger a indústria da competição internacional. O “livre” comércio, bom para as multinacionais, é um instrumento para reduzir salários em nome da competitividade. São necessárias tarifas e barreiras de importação em ramos da indústria mais relevantes. O Brasil escolherá com quem prioriza seu comércio, por exemplo, países do UNASUL.

3. Fim do superávit fiscal, investimento público e reestatização: retomada dos investimentos públicos para melhorar os serviços públicos. Empresas estatais seriam criadas (ou recriadas) no transporte, eletricidade, telefonia, com mais hospitais e escolas.

Essas medidas não são novidade, foram tomadas em países que se desenvolveram. Foram parcialmente aplicadas no Brasil, até serem desmanteladas pela onda privatizante do fim do regime militar, com Sarney, Collor e FHC.

Outras medidas estruturais necessárias: reforma tributária taxando grandes fortunas e heranças, fazendo os ricos pagarem mais impostos, e menos os trabalhadores, sobretudo de menor renda; as reformas, agrária e urbana terão também efeitos no mesmo sentido.

A FUP prepara uma greve para dia 24 de julho em defesa da Petrobras contra a ofensiva ao regime de partilha do pré-sal, comandada pelo PSD – num terreno tão bem aberto pela operação Lava Jato - e o desmantelamento da Petrobras, promovida pela diretoria da empresa, sob comando de Bendine, nomeado pela presidente Dilma. Para 28 de julho a CUT chama atos contra o plano de ajuste fiscal.

Amadurecem as condições, e isso devemos ajudar, para avançar a unidade da classe, numa ação, todos juntos, contra o ajuste fiscal.

Não há como fazer frente à ofensiva reacionária - cujo objetivo primeiro é garantir que o país não se desvie, e mais, acelere, o ajuste fiscal - não há como defender a democracia, e o governo legitimamente eleito, sem integrar, num mesmo movimento, a defesa dos interesses da classe trabalhadora, que garantiu a reeleição de Dilma, a única força capaz de barrar o retrocesso político e econômico que o imperialismo e seus office boys no país tentam impor.

O Congresso não encerrou a luta: abaixo o Plano Levy!

Elementos de crise, alianças e PED continuam

Dois anos depois da abertura da crise política que explicitou a falência do presidencialismo de coalizão e a trave que é o atual sistema político para as profundas mudanças que o país precisa – e que colocou na pauta a luta pela Constituinte Soberana e Exclusiva do Sistema Político - o Congresso reafirmou, com boa parte do plenário chamando “fora

Cunha”, a atual política de alianças.

Como quem se equilibra em corda bamba, e a corda está bamba mesmo (!), dirigentes da CNB tomaram a palavra para explicar que sem o PMDB não dá para governar. Antes e depois do Congresso, a pergunta é: e com o PMDB, está dando para governar? É o PT quem está governando?

A política, cujo eixo é a aliança nacional com o PMDB – contraditória com a natureza do PT e pela qual o partido já paga caro - dá cada vez mais espaço e poder aos que, à luz do dia, se mostram verdadeiros sabotadores encastelados no governo encabeçado pelo PT. Temer, Cunha e Renan, quanto mais, inclusive Lula, pensa apaziguá-los, tanto mais chantageiam e abertamente agem para enfraquecer Dilma e o PT.

O “cavalo de tróia”, dentro do Planalto começa, inclusive, a mandar sinais para setores da oposição.

Ao decidir manter as atuais alianças, que a Corrente O Trabalho sempre combateu, o 5º Congresso perdeu a oportunidade de reverter uma política que é, em grande medida, responsável pela crise que o partido atravessa.

No plano interno, com a decisão de manter o PED o 5º Congresso perdeu a oportunidade de reatar a trajetória de um partido surgido da “*necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la*” (Manifesto de Fundação). Como bem expressou o companheiro Patrus Ananias, na defesa do fim do PED durante os debates, o PT nasceu como “*um partido de massas, não de massa de manobra, mas militante*”.



O PED, que não teve o apoio da Corrente O Trabalho desde seu surgimento, foi, é e será a expressão, no plano interno, da adaptação do partido ao atual sistema político. As vãs promessas, mais uma vez, de reformar algo que é irreformável não vão melhorar o PED, que é a base sobre a qual se fabricam – a altos custos financeiros – maiorias que há 15 anos conduzem o partido.

Vitória de Pirro e indício de recomposição

Uma vitória custosa e que pode trazer prejuízos irreparáveis, assim a Corrente O Trabalho caracterizou os resultados do 5º Congresso do PT. Um congresso de crise, *“que aprofundou o fosso entre a direção do partido e sua base social. Sem discurso, o grupo dirigente tenta popularizar mudanças que não houve num 5º Congresso conservador, onde ele, encabrestado pelo Planalto, entrou e saiu dividido sobre várias das principais questões”*. (Carta O Trabalho de 17 de junho).

Vitória na qual as votações apertadas indicam o início de uma recomposição dentro do partido, liberando setores das amarras de uma política que afasta o partido de seus compromissos originários com a classe trabalhadora e a maioria oprimida da nação, e está na raiz da crise e da frustração com os 13 anos de governo encabeçado pelo PT, nos quais as mudanças em direção à transformação da ordem econômica, política e social, não vieram.

Uma recomposição cuja expressão mais contundente é o Manifesto dos Sindicatos, dos dirigentes da CUT, identificados com várias correntes do PT, a maioria com a CNB, confrontados, no dia a dia, com sua base sindical, os trabalhadores que são atacados nesses seis meses.

Não faltam vozes, Democracia Socialista à frente, que pretendam se apre-

sentar como protagonistas desse processo de recomposição que pode estar se iniciando. *“Em síntese, formou-se uma proto-maioria cuja consolidação não está de forma alguma assegurada, mas depende, em grande medida, da Mensagem ao Partido que foi sua principal protagonista”* (texto da DS, 22/06). A mesma DS que no Congresso aceitou o vergonhoso acordo com o PMB sobre emenda apresentada pela MSG, trocando a palavra “alterar” a política econômica por “conduzir”. Isso é fazer o jogo da Carta de Salvador: manter intocável o Plano Levy e lançar a ilusão de que é possível uma política econômica favorável à nação e aos trabalhadores que não comece por interromper a política de ajuste, centro do Manifesto dos Sindicatos, a principal expressão da resistência, da qual a DS pretende ser protagonista! Uma pretensão para canalizar e dissolver o verdadeiro conteúdo de uma recomposição que busca retomar a trajetória do PT?

A recomposição pressupõe também tirar o partido da letargia que impera desde o início da Ação Penal 470 e defender o PT, alvo de uma ignóbil ofensiva do Judiciário, e os seus dirigentes, vítimas desse processo. Mas a DS e Mensagem propõem *“afastar do partido todos os que comprovadamente estiverem envolvidos em atos de corrupção”*. Comprovadamente por quem? Sergio Mouro e o fraudulento julgamento, pelo STF, da AP 470?

A Corrente O Trabalho do PT, que com o Diálogo em Ação Petista, busca “agir como o PT agia”, fiel aos compromissos que estão na base da fundação do nosso partido, se dispõe a ser parte integrante num processo de recomposição, com a lufada de ar no partido que vem da luta da classe trabalhadora que o PT nasceu para representar. ☐

16 de julho, 2015



MISA BOITO integra o Diretório do PT-SP

NOTAS

(1) Os três minutos de aplausos e gritos de “Partido é dos Trabalhadores”, em resposta à solidariedade prestada ao companheiro Vaccari, na defesa da tese “Resgatar o petismo no PT”, do Diálogo e Ação Petista, foi o único momento de unidade partidária, expressão do sentimento de defesa do PT, que não se concretiza nos resultados do Congresso.

(2) Apenas 12 dias após o congresso, não podendo tapar o sol com a peneira, a CEN do PT “reinterpreta” a carta de Salvador e fala em “medidas urgentes de reorientação” na política econômica. Por enquanto, jogo de palavras. Pois a CEN nada fala sobre reversão dos cortes no orçamento, restituição de direitos, etc., e ainda saúda as concessões/privatizações como retomada do crescimento!

(3) Manifesto equivocadamente apresentado na “Carta de Porto Alegre”, pelo DR-RS (27/06) como “Defesa da Democracia, da Luta e dos Direitos dos Trabalhadores” proposta pela CUT e pelos movimentos sociais, afirmando que é preciso fazer o ajuste sobre os mais ricos.”

(4) “O governo precisa de receitas não recorrentes para melhorar o resultado, como venda de ativos (...) a desaceleração do mercado de trabalho tem o papel importante na queda esperada para a inflação (...) A confiança doméstica caiu, mas o apetite estrangeiro para participar do mercado brasileiro aumentou com o câmbio mais desvalorizado (...) O ajuste caminha a parte cíclica, mas tem que avançar na estrutural. Algumas agendas que estão paradas precisam ser retomadas para criar perspectiva mais otimista, como a flexibilização do mercado de trabalho, avanço das concessões”. Entrevista de David Beker, do banco Merrill Lynch que conclui “o otimismo vem de que o governo se convenceu que o ajuste era necessário.” (Valor Econômico, 16/07).

Avaliação do V Congresso: antes, durante e depois

■ *Maristella Victor de Matos*

“Com todos os nossos limites e desafios, o PT continua sendo um Partido vibrante, cheio de vitalidade, com uma militância consciente, politizada, apaixonada e que sonha com um futuro cada vez melhor. Só o PT tem uma militância capaz de enfrentar o ódio de classe e superar desafios históricos da cultura política brasileira. Precisamos acreditar mais na nossa própria força, apostar mais na nossa base e na combinação da prática política com a utopia, que se traduz em resistência e na capacidade de se reinventar, sem mudar de rumo.”

(Trecho da tese da MS ao V Congresso do PT)

O balanço do V Congresso reflete o mesmo método do processo, com mudanças improvisadas conforme o interesse da maioria partidária, desrespeito ao regimento aprovado e esvaziamento dos principais temas

O antes

O V Congresso Nacional do PT foi convocado ainda no final de 2012, a partir de uma avaliação do que, depois de três mandatos à frente da Presidência do Brasil, o PT realizou quanto às inúmeras mudanças, porém considerando que nem o país nem o partido eram mais os mesmos. A última vez que o PT havia se debruçado num debate sobre Programa para o Brasil foi no 7º Encontro Nacional em 1995, quando foi elaborado documento chamado “Programa Democrático e Popular”. No final de 2013, ocorreu mais uma elei-

ção interna no PT, que alterou a direção partidária e definiu a decisão quanto à composição da direção, como acontece em poucos partidos no mundo: a paridade de gênero para as direções, instâncias e órgãos em todos os níveis, acompanhada de uma cota de 20% de jovens e 20% de negros ou negras.

A nova direção petista convocou a primeira etapa do V Congresso em dezembro de 2013, o que acabou servindo mais como um evento de confirmação da candidatura à reeleição da Presidenta Dilma e por conta da conjuntura, transfe-

riu-se para o primeiro semestre de 2015 o debate programático.

No processo eleitoral, a disputa foi acirrada e a polarização, principalmente no segundo turno, mobilizou espontaneamente a sociedade. Voltaram às ruas os antigos militantes que haviam guardado suas bandeiras - pessoas simples que entenderam que suas vidas melhoraram por méritos próprios, mas também porque os governos do PT fizeram mudanças importantes e significativas no país e que, por isso, o Brasil não poderia voltar atrás. Eles continuaram apostando no



A minoria do partido, com sua pluralidade, de forma expressiva e unificada tinha entre 40% a 45% dos votos no encontro. Isso foi fundamental para mostrar que **ainda podemos mudar os rumos do partido** e disputar os rumos do governo

projeto do PT como a melhor opção. Assim, numa eleição apertada, Dilma foi re-eleita e o PT conquistou seu IV mandato presidencial consecutivo.

Em novembro de 2014, aconteceu em Fortaleza (CE) reunião da Direção Nacional do Partido. Havia um clima de festa na cidade (o PT ganhou o governo do estado) e no partido: militantes e dirigentes sentiram-se aliviados depois do susto da possibilidade de retrocesso, que havia sido superado. A Presidenta Dilma foi à reunião do Diretório do PT e fez um aceno importante à direção, afirmando que o novo governo teria como elemento fundamental o diálogo: “ficar rouco de tanto ouvir” foi a expressão usada pela Presidenta. Além disso, reafirmou seu compromisso em fazer avançar as reformas estruturais, dentre elas, a Reforma Política, Tributária e da Mídia.

Tão logo Dilma tomou posse, a militância petista, que viu com bons olhos e se empolgou com a guinada de nossa candidata à esquerda no segundo turno, se frustrou ao ver, após a sua vitória, uma guinada à direita por parte do governo. Como política de governo, Dilma, recém eleita, tomou duas decisões que buscavam dissipar a pressão da oposição derrotada, mas que desagradou os petis-

tas e, também, à base social que a havia reconduzido ao governo: 1) A nomeação do Ministro da Fazenda Joaquim Levy (economista liberal, renomado no setor financeiro e um dos protagonistas do programa da oposição) e da Ministra da Agricultura Kátia Abreu (representante autêntica do agronegócio e com passado político recente de oposição ferrenha ao Presidente Lula); e, 2) O anúncio de um ajuste fiscal de caráter recessivo, que mexe direta e negativamente com direitos trabalhistas (aposentadoria e seguro-desemprego) e com um detalhe - sem qualquer diálogo prévio, como havia se comprometido a Presidenta com o seu partido há menos de dois meses.

Enfim, o período entre o aniversário do PT e a segunda etapa do V Congresso do partido foi intenso e marcado pela luta de classe, como poucas vezes vista na história de um país. As manifestações de 13 e de 15 de março, de 31 de março e de 1º de abril e de 15 e 19 de abril mostravam o Brasil polarizado nas ruas e no Congresso Nacional, este, o mais conservador desde o final da ditadura militar. O PT não apenas foi derrotado, mas foi eleito para Presidente da Câmara dos Deputados um autêntico representante da direita conservadora, do sistema financeiro, da

mídia golpista e dos valores do fundamentalismo religioso. A radicalização do golpismo e de pautas extremamente conservadoras unificaram a esquerda, que vinha desestimulada com a Presidenta Dilma, e reposicionaram a disputa de classe nas ruas.

Nesse cenário, a partir de março, deu-se início às etapas zonais, municipais, estaduais e etapas livres do V Congresso. Foram etapas muito representativas em alguns locais e, noutros, nem tanto. Cabe aqui ressaltar duas coisas positivas: 1) As etapas livres: aconteceram em todo o país mais de 400 etapas livres, auto-gestionáveis organizadas por grupos de filiados, por tendências, por setoriais, por dirigentes, por parlamentares, enfim, por um conjunto de pessoas, que se sentiram protagonistas desse processo e que se preocuparam em debater o partido e os mais diferentes temas, que lhes diziam respeito. Outra experiência inovadora foi a realização de uma Etapa Livre Virtual, que contou com a participação da Secretária de Mobilização e do Presidente Nacional do PT; 2) Ainda que não tivessem acontecido, em alguns estados, eventos muito representativos, do ponto de vista numérico, vale lembrar que os militantes e simpatizantes do partido participaram

desses eventos de forma espontânea, já que não havia disputa em jogo, a não ser o bom debate.

Também aconteceram 05 seminários regionais preparatórios ao Congresso, organizados pela Fundação Perseu Abramo, que abordou pontos da pauta congressual e outros assuntos da conjuntura e que foram acompanhados de forma virtual por muitos militantes.

O durante

A realização da etapa final do V Congresso Nacional do PT aconteceu em Salvador (BA), de 11 a 13 de junho de 2015, com a presença de 756 delegados (51%) e delegadas (49%), dos 800 delegados/as convocados/as. Quando foi convocada, o objetivo desta etapa era discutir o programa petista para o Brasil, acrescido do debate sobre a manutenção, revisão ou extinção do PED (Processo de Eleições Diretas do PT) que acontece desde 2001, um ano antes do PT ganhar a primeira eleição para Presidência da República.

O local do evento não poderia ter sido melhor escolhido, ainda que quando definido não se tivesse ideia de como estaria a conjuntura naquele momento. Salvador é um lugar distinto pela sua beleza natural, mas ainda mais pelo seu povo, alegre e generoso. Mas fundamentalmente, foi importante a escolha do local pelo simbolismo da vitória do governo do estado e, além disso, pelo vigor da militância petista local que estava presente e ávida por demonstrar sua confiança no governo e no partido.

Durante a tarde do dia 11, foram apresentadas as teses e aprovada a tese guia do Congresso. À noite, aconteceu o ato de abertura oficial do Congresso, com a presença da Presidenta Dilma e do Presidente de honra do partido – Lula. Este participou ativamente da abertura e tam-

bém do lançamento de uma campanha nacional de retomada do autofinanciamento militante do partido. Em sua fala na abertura, Lula fez um resgate histórico importante do ódio de classe e das profecias furadas da mídia contra o PT: “Em 2005, anunciavam a morte do PT e nós ganhamos as eleições; em 2010, eles diziam que o PT acabou e nós vencemos as eleições; em 2014, novamente. Sabe por quê? Porque mudamos a vida do povo, por isso temos que andar de cabeça erguida, companheiros!”. É fato que seu discurso foi mais moderado que no aniversário de 35 anos do partido, onde ele propunha a atualização do Manifesto do Partido. Dilma fez um discurso com tom institucional, justificando a política econômica.

Na manhã do dia 12, aconteceu o lançamento da campanha de finanças do Partido. No final da manhã e início da tarde, reuniram-se os grupos de debate. Este foi o momento mais rico do Congresso, inclusive, não só porque os/as delegados/as puderam expor suas ideias, mas principalmente porque pudemos perceber a diversidade presente naquele congresso, mostrando que uma nova correlação de forças estava instalada no partido e, a grande maioria, já não era tão grande assim.

No meio da tarde do dia 12, ocorreu um seminário internacional com delegações de alguns países latino-americanos, sobre a integração latino-americana, com uma participação maciça dos delegados/as e com um conteúdo bastante rico.

Importante resgatar o processo até aqui. Depois do documento de convocação do V Congresso, citado anteriormente, que focava o debate estratégico e a necessidade do PT atualizar seu Programa para o Brasil, a pauta foi readequada e, para essa segunda etapa, havia um roteiro de discussão baseado em 05 (cinco)

pontos: atualidade do socialismo petista; análise de conjuntura internacional e nacional; narrativa sobre o legado do PT; programa do petismo para o Brasil; e o PED. Foram inscritas inicialmente oito teses abordando esse conteúdo e, algumas delas foram alteradas às vésperas do Congresso, inclusive a que se tornou tese-guia, denominada “Carta de Salvador”.

Na manhã do dia 13, seria o momento de debater e aprovar ou não as emendas ao texto-base. E esse foi o momento mais frustrante do Congresso. Com um plenário lotado, começou a discussão e votação das emendas. A corrente majoritária, ou o conjunto de correntes que eram maioria no congresso, apesar de ganhar todas as votações, se mostrou dividida e ganhou as votações de forma apertada. A minoria do partido, com sua pluralidade, de forma expressiva e unificada tinha entre 40% a 45% dos votos no encontro. Isso foi fundamental para mostrar que ainda podemos mudar os rumos do partido e disputar os rumos do governo. Mas isso não apagou a frustração dos delegados/as presentes que se sentiram agredidos, pois a maioria, após poucas votações, sentindo que corria riscos de diminuir seus delegados/as e perder as votações, com a pressão do horário para os voos, resolveu sumariamente, numa votação confusa, acabar o Congresso como ele começou: sem maiores mudanças e com um clima de que pouco se debateu e nada de novo se propôs.

O depois

O balanço do V Congresso reflete o mesmo método do processo, com mudanças improvisadas conforme o interesse da maioria partidária, desrespeito ao próprio regimento aprovado e esvaziamento dos principais temas. Os poucos momentos de discussão foram muito bem aproveita-

dos pelos participantes, ávidos pelo debate e muitas das propostas apenas receberam o “carimbo”: serão remetidas para o Diretório Nacional.

Afinal, qual o conteúdo debatido e deliberado neste Congresso?

O debate sobre a recusa do PT em receber financiamento empresarial para o partido, decidido no Diretório Nacional para ser deliberado no Congresso, foi retirado de pauta e devolvido para o DN deliberar.

Sobre a política econômica houve duas votações: uma delas propondo uma crítica ao governo, que obteve 45% dos votos, mas acabou sendo derrotada e, em seu lugar, foi aprovada outra resolução com tom propositivo para que o governo diminua juros e crie mais emprego e renda.

Sobre a proposta do PT romper aliança com PMDB, ela foi rejeitada e, no dia seguinte, o líder da oposição e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), declarou na imprensa que se o PT não tem coragem, o seu partido deveria declarar o fim dessa aliança.

Sobre o fim do PED, depois de muita pressão e gritos de ordem, o tema que mais movimentou o plenário do Congresso, foi mantido com duas ressalvas: os filiados estão desobrigados ao pagamento de anuidades para votar (o que entra em contradição com o lançamento da campanha de finanças militante lançada por Lula no dia anterior e torna o PED ainda mais despolitizado) e o compromisso do DN convocar um seminário no prazo de 90 dias para propor mudanças pontuais ao sistema eleitoral interno do PT.

Outro tema propunha que o PT convocasse um congresso constituinte em novembro de 2015, elegendo novos delegados para redefinir o Programa Partidário e organização interna, ou seja, repetir a pauta deste congresso que foi desvia-



da e, com isso, que houvesse a eleição de uma nova direção em todas as instâncias, encurtando o mandato atual. Essa proposta também foi derrotada.

E, finalmente, o último assunto, finanças, foi devolvido para DN de onde havia sido remetido ao Congresso.

O saldo final das resoluções consta no documento guia chamado de “Carta de Salvador”, que possui uma análise de conjuntura e um posicionamento partidário sobre 13 pontos: reforma política; desenvolvimento do Brasil; direitos trabalhistas; PED; formação política; comunicação; modo petista de governar; eleições 2016; comissão da verdade; combate à corrupção; contra redução da maioria penal; política de combate as drogas; contra extermínio de jovens negros. Esse texto foi aprovado no Congresso, debatido nos grupos que fizeram propostas de emendas, mas isso não foi apreciado e sim, remetido ao DN.

Enfim, esse foi mais um Congresso com debate na base desconsiderado pela direção (não foi apresentada nenhuma das contribuições, seja das etapas zonais, municipais, estaduais e etapas livres); foi um Congresso que mudou duas vezes a pauta original e sequer deliberou sobre o que foi mudado, chegando a um resulta-

do muito diferente do motivo porque foi convocado e da pauta que foi deliberada. Prevaleceu a máxima: “vamos deixar tudo como está, para ver como fica”.

Finalmente, como foi dito anteriormente, a movimentação das forças internas, que é uma das poucas características originais do PT que ainda se mantém, apresentou alguma novidade, que veio da articulação de um bloco de 35 deputados federais (maioria dentre os 63 da bancada federal) e alguns senadores que assinaram um manifesto: “Mudar o PT para continuar mudando o Brasil”. Esse manifesto foi apoiado por delegados (as) de praticamente todas as cinco teses que se mantiveram até a etapa final do Congresso e foi a base de parte dos temas debatidos na plenária final. Se essa articulação prosperar, significa que poderá haver na bancada maioria diferente da maioria da direção do partido e poderá surgir um espaço alternativo de disputa dos rumos do partido. O debate das emendas também mostrou isso: votações com vitórias da maioria muito apertadas.

O documento dos sindicalistas também foi importante para demarcar posição contrária aos ajustes apresentados pelo governo - tese que, embora derrotada, tem apoio da maioria na base do partido.

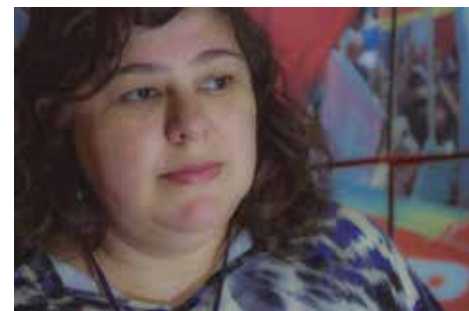
Outro marco foi a proposta apresentada pela tendência “Novo Rumo” que, apesar de compor o bloco da maioria do PT, nesse ponto específico (política econômica) apresentou uma posição crítica ao governo e sinalizou a possibilidade de outro rumo, o que poderia se somar à uma nova correlação de forças na direção partidária, ainda que seja considerado um movimento muito prematuro. Ainda assim, esta proposta que contou com o apoio de 45% dos delgados foi derrotada.

Para finalizar, é importante ressaltar que o V Congresso não debateu o que se havia proposto e deliberou que não há disposição de qualquer mudança no posicionamento político e no papel do partido, instituição política que deveria pelo menos cumprir com suas funções clássicas de

representar os interesses da classe trabalhadora (em suas diferentes especificidades); disputar eleições para transformar o sistema político e econômico (e não ser o partido da ordem); e promover a educação política de seus filiados e militantes para mudar a cultura política do país (e não repetir no seu funcionamento interno os vícios do sistema político vigente).

Diante de uma conjuntura mundial tão dinâmica e de uma conjuntura nacional fervorosa, que nos exige respostas efetivas, se não podemos afirmar que o partido deu um passo atrás, é necessário registrar que o PT perdeu uma grande oportunidade de reencantar a militância e sinalizar para um processo de mudança. O partido está paralisado, “olhando a banda passar”. 

MARISTELLA VICTOR DE MATOS é Secretária Nacional de Mobilização do PT e integrante da Coordenação Nacional da Tendência Militância Socialista



ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)

() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)

() R\$ 200,00

() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1
Em nome de: Rubens Alves da Silva

O MELHOR partido do Brasil

■ *Romênio Pereira*

E

O Congresso de Salvador indica rumos e dá **um novo fôlego** ao PT. (...) “O Partido dos Trabalhadores jamais renunciará ao seu compromisso histórico com a emancipação do povo brasileiro”

Em recente encontro com religiosos e líderes de pastorais, o Presidente Lula ressaltou ser urgente a necessidade de o PT retornar o ‘sonho petista’: “as pessoas sonham que o PT volte a ser o que era, e se existe esse sonho, vamos torná-lo realidade”. Em um duro e sincero pronunciamento, Lula reconheceu a situação difícil que passa o partido, o governo e os próprios movimentos sociais, mas questionou a legitimidade de outros atores políticos e de outras siglas partidárias para fazerem o contraponto ético e político com o Partido dos Trabalhadores. “Somos o melhor partido do Brasil”, resumiu ele em sua fala.

O depoimento de Lula ocorreu quatro dias após o PT ter realizado a segunda etapa de seu V Congresso Nacional. Congresso este, realizado em Salvador, que mostrou a vitalidade da sigla. Com a presença de centenas de militantes de todos os estados brasileiros – eleitos pelas bases em outros tantos encontros preparatórios – o partido ainda reuniu no mesmo espaço de discussão a atual e o ex-presidente da República, senadores, governadores, deputados, prefeitos e vereadores e o mais importante, um congresso com quase absoluta paridade de gêneros. Com 49,3% de mulheres participantes.

Os partidos políticos brasileiros do centro e da direita – sobretudo aqueles que querem acabar com a nossa raça ou vivem decretando que o PT morreu - jamais tiveram a coragem, por falta de militância, fôlego e musculatura, de ousar algo semelhante. O que vemos em outras siglas são decisões tomadas em mesas de





Em um duro e sincero pronunciamento, **Lula reconheceu a situação difícil que passa o partido**, o governo e os próprios movimentos sociais, mas questionou a legitimidade de outros atores políticos e de outras siglas partidárias para fazerem o contraponto ético e político com o Partido dos Trabalhadores

restaurantes ou em pequenos encontros a portas fechadas sem o menor cheiro de participação popular. Um lembrete: quem não foi a Salvador acompanhou os debates online pela internet. Companheiros, adversários e inimigos, mesmo à distância, puderam acompanhar os trabalhos do V Congresso.

E para mostrar que o Congresso não é um fim em si, o PT divulgou a “Carta de Salvador”, onde, preliminarmente, reconhece “nossos avanços” aponta “nossos erros”, sugere “novos caminhos a trilhar” e aponta “um futuro de esperança, de progresso social e de paz”. É numa clara demonstração que o PT mudou – como muda a vida – mas não abriu de seus princípios norteadores, o partido reafirma que a “edificação de uma nova sociedade justa, fraterna e solidária, uma Pátria Socialista, só se fará com o aprofundamento da democracia e a ampla participação organizada das maiorias sociais”.

Como vem fazendo ao longo de toda a sua história o Partido dos Trabalhadores mostra a sua cara. Que outras siglas façam o mesmo, que digam o que querem para o país e não apenas alimentem e reforcem o ódio como arma política. A aliança PSDB-DEM-mídia familiar que

outrora representava o neoliberalismo - e foram derrotadas em quatro eleições sucessivas pelo povo brasileiro – hoje é uma caricatura diante da total falta de propostas e de um apego a um golpismo que seja a flertar, pasmem, com a volta das noites dos generais.

Que eles venham quente, pois o PT está fervendo. “O Partido dos Trabalhadores não economizará esforços para ajudar a reunificar os movimentos, agrupamentos, coletivos e militantes que tornaram possível a reeleição da presidenta Dilma em outubro de 2014” e fazer valer cada vez mais as mudanças que se iniciaram com a eleição de Lula em 2002. E o PT não pode e não pretende estar sozinho nesta luta. O PT pretende construir e participar de “uma frente democrática e popular, de partidos e movimentos sociais, do mundo da cultura e do trabalho, baseada na identidade com as mudanças propostas para o período histórico em curso”.

O Congresso de Salvador indica rumos e dá um novo fôlego ao PT. Não é pelos nossos erros que eles querem nos derrotar. Se fosse isto, seria até uma justificável luta política. O que eles querem é nos destruir por não aceitar que continuemos a enfrentar o “legado de opressão e desigualdade

gerado em séculos de dominação, violência, privilégios e preconceitos”. E isso nós não iremos aceitar ou sequer admitir.

“O Partido dos Trabalhadores jamais renunciará ao seu compromisso histórico com a emancipação do povo brasileiro”. Isso está escrito em nosso Manifesto de Fundação e foi agora reiterado pelo V Congresso de Salvador. Para quem viveu toda esta árdua e bela história dos últimos 35 anos os cabelos podem até estar raros ou embranquecidos, mas as bandeiras continuam vermelhas. E a presença maciça da juventude, em Salvador e pelo país afora, mostra que não faltaram e nem faltarão braços para carregá-las. ■

ROMÊNIO PEREIRA é Secretário Geral Nacional do Partido dos Trabalhadores e Coordenador Geral do V Congresso



"Ao Que Vai Nascer"

■ *Texto coletivo cujos signatários estão ao final*



"Respostas virão do tempo, um rosto claro e sereno me diz, e eu caminho com pedras na mão, na franja dos dias esqueço o que é velho, o que é manco, e é como te encontrar, corro a te encontrar".

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Neste V Congresso a militância nutria a expectativa de que as resoluções aprovadas representassem o fortalecimento e o **compromisso com nossas escolhas e as do povo brasileiro**, não foi o que vimos

Durante mais de três décadas, trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, a juventude, as mulheres, negros e negras, LGBT's, e todos os segmentos que lutam pela liberdade e pela afirmação de direitos, escolheram o PT como sua principal referência na luta política. Por quatro eleições consecutivas, o Brasil escolheu o PT para governá-lo. Cada um e cada uma de nós escolheu um lado na história, decidiu ser de esquerda e dedicar sua vida à militância no Partido dos Trabalhadores. Ao longo de todo esse tempo, o PT também escolheu o Brasil e o povo brasileiro.

Neste V Congresso a militância nutria a expectativa de que as resoluções aprovadas representassem o fortalecimento e o compromisso com nossas escolhas e as do povo brasileiro, não foi o que vimos.

Em 1889, apesar das evidências da extrema fragilidade do II Império, às vésperas da proclamação da República, a nobreza realizou um grande baile na Ilha Fiscal (RJ). Para os que participavam da festa, era como se nada estivesse ocorrendo. O V Congresso do PT nos remete a este evento. Ainda que seja valioso nos encontrarmos e confraternizarmos como participantes de um mesmo projeto, diante da gravidade da crise política em curso, nossas respostas foram insuficientes. O mais grave nesta comparação, é que se lá, era a República que pedia passagem, hoje é o autoritarismo que mais uma vez ganha contornos de apoio popular para viabilizar-se como essência do projeto das elites. Se a nobreza, distante do povo, não percebia o que ocorria ao seu redor, não podemos nós, oriundos da luta popular, ignorarmos a

realidade, como fez o setor hegemônico do PT ao desconsiderar que os altos índices de rejeição ao governo e ao partido na sociedade, exigiam a transformação do Congresso em um momento capaz de renovar nossa ofensiva.

Diante do cerco de direita e conservador, que possui viés político-jurídico-midiático, não estamos autorizados à mera política de conciliação. Compreender que o fortalecimento dos vínculos populares do nosso partido são essenciais para a superação da crise em toda a sua extensão, inclusive em sua natureza institucional, é o mínimo da capacidade que se exige dos dirigentes diante da situação atual. Em toda esta realidade, o aspecto mais preocupante é a quebra da confiança popular em nossa sigla, devendo ser nossa prioridade absoluta a reversão deste quadro.

Com este foco a militância petista e os lutadores de esquerda aguardavam com enorme expectativa os resultados do V Congresso, instância máxima do Partido dos Trabalhadores.

As resoluções aprovadas revelam a equivocada decisão política de manter tudo como está, sem observar a gravidade do distanciamento social em relação ao PT, resultado do ataque incessante que sofremos, das dificuldades do atual período na economia e das opções de gerenciamento destas pelo nosso governo, mas também de práticas que ocuparam espaço em nossas hostes, e que são criticadas pela sociedade.

É evidente que são necessárias medidas para a construção de iniciativas de combate às múltiplas causas da crise e seus efeitos no governo, na sociedade e no PT. É evidente que o V Congresso deveria ter ido mais pra esquerda.

Ao rejeitar todas as emendas de cunho mais progressista, até mesmo as contribuições da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o recado dos setores que exercem a hegemonia na direção petista é que bastam à si próprios. Com a lucidez de quem tem os pés no chão e na luta, os sindicalistas alertaram que: *“se hoje nosso inimigos estão tendo maior êxito em seus ataques, é devido às dificuldades existentes em nossas próprias fileiras”*, criticaram o ajuste fiscal, assim como de maneira propositiva, apontaram a necessidade de mudança de rumos.

Destacamos as importantes propostas do Manifesto “Mudar o PT para Con-

tinuar Mudando o Brasil”, que agregou a maioria da bancada federal - com parlamentares de diferentes tendências -, teve ampla representação entre a delegação do Congresso, e apontou a necessidade de mudanças imediatas na política econômica do governo e no modelo de partido que temos, reforçando sua capacidade de recuperar a iniciativa da agenda política e impulsionar um novo ciclo de lutas por ideias progressistas e reformas estruturais do Estado. Desconsiderar as propostas deste movimento de militantes petistas que, por serem parlamentares federais, estão dedicados à resistência aos golpes cotidianos, revela a burocratização e formalismo que permeiam nossa direção nacional.

É urgente para o PT superar a pequenez política representada na prática de fazer disputas mais voltadas à formação de maioria interna do que referenciadas em uma análise real da conjuntura e das tarefas estratégicas do partido. O incentivo à mera polarização e luta interna nos remete ao imobilismo e, em alguns casos, ao retrocesso em relação a bandeiras históricas do partido. De que adianta vencer votações internas como campo majoritário, se o partido na base não é reforçado com o exemplo dirigente de nossos quadros, e os militantes não percebem a capacidade de mobilização e a confiança firme em suas direções?

Essa crítica está mais forte do que nunca no sentimento de quem quer ver o PT reagir renovando o espírito de luta que sempre nos caracterizou. Foi por isso que, mesmo com uma delegação de mais

dois anos, eleita em um processo defasado, tivemos votações expressivas que só foram possíveis a partir do estabelecimento de um bloco unificado em torno dos anseios das bases que clamam por mudanças no partido.

É um erro dos que são maioria no PT não apresentarem abertura para a construção de respostas unitárias e significativas ao Partido e aos setores sociais que sempre nos apoiaram. É um erro, agirem de forma refratária ao diálogo com um conjunto de forças e militantes mais críticos, recusando todas as contribuições que não foram compostas a partir de seu próprio interior.

O PT deve reafirmar sua natureza de classe e sua opção pela superação de todas as injustiças, discriminações e violações aos direitos humanos. O PT deve fomentar valores democráticos, produzir alternativas exemplares de transparência e participação de todos e todas que o integram nas decisões sobre seus rumos e no debate consciente sobre as tarefas da esquerda no Brasil.

O PT deve estruturar sua atuação para assegurar a implementação do programa vitorioso nas urnas em 2014, propondo ações capazes de vincular mais o governo aos anseios do povo brasileiro, recuperando a sintonia com a base social que nos elegeu e isolando nossos adversários.

Devemos construir as condições para disputarmos culturalmente a sociedade brasileira, em conjunto com as forças de esquerda do Brasil, assegurando a

hegemonia junto as mais amplas parcelas da sociedade de um projeto humanista, libertário e democrático. Para tal, é preciso que nos voltássemos ao partido, que não existe para os seus interesses internos, mas para cumprir seus compromissos de classe e com a superação de todas as formas de opressão, e deve ter como missão atuar como a consciência crítica da democracia, indo além das suas bases formais e de sua perspectiva burguesa, e se negando firmemente a aceitar os vícios e limites desta, em seu seio.

Para buscar dar conta destes desafios apresentamos, junto aos companheiros e companheiras de outras tendências, emendas que defendiam: a auditoria da dívida pública; a alteração dos rumos da política econômica; a construção de uma Frente Política e Social, Democrática e Popular, ancorada em uma plataforma de radicalização da democracia, e da igualdade, da universalização dos direitos e da luta por mais e novos direitos; e a construção de um Código de Transparência do PT que disponibilizasse pela internet todas as movimentações financeiras feitas pelo PT.

Partindo da análise da necessidade de conectarmos nosso programa político partidário aos desafios do presente, nos somamos a posição de criação de uma Constituinte do PT que permitisse um profundo processo de debate e formulação coletiva que realizasse um balanço dos nossos 35 anos, e revisasse nossa organização interna.

Afim de que o PT recuperasse a capacidade pública de assumir a bandeira da ética na política e da luta contra corrupção, defendemos que fosse feito o debate sobre o aprofundamento da decisão de recusar o financiamento empresarial da política partidária, tema que foi remetido de volta para o Diretório Nacional. Por fim, reafirmamos a posição presente em nossa tese que defendia a



Não podemos admitir que o PT seja, hoje, percebido ou reconhecido como o partido da conservação do status quo. É necessário que revigoremos o espírito de lutas da militância, reafirmando nosso **compromisso histórico com o projeto socialista**

criação de um novo processo de escolha das direções que fortalecesse a democracia interna, a permeabilidade do partido, e combatesse a burocratização e centralização das decisões.

Parte dessas emendas foram rejeitadas, e outras sequer foram debatidas ou votadas no Congresso. Infelizmente, após importante, ainda que insuficiente processo de mobilização na base por meio das etapas livres, congressos municipais e estaduais, e das discussões realizadas nos grupos durante a etapa nacional, saímos sem ter o que dizer, enquanto partido, aos nossos militantes e à sociedade. O Congresso poderia ter sido a oportunidade para que enfrentássemos as mazelas que se instalaram em nossa vida interna, melhorássemos nossa capacidade de análise, e contribuíssemos mais com nosso governo. Não o foi, mas nossas tarefas não se encerram com ele.

Fizemos a opção clara pelos nossos ideais e acendemos uma centelha que deve guiar nossas ações daqui para frente. Diante da adversidade renovamos nosso espírito combativo. A luta política em curso exige dos dirigentes, um espírito militante, e dos militantes, capacidade dirigente, à esquerda e aos socialistas, cabe ocupar a linha de frente contra a ofensiva conservadora que voçifera ódio de classe, e aos direitos humanos, que busca retroagir nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e entregar o patrimônio brasileiro ao capital financeiro internacional. As maiores tarefas dos nossos dias residem na defesa de conquistas que são fruto de uma longa jornada de luta popular e democrática no Brasil, e na construção de uma correlação de forças que permita a retomada do rumo dos necessários avanços estruturantes.

Os signatários deste balanço positivo convidam cada militante do PT em todo Brasil a construírem as mudanças necessárias na condução partidária para retomarmos, recuperarmos, os vínculos do partido com sua própria história. Nesse sentido, buscaremos atuar em prol do fortalecimento de um campo de esquerda, dentro e fora do PT, que conjuge a defesa dos direitos trabalhistas, do emprego, e dos investimentos em políticas sociais, à defesa dos Direitos Humanos, que representam os valores de liberdade e justiça. Para tal, estamos dispostos a aprofundar o debate com outras forças políticas do partido, visando a construção de uma unidade entre aqueles que querem mudar o PT; de espaços livres e abertos com o conjunto da militância e da sociedade; bem como nos somar aos esforços da militância da Juventude do PT que busca estabelecer uma organização de massas e politicamente autônoma.

“É preciso recuperar a parte perdida de nossa utopia, revolucionando/renovando o PT”, como bem afirmou o Presidente Lula. Tal como indicamos em nossa tese, o tempo não para, e somos desafiados a seguir em frente pela nossa própria história. Temos exemplos de sobra de que quando um partido de esquerda acomoda-se à ordem, desconecta-se de suas bases, e perde sua vocação inquieta, crítica e transformadora, ele morre como tal. Não podemos admitir que o PT seja, hoje, percebido ou reconhecido como o partido da conservação do *status quo*. É necessário que revigoremos o espírito de lutas da militância, reafirmando nosso compromisso histórico com o projeto socialista, tomando as medidas necessárias para que nos reposicionemos no cenário político, fortalecendo a ideia de que ainda somos a alternativa concreta e possível de mudança. 

Subscrevem este balanço os seguintes militantes do Movimento PT e do Socialismo XXI:

- Fátima Bezerra (RN) – Senadora da República
- Arlindo Chinaglia (SP) – Deputado Federal e Ex-Presidente da Câmara dos Deputados
- Chico D’Ângelo (RJ) – Deputado Federal
- Marco Maia (RS) – Deputado Federal, Ex-Presidente da Câmara dos Deputados
- Maria do Rosário (RS) – Deputada Federal, Ex-Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direito Humanos, e Membro do Diretório Nacional do PT
- Fernando Ferro (PE) – Deputado Federal entre 1995 e 2014
- Altemir Tortelli (RS) – Deputado Estadual e Vice-Presidente Estadual do PT
- Frei Anastácio Ribeiro (PB) – Deputado Estadual
- Marcelino Galo (BA) – Deputado Estadual
- Nelsinho Metalúrgico (RS) – Deputado Estadual
- Aldacir Oliboni – Ex-Deputado Estadual
- Junior Souto (RN) – Ex-Deputado Estadual
- Vera Araújo (MT) – Deputada estadual entre 2003 e 2006, e ex- Secretária Adjunta de Estado de Educação e Direitos Humanos
- Yulo Oiticica (BA) – Deputado Estadual entre 1999 e 2014
- Claudio Silva (RS) – Prefeito de Parobé
- Francisco de Assis Medeiros (RN) – Prefeito de Parelhas
- Gerson Nunes (RS) – Prefeito de Canguçu
- Gilmar Rinaldi (RS) – Prefeito de Esteio
- Jairo Jorge (RS) – Prefeito de Canoas
- Paulo Pólis (RS) – Prefeito de Erechim
- Giovane Wickert (RS) – Vice-prefeito de Venâncio Aires
- Alberto Kopittke (RS) – Vereador de Porto Alegre
- Carlinhos Fleck (RS) – Vereador de São Leopoldo
- Odon Junior (RN) – Vice-presidente Estadual do PT e vereador de Currais Novos
- Adriano Gadelha (RN) – Primeiro Suplente de Deputado Federal
- Marcos Daneluz (RS) – Primeiro Suplente de Deputado Estadual/RS
- Ademário Costa (BA) – Coordenador Estadual do MPT
- Alexandre Mayer (RS) – Delegado ao V Congresso Nacional do PT
- Aline Tortelli (RS) – Delegado ao V Congresso Nacional do PT
- Ana Torquato (BA) – Membro do Diretório Estadual do PT e Presidenta do Diretório Municipal de Santa Bárbara
- Anderson Claudio de Melo Machado (RO) – Membro do Diretório Estadual do PT/RO e Diretor Estadual de Comunicação do Sindicato dos Professores de Instituições Privadas de Ensino Superior
- Beatriz Rebolho (RS) – Delegado ao V Congresso Nacional do PT
- Bethania Avelar (RO) – Membro do Diretório Nacional do PT
- Biel Rocha (MG) – Secretário Adjunto de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania
- Bira Rodrigues (PA) – Suplente de Vereador em Belém e Coordenador Estadual do MPT
- Bruno Monteiro (RS) – Jornalista e Militante de Direitos Humanos
- Camila Vieira (BA) – Secretária de Movimentos Populares do Diretório Municipal do PT de Salvador
- Cícero Balestro (RS) – Secretário Estadual de Formação do PT
- Cristian Santos (RS) – Membro do Diretório Estadual do PT
- Danyelle Guedes (RN) – Coordenadora Estadual da Juventude do MPT
- Edmundo Aguiar (RJ) – Ex-reitor do Instituto Federal do Rio de Janeiro
- Ednaldo Martins (SE) – Dirigente Sindical da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados
- Elen Coutinho (BA) – Secretária Estadual de Formação Política do PT
- Eliezer Pacheco (RS) – Secretário de Educação da Prefeitura de Canoas
- Fátima Beatriz Maria (RS) – Executiva Nacional da Secretaria de Mulheres do PT
- Fátima Cardoso (RN) – Coordenadora Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação
- Fernando Menezes (RS) – Candidato a Deputado Estadual em 2014
- Francisco Augusto (AC) – Setorial de Cultura e Combate ao Racismo do PT
- Gisele Silva (SP) – Membro do Diretório Estadual de São Paulo
- Helder Lopes (PE) – Coordenador Estadual da Juventude do MPT
- Iradi Britto (RS) – Delegado ao V Congresso Nacional do PT
- Jackson Raymundo (RS) – Secretário Estadual de Cultura do PT

PARTIDO

- Jéssica Sinai (BA) – Vice-presidenta do PT de Salvador
- João Alves (MG) – Ex-coordenador Nacional da Juventude do MPT
- Jorge Branco (RS) – Membro do Diretório Nacional
- José Eduardo Silva (RN) - Tesoureiro Estadual do PT
- José Ferreira Neto (AC) – Executiva Estadual do PT
- José Sóter (DF) – Coordenador do MPT
- Josiane Bezerra (RN) - Secretária de Assuntos Institucionais do PT
- Juliana Collares (RS) - Delegado ao V Congresso Nacional do PT
- Leila Regina Borges (MG) – Membro do Diretório Municipal do PT de Betim e Militante do Movimento LGBT
- Luciano Luz De Lima (RS) – Presidente do PT de Pelotas
- Ludmila Queiroz (RJ) – Integrante da Direção Nacional da Juventude do PT
- Luis Volnei Da Silva (Zoca) (RS) – Chefe de Gabinete do Deputado Marco Maia
- Magda Miramar (RS) - Delegado ao V Congresso Nacional do PT
- Marcelo Minguelli (SC) – Ex-Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
- Marcelo Mizael (SP) – Integrante do Diretório Estadual do PT
- Marcelo Nascimento (SP) – Coordenador Nacional da Política de Fortalecimento dos Conselhos
- Maria Eunice Wolf (RS) – Membro do Diretório Estadual do PT
- Maria Eva (PB) – Delegada ao V Congresso
- Maria José Barbosa (AC) – Delegada ao V Congresso
- Matheus Peixoto (RN) – Coordenador do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Michele Sandri (RS) - Delegado ao V Congresso Nacional do PT
- Murilo Amatneeks (RS) – Secretário Estadual de Organização do PT
- Nino (PB) – Coordenador Estadual do MPT
- Olavo Ataíde (RN) - Coordenador Estadual do MPT
- Paula Nunes (SP) – Integrante da Executiva Estadual do PT
- Petronildo Lopes (AC) – Coordenador Estadual do MPT
- Raimundo Alves (RN) – Membro da Coordenação Nacional do MPT
- Renata Batista (RJ) – Delegada ao V Congresso
- Rithiane Barbosa (RJ) – Diretora de Mulheres da União Estadual de Estudantes Secundaristas
- Rodrigo Bico (RN) - Secretário de Estado de Cultura
- Rodrigo Oliveira (RS) – Presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre
- Rossana Prux (RS) – Presidenta do Conselho Estadual de Juventude
- Ruscelino Araújo (AC) – Setorial de Meio Ambiente do PT
- Shirley Maria da Silva (AC) – Secretária de Estado de Esporte
- Silvania Oliveira (AC) – Setorial de Mulheres do PT
- Simone Mirapalhete (RS) – Membro da Executiva Municipal do PT de Porto Alegre
- Socorro Batista - Secretária Estadual Adjunta de Educação do Rio Grande do Norte
- Tássia Rabelo (RJ) – Coordenadora de Direitos Humanos da Executiva Nacional da Juventude do PT
- Teresa Frizera (ES) – Militante do Movimento Sindical
- Thawana Alexandrino Lopes (AC) – Coordenadora Estadual da Juventude do MPT
- Vilson Oliveira (SP) – Secretário Geral do PT de São Paulo e Membro do Diretório Nacional do PT
- Vinicius Cornelli (RS) – Vereador de Cachoeira do Sul/RS
- Zeca Wigineski (PR) – Membro da Executiva Estadual do PT



CARTA de Porto Alegre

“O PT precisa construir uma nova utopia. Precisamos voltar a falar para a juventude. Está na hora de fazer uma revolução neste partido, uma revolução interna e colocar gente nova, gente que pensa diferente, gente mais ousada” (Lula)

Foto: Ane Cruz



O momento político é extremamente grave. Enfrentamos uma **gigantesca ofensiva contra o nosso partido** e, como todos reconhecemos, a maior crise da nossa história.

Mudança. Esta palavra simboliza muito da nossa história e compromissos com o nosso país. Nestes trinta e cinco anos, tivemos a coragem de mudar e iniciamos junto com o povo brasileiro uma grande mudança no Brasil, reduzimos a pobreza, ampliamos o acesso à educação e à cultura para todos, ampliamos direitos civis e criamos um novo ciclo de desenvolvimento em nosso país. Mas é preciso avançar mais no caminho da redução das desigualdades e na ampliação de direitos.

Ampliar direitos é reduzir privilégios. Inconformados com a perda destes privilégios a classe dominante brasileira associada à grande mídia e ao fundamentalismo religioso iniciaram uma grande ofensiva contra nosso projeto tanto nos seus fundamentos econômicos quanto nos avanços sociais e da ampliação dos direitos civis.

Combater a corrupção, respeitado o estado democrático de direito, é essencial para a democracia. A in-

vestigação sobre denúncias de corrupção precisa ser feita e corruptos e corruptores devem ser punidos, porém a forma como é conduzida a operação “Lava-Jato”, cerceando o direito de defesa e a presunção constitucional de inocência, bem como as prisões baseadas apenas em delações sem provas, gera um estado de insegurança jurídica. Setores do judiciário estão criando um sistema jurídico de exceção. O PT reafirma seu compromisso de afastar do partido todos os que comprovadamente estiverem envolvidos em atos de cor-

rupção. No entanto, o partido exige que todos os episódios, inclusive o mensalão tucano, a corrupção no metrô de S.Paulo, a operação Zelotes, os depósitos no HSBC na Suíça, sejam investigados com a mesma profundidade da operação Lava Jato.

Cresce em nosso país um pensamento conservador. A grande mídia e a direita em seus ataques diários às instituições democráticas estão gerando um ambiente de ódio. Essa postura que busca gerar uma instabilidade política no país também dificulta a implantação de medidas efetivas para superar a crise anunciada.

O momento político que vivemos exige das forças populares uma constante mobilização, tanto para evitar os retrocessos, como para avançar nas mudanças que o povo brasileiro quer e necessita. Esta premissa tem orientado o PT/RS nas suas avaliações sobre o cenário estadual e nacional. Os movimentos sociais e populares nos dizem: “nos preocupa o nosso projeto, nos preocupa o PT.”

A crise internacional do capitalismo está atingindo fortemente o Brasil e os países da América Latina. Considera-se que o enfrentamento desta crise, com aumento da taxa de juros, contenção dos investimentos e aperto sobre os direitos traba-

lhistas são medidas equivocadas do governo, e contrariam o programa pelo qual a presidenta Dilma foi eleita. Tais medidas prejudicam a ampla base social que nos apoiou.

Ao aprofundar a estratégia de governabilidade conservadora, compartilhando a condução do governo com a centro-direita, nos afastamos de nossa base social e empoderamos nossos adversários.

A ofensiva da direita, fortemente amplificada em 2015, desafia o PT e o campo democrático-popular a construir uma resposta pautada na mobilização por mais direitos e por maiores transformações sociais.

A reversão deste quadro está na política, no programa a ser defendido e implementado.

Neste cenário, realizamos a segunda etapa do V Congresso do PT. No ato de lançamento, ainda em 2014, o ex-presidente Lula afirmou que “é preciso voltar a construir sonhos, é preciso voltar a construir utopia porque a humanidade não caminha sem esperança”. Esta esperança encheu de motivação a nossa militância.

No RS, a etapa estadual do V Congresso mobilizou 250 delegados e delegadas que,

de forma uníssona, disseram ser necessário o nosso Partido ser mais propositivo e combativo alterando os rumos do governo Dilma para cumprir nosso programa, vitorioso nas eleições de 2014.

Entretanto, o V Congresso Nacional foi incapaz de apontar as mudanças urgentes a serem feitas em nosso percurso e remeteu assuntos importantes ao Diretório Nacional como, por exemplo, o financiamento do Partido e das campanhas, abrindo mão do protagonismo do debate e da decisão.

O sentimento existente na avaliação política da base partidária é que as decisões da delegação escolhida em 2013, noutro momento do Governo e do PT, não respondem aos grandes desafios da conjuntura atual. Faltou consciência do tempo histórico e unidade partidária para produzir uma síntese política que conduzisse o Partido à vanguarda da luta da classe trabalhadora e, assim, articulasse a força social suficiente para enfrentar o ascenso conservador e ajudar, com sustentação política, o Governo a aplicar o programa para o qual foi eleito.

Mas não foi isso que aconteceu. Apesar dos debates nos grupos terem apontado os avanços necessários somando-se ao documento apresentado por 35 depu-



tados e deputadas da Bancada Federal, se aplicou a tática de uma maioria conjuntural para travar o debate e impor resoluções ao Congresso.

Para o PT gaúcho, **o debate não está encerrado na esvaziada plenária final de Salvador**. Consideramos que as elaborações plurais devem ir muito além daquela produzida no Congresso, fazendo com que a diversidade de opiniões, como as de Lula manifestadas após o Congresso, continue aflorada e ajude a nossa militância a impulsionar tanto o nosso Partido, como o nosso governo para o rumo certo: ao lado do povo brasileiro.

É incompreensível que o V Congresso tenha derrotado a resolução sobre a “Defesa da Democracia, da Luta e dos Direitos dos Trabalhadores” proposta pela Central Única dos Trabalhadores e pelos movimentos sociais, afirmando que é preciso fazer o ajuste sobre os mais ricos.

Nesse sentido, reafirmamos o conteúdo das nossas resoluções, construídas com a mais significativa unidade partidária dos últimos anos. É fundamental que o PT, com autonomia e solidariedade, aponte que o Governo Dilma precisa **“Mudar já para crescer e incluir mais”**, conforme título de nossa resolução, apontando, em especial ser necessária a “reorientação imediata da política econômica iniciada pelo governo no mês de janeiro”.

A relação do PT com as demais forças do campo popular, democrático e progressista, deve ser aprofundada. Reafirmamos que urge a criação de uma Frente Política que aglutine partidos de esquerda, movimentos sociais e as redes de ativistas pelos direitos sociais com o objetivo de disputar pautas econômicas e políticas, enfrentando o retrocesso representado,

por exemplo, na redução da maioria penal, nos ataques aos direitos dos trabalhadores – como no projeto de terceirização, na supressão do debate de gênero, na reforma política em curso no Congresso Nacional e na tentativa de revisão do sistema de partilha do petróleo. O objetivo estratégico desta frente deve ser a luta pelas reformas estruturais, construindo instrumentos de articulação política e de comunicação de massas que nos permitam enfrentar e vencer o oligopólio da mídia.

Por tudo isto o Diretório do PT/RS decide manter vivo o debate sobre a estratégia que deve seguir, autoriza a Executiva Estadual a convocar um novo congresso no estado e conclama a todos os delegados e a todas as delegadas do V Congresso do PT a avocar o artigo 113 de nosso Estatuto para chamar um Encontro Nacional EXTRAORDINÁRIO. Um Encontro que tire alternativas concretas à política econômica e mantenham o PT na sua trilha correta: ao lado do povo brasileiro, na defesa intransigente de políticas e estratégias para retomada do crescimento com distribuição de renda, fazendo os ricos a pagar a conta, taxando as grandes fortunas e heranças, na defesa do emprego, do salário, dos direitos dos trabalhadores e da ampliação das políticas sociais. Um Encontro que reafirme o fim do financiamento empresarial ao partido estendendo-o as campanhas eleitorais. A hora é de defender o legado e o futuro de nosso Partido contra a tentativa de cerco e aniquilamento em curso pelos inimigos do povo. Mais do que nunca, esta mudança precisa continuar. **É preciso mudar o PT para mudar mais o Brasil.** 

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES e DAS TRABALHADORAS!

Porto Alegre, 27 de junho de 2015

Para o PT gaúcho, o debate não está encerrado na esvaziada plenária final de Salvador. Consideramos que as elaborações plurais devem ir muito além daquela produzida no Congresso, fazendo com que a diversidade de opiniões, como as de Lula manifestadas após o Congresso, continue aflorada e ajude a nossa militância a **impulsionar tanto o nosso Partido, como o nosso governo para o rumo certo: ao lado do povo brasileiro**



Casa Brasil: inclusão digital e software livre

■ *João Augusto Neves*

Por mais que o governo do PT tenha contribuído para o **acesso de camadas desfavorecidas da sociedade às tecnologias digitais e a internet**, suas estratégias políticas não deram conta de contribuir com as práticas subversivas a ponto de romper com os dispositivos de dominação da cultura digital



O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), protagonizou uma série de ações que pretenderam a redistribuição dos espaços de acesso e uso da internet no país. Durante seu governo diferentes programas e projetos foram desenvolvidos, em parceria com instituições públicas e privadas, no sentido de amenizar a situação da exclusão digital que afligia o Brasil.

Claro que as ações e projetos políticos assumidos pelo governo Lula não foram privilégios unicamente de sua gestão, estando na maioria das vezes em consonância com projetos internacionais de maior envergadura.

Basta analisar os documentos firmados na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação (CMSI) que ocorreu nos anos de 2003 e 2005, e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Cruzando as informações ali contidas com as propostas de inclusão digital implementadas durante o governo Lula, é possível notar

como o governo do PT assimilou e contribuiu para que as propostas de ambas as instituições internacionais fossem consolidadas no país.

A partir dos debates em Conferências e Fóruns internacionais e do acúmulo produzido por militantes e intelectuais que pensavam as tecnologias digitais na contemporaneidade, o governo brasileiro, durante o mandato do presidente Lula, implementa e torna-se destaque internacional nas políticas de inclusão digital.

As políticas criadas neste período conseguiram desenvolver ações de maneira que elas fossem ramificadas nos diferentes ministérios que compõem o governo, que também formulou parcerias com instituições privadas interessadas nas políticas de inclusão digital.

Além disso, enquanto o Estado brasileiro financiava os programas de inclusão digital e criava leis que direcionariam tais políticas, as grandes, médias e microempresas eram parceiras na prestação de serviço e a oferta de infraestrutura necessária para a realização dos mesmos.

O projeto Casa Brasil foi o primeiro conduzido no Brasil pelo governo federal dentro dos marcos da inclusão digital, cuja proposta se estendeu para além da pura e simples oferta de equipamentos de informática e conexão à internet



Deste modo, o Brasil consegue cumprir alguns – se não a maioria – dos requisitos para “construir a sociedade da informação”, pretendidos na declaração de princípios formulados na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação (CMSI), a qual prezava um Estado comprometido com a criação de estratégias que fortaleçam as tecnologias digitais enquanto um instrumento e não como um fim em si.

Em condições favoráveis, estas tecnologias podem ser um instrumento muito eficaz para aumentar a produtividade, gerar crescimento econômico, criar empregos e possibilidades de contratação.

Faço esse destaque para mostrar como que as políticas voltadas para a inclusão digital estavam, de início, em consonância com um discurso hegemônico sobre inclusão digital.

Se por um lado tais políticas pretendiam o acesso e a instrumentalização de camadas desfavorecidas da sociedade às tecnologias digitais, por outro, o projeto Casa Brasil, desenvolvido durante os anos de 2006-2010 representa o acúmulo e avanços feito pelo governo do PT em torno do debate da inclusão digital.

Ademais, este projeto pode ser considerado uma ação bastante ousada, haja vista que ela apresenta outros aspectos relativos à inclusão digital, ignorados pelas primeiras propostas implementadas no governo PT.

Casa Brasil, um (contra-)dispositivo?

Formulado no ano de 2005, com início de suas atividades no ano de 2006, o projeto propunha “o combate à exclusão social e a promoção da cidadania ativa” a partir de uma “política pública transversal” que visava “à convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e arte.”

Foram previstas 90 (noventa) unidades Casa Brasil em diferentes regiões do país, de modo que pudesse atingir tanto as capitais e demais cidades com grande densidade populacional privilegiando todas as regiões do país.

Dessas 90 (noventa) unidades que se pretendia implantar nos espaços de “notória pobreza”, nos anos de 2006 e 2007 87 (oitenta e sete) foram concretizadas, sendo que as demais enfrentaram dificuldades técnicas e/ou a não aprovação do projeto.

O processo de instalação do Casa Brasil nas cidades pré-selecionadas se deu por meio de seleção pública de projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação – edital formulado pelo Ministério de Ciências e Tecnologias (MCT) e Secretaria de Inclusão Social (SECIS).

Poderiam participar do processo de seleção para o desenvolvimento do projeto: Associações, Fundações, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organiza-

ções da Sociedade Civil de Interesses públicos (OSCIPs), Universidades, Institutos, Centros Tecnológicos, Centros e Museus de Ciências, Centros e Fundações de Pesquisa e Desenvolvimento (Públicas ou Privadas, sem fins lucrativos), Prefeituras Municipais, Governos Estaduais e Empresas Públicas de Informática.

O referido projeto pretendia instalar uma estrutura física e tecnológica, em áreas de alto índice de pobreza, capaz de desenvolver ações de inclusão social a partir da apropriação de tecnologias da informação e comunicação e da criação de espaços de divulgação e produção das artes e ciências.

Dentre as possibilidades de atuação do Casa Brasil, acatando as determinações do edital, a proposta do projeto deveria indicar qual seria o enfoque do mesmo, pois “a definição do material a ser doado está condicionada à proposta apresentada pelo Parceiro Estratégico”.

Este projeto foi o primeiro conduzido no Brasil pelo governo federal dentro dos marcos da inclusão digital, cuja proposta se estendeu para além da pura e simples oferta de equipamentos de informática e conexão à internet.

Os debates fomentados pelo projeto passavam pela implementação e formação em Softwares Livres. Conjugando as políticas de inclusão digital, divulgação da ciência e a valorização das culturas, o Casa Brasil pretendia concretizar ações que valorizassem e dessem novos rumos para as políticas de inclusão digital.

No entanto, apesar prescrever a convergência de propostas capazes de contribuir na produção de (contra-)dispositivos que permitiriam uma inclusão digital alicerçada na emancipação do sujeito e do social, o Casa Brasil revela como a disputa em torno da inclusão digital e

software livre ainda não se resolveu. Os dispositivos que são forjados no interior da cultura digital, expressa na sociedade contemporânea, ainda privilegiam processos de subjetivação que favorecem a perpetuação da subjetividade capitalista.

Ao analisar o Relatório Parcial de Avaliação do Projeto Casa Brasil, desenvolvido pela Coordenação Geral do projeto, no caso o doutor Marco Aurélio de Carvalho, é possível perceber que as dificuldades com o repasse de recursos para a instalação da infraestrutura física e tecnológica foi um dos empecilhos para a implementação do projeto em sua totalidade nas unidades parceiras.

Segundo o relatório, houve diferentes situações que comprometiam a maneira como o recurso seria repassado, como também a burocracia para a licitação e compra dos equipamentos a serem usados nas unidades dificultaram a utilização do recurso financeiro destinado para tais fins.

Deduz-se, com isso, que a gestão nacional do projeto não respeitou as cláusulas no que diz respeito ao repasse e gestão de recursos. Subentende-se, pelas informações constantes do relatório, que muitas vezes ocorreu adiantamento ou atraso no repasse das verbas ou se utilizou de outros fundos, não previstos no plano inicial, para solucionar os problemas emergenciais.

Estas e outras questões limitaram o campo de ação do projeto e, consequentemente, fragilizou as propostas iniciais que compunham esta política. Os desgastes provocados pelo não repasse de recursos, ingerência em algumas unidades e desencontros entre o comando central e os parceiros locais, provocaram tensões e comprometeram a continuidade das propostas do Casa Brasil.

Dispositivos de subjetivação na cultura digital

O PT e seus interlocutores políticos compreendiam na época que havia, no que diz respeito às tecnologias digitais, uma nova configuração social e cultural que afetava todas as esferas da sociedade, as quais deveriam ser compreendidas pelo Estado e deveriam estar em consonância com as políticas de governo.

Lula em sua fala no FISL (Fórum Internacional de Software Livre), destaca as principais intenções do governo frente ao contexto da cultura digital: “colocar este país dentro da inclusão digital, de fazer com que as crianças da periferia tenham os mesmos direitos que as crianças do rico, de ter acesso à internet, de poder se formar, de poder transitar livremente por esse mundo, que é a internet”.

As bases principais estavam lançadas: a cultura digital no Brasil deveria, segundo as formulações políticas do governo, partir do pressuposto de “ter acesso”, “poder se formar”, “transitar livremente”.

Contudo, entre a fala do presidente e as práticas efetivadas no cotidiano das políticas públicas implementadas havia um campo entrincheirado.

Desta forma, as empresas de software privados, empresas de hardware e outros dispositivos que dominam o jogo das tecnologias digitais não cederiam espaço para a produção de alternativas no campo do conhecimento e na produção de outras práticas/subjetividades.

Em pesquisa mais aprofundada realizada durante o ano de 2012 a 2014, notei de que maneira pensar em acesso, formação e trânsito nas redes de maneira livre e isso quer dizer usando de maneira consciente a internet por meio de ferramentas livres – exigiria outras formas

de subjetivação. Ou melhor, práticas de liberdade na rede.

No caso do projeto Casa Brasil analisado na cidade de Uberlândia/MG, o processo de formação e uso das tecnologias digitais ainda ficava circunscrito aos dispositivos de dominação produzidos pela cultura digital.

O projeto estava preocupado na formação rápida e dinâmica para atender o mercado de trabalho. Onde se lia “formação para geração de renda”, no plano inicial do Casa Brasil, era interpretado como formação para o mercado de trabalho formal.

Assim, conforme relata Renan Willian, jovem que participou do Casa Brasil quando tinha 13 anos, foi por meio do projeto que ele pôde entrar na internet, criar contas de e-mail e orkut na época, fazer cursos de digitação, Paint, Word e Excel.

O jovem, ao lembrar de sua relação com o Casa Brasil e com o espaço do Telecentro, onde fez o curso de informática básica, conta que o projeto representou um ponto de referência para sua formação profissional.

Em suas palavras: “eu gosto de usar o Casa Brasil como um ponto para dizer que eu fiz um curso de informática. Embora eu não lembre de muitas coisas eu posso dizer que eu fiz um curso de informática e sei mexer no computador. Eu posso chegar em uma empresa e dizer que sei mexer em computador e tenho curso de informática. Ai eu uso o Casa Brasil como um ponto de referência.”

Ou seja, ao ser lembrado como um ponto de referência para a formação profissional, como espaço de aprender “a mexer no computador”, o entrevistado revela um pouco do cotidiano daquele espaço, bem como nos leva a entender a lógica efêmera e mercadológica que perpassava os cursos de informática no Casa Brasil.



Lula em sua fala no 10º FISL (Fórum Internacional de Software Livre), em Porto Alegre, 2009, destacou as principais intenções do governo frente ao contexto da cultura digital

Os relatórios de atividades, os cronogramas dos laboratórios de informática e de montagem e manutenção de computadores possibilitaram verificar a ênfase dada pelo projeto na preparação de mão de obra para o mercado de trabalho.

No caso do Telecentro ou do laboratório de informática (que trabalhava com montagem e manutenção de PC's), privilegiava-se o ensino de softwares para produção e edição de texto, construção de planilhas, acesso à internet e pesquisa.

Mesmo que o debate do uso de software livre perpassasse o Casa Brasil, com os coordenadores nacionais e regionais orientando sobre o seu uso e ofertando aos instrutores/bolsistas formação em espaço virtual para o ensino destas ferramentas livres, houve durante todo o projeto uma mistura no uso dos softwares pagos e livres, incluindo entre os primeiros alguns produzidos por grandes empresas internacionais, como a Microsoft Office e o software livre Br. Office.

Outra entrevistada, a aluna e depois instrutora do Telecentro, Luciana Pereira, conta que em parte dos computadores tinham sido instalados programas pagos e outra parte funcionava com software livre.

Ao pensar o dia a dia das atividades que eram orientadas pelos instrutores, Renan diz: “aprendi a ligar o computador. E teve uma época em que ele mandou a gente redigir um texto. Ah! A maior parte do que eu lembro era dos 10 minutos grátis para entrar na internet. Acho que é só por isso que eu ia também. Ele dava aula, aí a gente podia mexer na internet os 10 minutos restantes, entendeu? E estava na febre do Orkut na época e eu criei um para mim”.

Dando sequência ao seu depoimento, Renan relata que “A gente usava o Word que eu lembro de usar. Ele também usava o Paint. A internet também ele ensinou.”

Apesar de Renan e Luciana contarem de situações em que havia debates e discussões sobre questões do cotidiano,

de conflitos ou mesmo de temas que estavam latentes na época, prevalecia, no dia a dia do Telecentro, a formação profissional voltada para o mercado de trabalho.

Tal evidência é notada também no relatório individual produzido pelo primeiro coordenador da unidade Casa Brasil/Uberlândia, ao avaliar que no quarto mês de funcionamento do Casa Brasil a comunidade começou a apresentar resultados, pois os “alunos realizam testes para empregos aplicando conhecimentos adquiridos e conseguem as vagas para trabalhar”.

Percebe-se que esse objetivo foi alcançado a partir de um planejamento que pressupunha tal resultado, como aparece no Relatório Semestral de planejamento do período de 28/jan./2007 a 27/jul./2007, cujas ações foram distribuídas respeitando as propostas de conhecimento de hardware, montagem e desmontagem de equipamentos e diagnóstico de erros para o Laboratório de Manutenção e Montagem de Computadores.

E o Telecentro desenvolveria atividades voltadas para a iniciação à informática básica, curso de edição de texto, curso de planilhas de cálculo, utilização da internet como ferramenta de pesquisa, jogos e fóruns em chats e sala de aula. Das atividades planejadas, pretendia-se como resultado a formação para o mercado de trabalho com a capacitação básica na utilização das ferramentas do computador, tanto software quanto hardware.

Infelizmente a proposta de trabalhar a inclusão digital com software livre e ações de empoderamento social e cultural, privilegiando as experiências dos sujeitos que vivem em situações de miserabilidade ficou no campo das ideias. Prevaleceu, outra vez, a cultura do capitalismo, em que a lógica do mercado reina e inviabiliza qualquer dinâmica que tenta rompê-la.

Essa constatação fica mais clara na análise da fala de Luciana Pereira. Quando perguntada sobre sua interpretação dos objetivos do Casa Brasil, ela diz: “olha, o objetivo principal do Casa Brasil era dar uma formação boa para todo mundo. Para a comunidade, era para eles saírem daqui e praticamente terem um emprego. Quem por exemplo, os adultos saírem daqui e já terem aquela formação. Esse era o objetivo, este era o foco dentro da área de informática. [...] Quem tava na área de informática e precisava fazer um currículo, daqui a pessoa já sabia montar o currículo, imprimir o currículo e sair para o emprego. Esse era o objetivo”.

A fala da entrevistada, juntamente com as análises feitas dos documentos da unidade Casa Brasil em Uberlândia, mais os documentos referentes aos órgãos supranacionais (CEPAL e CMSI) e os projetos e discursos do governo federal sobre a sociedade da informação, em que pesem as tentativas de justificar um projeto de natureza emancipatória, acabam por confluir: são reflexos de uma cultura perversa que privilegia a formação de cidadãos para a produção e o consumo no mundo capitalista, agora globalizado; infelizmente, mais uma vez, as classes populares foram submetidas a um sonho e a um projeto guiados pela subjetividade do capital globalizado que se concretiza na cultura digital.

Software livre: outras subjetividades na cultura digital

Quando pensamos em software livre e políticas públicas que favoreçam sua difusão entre as capilaridades da sociedade, pensamos na produção de outras práticas no interior da cultura digital. Práticas estas que favoreçam o uso ativo das redes de computadores. Quer dizer, entre as trincheiras do sistema capitalista as práti-

cas, fomentadas pelo software livre, pretendem outros modos de subjetivação, os quais intensifiquem práticas de liberdade.

Além da estética visual e da utilidade de prática dos hardware e softwares produzidos por empresas privadas, os quais contribuem ao capital ciberespeculativo, o software livre está fundado na produção, difusão e acesso livre e coletivo. As ferramentas produzidas nas bases/códigos de linguagem livre permitem outras maneiras de experimentar as tecnologias digitais e as redes virtuais, haja vista que seus produtos estão abertos para modificações, aprimoramentos e ressignificações que favoreça um indivíduo ou coletivo.

Por fim, por mais que o governo do PT tenha contribuído para o acesso de camadas desfavorecidas da sociedade às tecnologias digitais e a internet, suas estratégias políticas não deram conta de contribuir com as práticas subversivas a ponto de romper com os dispositivos de dominação da cultura digital.

A simples implementação de software livres em telecentros comunitários não interagiu com práticas de liberdade que brotavam fora destes espaços, bem como não oportunizavam outra relação com as tecnologias digitais. Infelizmente Renan e Luciana, como tanto outros no Brasil, estabeleceram uma relação de sujeição com os dispositivos de dominação do capitalismo, que na contemporaneidade navegam também no virtual. ■

■ **JOÃO AUGUSTO NEVES** é historiador



Especialistas em NADA

■ Regina Helena

O jornalismo brasileiro parece ocupar **o lugar da verdade absoluta**, onde a palavra só tem um sentido que é o dado pela notícia, supostamente neutra

Há alguns anos discutíamos o discurso competente. Quem tem esse lugar? Do que se trata? Quem pode falar por todos ou pela História? Cientistas e intelectuais têm posicionamentos, votam e muitos atuam em partidos políticos ou apoiam candidatos. Alguns tornam-se ligados a uma ou outra proposta e concorrem a eleições. A questão aqui não é essa. Tudo isso parece ser apagado quando é evocado o lugar de fala, pretensamente neutro, do especialista.

Quando nos posicionamos sobre um tema, fazemos isso a partir do nosso lugar de fala. Quem pode falar? Como falamos? De que lugar podemos falar? O jornalismo atual, com honrosas exceções¹, se apresenta como um lugar neutro, sem posicionamento, como se fosse possível a existência de um lugar onde somos todos iguais e o imenso universo simbólico deste país não faça nenhum tipo de diferença para cada um de nós.

O jornalismo brasileiro parece ocupar o lugar da verdade absoluta, onde a palavra só tem um sentido que é o dado pela notícia, supostamente neutra. A notícia não tem lados nem posicionamentos: ela é. E para garantir que assim seja os órgãos de imprensa chamam especialistas para corroborar a notícia e não para discuti-la, analisá-la ou fazer um exercício de crítica. O especialista cuja voz ecoa na grande imprensa é aquele que apenas explica, repete e reproduz o sentido que a notícia traz em si.

C... o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado.

Marilena Chauí



Às vezes - mas isso é cada vez mais raro -, ele é chamado para discutir uma questão polêmica, num formato apresentado ao público como o “debate da sociedade” em torno de determinado tema. Mesmo nesse caso, a mídia aparece como neutra uma vez que diz não se posicionar e sim apresentar “todos os lados da questão”.

O comentarista é o especialista de plantão. Uma espécie de colunista, sem tema específico, sempre presente em alguns programas ou telejornais, ele é o especialista em nada, que fala sobre qualquer assunto com propriedade absoluta.

O lugar público da fala autorizada e competente é definido pela mídia e exposto em infinitas telas e sons que nos “explicam” o mundo como se dele não fizessemos parte. Os comentaristas passam a ter uma visibilidade muito além da comunidade acadêmica e tornam-se *showmen* da “credibilidade midiática”. Para ter mais credibilidade, passam a acrescentar aos seus currículos acadêmicos, ao lado das graduações, mestrados e doutorados, os títulos (sic) “articulista” e/ou “comentarista” desse ou daquele veículo de mídia.

Muitos comentaristas atuais são autorizados por esses seus títulos acadêmicos, por suas formações específicas. Os historiadores, no que tange às opiniões sobre questões econômicas, políticas e sociais, são particularmente valorizados. Na grande mídia, eles são apresentados como autoridades especiais, já que podem falar do presente, dando a ele, no entanto, a solidez dos documentos que explicam os acontecimentos atuais desde o passado.

A GloboNews manteve como comentarista, por alguns anos, o professor universitário e historiador Francisco Carlos Teixeira. Pesquisador da história contemporânea, ele era sempre chamado a discutir questões do tempo presente, explicar conflitos, situações sociais, disputas entre

grupos ou países, a partir da apresentação de fontes e interpretações históricas.

Em 2013, no auge da repressão aos movimentos que saíram às ruas para protestar contra várias situações do país, Francisco Carlos saiu da GloboNews por entender que havia, naquele momento, um intenso processo de criminalização dos movimentos sociais, principalmente do grupo conhecido como Black Blocs, e que não cabia ao jornalismo participar disso. Ele condenou a forma como a mídia vinha atuando e questionou a opção por mostrar a pretensa “violência” de um grupo e não narrar a violência cotidiana a que grande parte da população trabalhadora do país era/é submetida. Francisco Carlos tornou-se referência de como um especialista marca na mídia os limites éticos do jornalismo.

Atualmente, num período de tanto tensionamento político-ideológico, um dos historiadores mais acionados pela grande mídia é Marco Antonio Villa. Se tivermos a curiosidade de ir até o seu perfil no Twitter, encontraremos a seguinte apresentação:

Marco Antonio Villa
@VillaMarcovilla

Historiador, escritor e comentarista
Jovem Pan, TV Cultura, TVEja e O Globo.
Último livro: *Um País Partido. 2014 a Eleição Mais Suja da História*.

📍 São Paulo - Brasil
🌐 marcovilla.com.br

No Facebook, Marco Antonio Villa – aparentemente, o emissor mais autorizado da mídia brasileira, dada a sua performance de comentar a situação política nacional em quatro “prestigiosos” veículos de imprensa – apresenta-se como escritor, mas suas imagens de capa o revelam muito mais como comentarista e debatedor.



Em seu blog, o historiador faz questão de sublinhar sua formação acadêmica, mas logo abaixo aparecem suas últimas postagens feitas e todas são de veículos da imprensa, onde Marco Antonio Villa aparece dando opiniões sobre o momento político atual.

MARCO ANTONIO VILLA

Bacharel e Licenciado em História, Mestre em Sociologia e Doutor em História.
Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (1994-2013).

ÚLTIMAS POSTAGENS

- GLOBO NEWS
- JOVEM PAN
- GLOBO NEWS
- JORNAL DA CULTURA
- TVEJA
- JOVEM PAN
- JOVEM PAN
- JORNAL DA CULTURA
- JOVEM PAN
- TVEJA

Nesse lugar, o historiador emite opiniões, tentando sempre baseá-las em fatos reais e reconstituições históricas que seriam capazes de explicar os acontecimentos atuais.



Villa faz coro às informações imprecisas tão utilizadas na grande mídia, uma mistura de **dados e fatos desordenados**, pouco politizados e que trata toda a imensa diversidade da sociedade brasileira como um todo homogêneo

No dia 21 de julho de 2015 Villa foi convidado pela Rádio Jovem Pan² para corroborar a ideia de que vivemos uma grave crise institucional. A crise, no entanto, tinha que ter um paralelo que desembocasse no resultado tão esperado por diversos grupos do país, entre eles os donos das grandes empresas midiáticas. O historiador, então, desenvolveu todo um raciocínio “histórico” para traçar um paralelo entre a crise de 1960, que desembocou na renúncia de Jânio Quadros, o impeachment de Fernando Collor e uma situação atual que não existe. Usando um tom calmo, dizendo sempre que aquele era o seu ponto de vista, ele falou da crise que se abriu com a renúncia de Quadros e de como foi contornada pelos arranjos políticos da época.

Vejam que ele não falou do que desencadeou a renúncia e sim de como ela foi contornada. Depois falou da crise de 1992, com Fernando Collor, e também explicou como foi possível organizar a vida política do país, apesar da renúncia do presidente para evitar um processo de impeachment. Nos dois casos, ele chamou a atenção para como as instituições estavam fortes, como o judiciário e o legislativo encontraram soluções dentro da legalidade e preservaram a vida política nacional.

Depois disso passa aos tempos atuais, com o aval de ter feito o papel de historiador, dando um panorama do cenário em outros tempos e começa a mostrar como as instituições agora estão frágeis já que um poder ataca o outro: seus exemplos são basicamente do legislativo atacando o judiciário. Depois mostra como tem pessoas em cargos no judiciário com ligações com o PT e o Lula. A partir daí justifica sua fala com “boatos” diz que existem alguns “correndo por aí” ele afirma que temos um “sistema político petrificado e portanto imune a mudanças”, da exemplos de outros países e diz que estes países conseguiram eleger novos políticos e partidos porque tem o sistema de voto distrital.

Para arrematar diz que no Brasil atualmente não se tem certeza de nada mas que existe uma certeza, neste momento ele engasga pra dizer que existe só uma certeza: “vivemos uma grave crise institucional e não sabemos para onde vamos”.

Assim funciona um especialista da grande mídia atualmente: começa no passado, mas para dizer que o presente não tem nada a ver com o passado. Diz de soluções no passado para mostrar que não tem solução no presente. Diz de boatos para corroborar fatos, aponta infor-



mações que não podem ser checada pelo espectador naquele momento e finaliza com a absurda afirmação de que não sabe onde vamos parar. Um especialista que afirma categoricamente sobre um passado onde tudo deu certo, um presente de caos e um futuro de medo e incertezas.

Villa faz coro às informações imprecisas tão utilizadas na grande mídia, uma mistura de dados e fatos desordenados, pouco politizados e que trata toda a imensa diversidade da sociedade brasileira como um todo homogêneo. Quer apenas afirmar determinadas questões e as coloca em uma espiral de informações de onde podemos apenas ver saída na mudança do sistema político eleitoral para aquilo que ele afirma (confirmando com dados de outros países) que é a melhor saída. Um especialista que aparentemente não se posiciona, mas em suas lacunas se conforma a chamada da matéria: grave crise institucional.

Mas quem é esse especialista/comentarista que é chamado a validar determinados posicionamentos apresentados neste ou naquele jornal?

Villa fez sua carreira primeiramente na Universidade Federal de Ouro Preto e depois de 1999 na Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo. Seu mestrado é sobre Pancho Villa e a revolução

Um dos maiores erros do campo de esquerda é achar que a grande mídia apenas mente ou inventa situações e acontecimentos. A mídia trabalha com **elementos do imaginário nacional**



mexicana e seu doutorado sobre Canudos. Não tem em seu Currículo Lattes³ (plataforma do CNPq para pesquisadores brasileiros) nenhum registro de participação ou coordenação de qualquer tipo de projeto de pesquisa. Tem poucas publicações em revistas pouco ou nada relevantes, todas elas datadas, no máximo, de 1998, e depois disso só são encontrados textos de sua autoria relativos aos temas que comenta na mídia a partir de 2005. Dos financiamentos da FAPESP⁴ (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) para publicações de livros, apenas um dos três aparece em seu currículo oficial e as três bolsas onde ele aparece como pesquisador responsável nessa agência financiadora são para pesquisas de orientandos de pós-graduação. Excetuando-se dois financiamentos de livros sobre o PT, Marco Antonio Villa não pesquisou em nenhum momento de sua vida acadêmica nenhum tipo de assunto ligado aos temas que o tornaram um comentarista para a grande mídia.

Ele tem livros publicados que seguem o mesmo esquema dos textos em revistas e a maioria são livros didáticos de história e não textos acadêmicos resultantes de pesquisas. Esse é o emissor autorizado da Jovem Pan, da TVeja, da TV Cultura de São Paulo e da Globo.

Um dos maiores erros do campo de esquerda é achar que a grande mí-

dia apenas mente ou inventa situações e acontecimentos. A mídia trabalha com elementos do imaginário nacional, traz à tona os sentidos produzidos historicamente por nossas sociedades. No Brasil, fomos constituídos pela dinâmica da Casa-Grande & Senzala. A Casa Grande constrói o país e a Senzala são apenas os não-humanos que trabalham. Os que rodeiam a Casa Grande poderão um dia fazer parte dela, entrando pela porta da cozinha, e, se forem espertos, talvez se casarão com a filha feia dos donos da Casa Grande. Todo esse mar de preconceitos se organiza na ideia de meritocracia: só conseguimos algo se tivermos mérito para isso. O mérito não está no trabalho duro, mas na esperteza e no jeitinho usado para conquistar a filha feia.

Para manter essa dinâmica de funcionamento simbólico da Casa Grande, a grande mídia precisa de um historiador, aquele que é especialista no nosso passado. Villa cabe direitinho no modelo: não tem relevância acadêmica, produção nem pesquisa. Não tem especialização nos temas que comenta – passou a publicar sobre o tema depois que virou comentarista –, não trabalha metodologicamente como historiador para fazer as afirmações que faz – ao contrário, age como a grande mídia, inventando fatos e documentos e produzindo análises com bases falsas – e não tem reconheci-

to da comunidade acadêmica à qual diz pertencer.

Como o Brasil até hoje não foi capaz de regulamentar a mídia, seguimos reféns de falsos especialistas como Marco Antonio Villa, que virou um grande comentarista-articulador midiático sem jamais possuir o lugar de fala da competência de especialista que a própria mídia tanto preza.

Villa é o exemplo do que se tornou a mídia regulada por verbas publicitárias oficiais: um instrumento de manipulação político-ideológica. A questão não é existir órgãos de imprensa com posicionamentos claros. O erro não é “tomar partido”, isso é absolutamente legítimo, a questão é dizer que não se “tem partido”. É assim que funciona a mídia brasileira, ela pretensamente “não tem partido”, mas historicamente ela sempre esteve ligada a um posicionamento político, seja ele de direita ou de esquerda.

Da mesma forma que a mídia se diz neutra, o governo dos últimos anos também se apresentou assim e quando não se posicionou ideologicamente acreditando poderia falar para o todo acabou por não falar para ninguém. Assim nascem e se fortalecem especialistas em absolutamente nada. ■

REGINA HELENA é historiadora e professora da UFMG

NOTAS

(1) Nas últimas eleições presidenciais, tanto a revista Carta Capital quanto o jornal O Estado de São Paulo declararam seu apoio a candidatos e explicitaram o porquê tanto do apoio quanto da necessidade de dar visibilidade a isso.

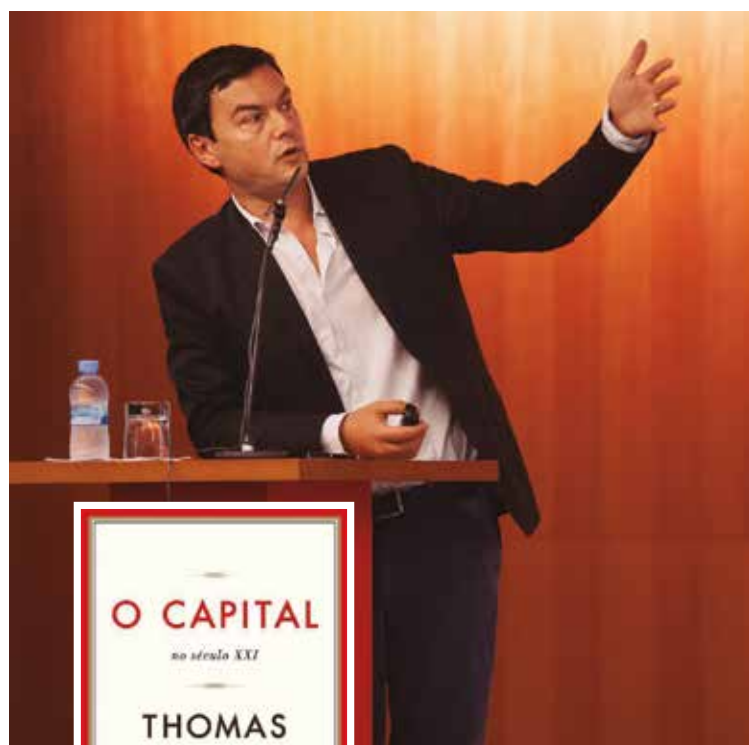
(2) <https://www.youtube.com/watch?t=297&v=u-TftBig-laM>

(3) <http://lattes.cnpq.br/4631349579867358>. Última atualização feita pelo autor em 23/04/2013.

(4) <http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/90758/marco-antonio-villa/>

CAPITAL SÉCULO XXI: sem alternativas?

■ *Francisco Xarão*



Ancorado em
vasto banco de
dados, coletados

e sistematizados ao longo de 15
anos de trabalho, Thomas Piketty
delineia o que denomina as duas
**leis fundamentais do capitalismo e
sua contradição fundamental**

Thomas Piketty, nascido em 1971 na pequena cidade de Clichy, nos subúrbios de Paris, defendeu, aos 22 anos, sua tese de doutorado sobre a distribuição da riqueza, na *École Normale Supérieure* de Paris, uma das mais seletivas faculdades da França.

Ele foi professor assistente no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e assessor da candidata à presidência Ségolène Royal, do Partido Socialista Francês.

Foi fundador e primeiro diretor da Escola de Economia de Paris, onde atualmente é professor. Em 2013, publicou *Le capital au XXI^e siècle* (*O capital no século XXI*, tradução brasileira pela Editora Intrínseca, 2014, disponível em: <http://lelivros.red/book/baixar-livro-o-capital-no-seculo-xxi-thomas-piketty-em-pdf-epub-e-mobi/>).

A obra, de quase novecentas páginas, na versão e-book da tradução brasileira, está estruturada em quatro partes: 1. *Renda e capital*; 2. *A dinâmica da relação capital/renda*; 3. *A estrutura da desigualdade* e, finalmente, 4. *Regular o capital no século XXI*.

As três primeiras partes podem ser ditas “mais científicas” e a quarta parte “mais política”, embora essas abordagens se misturem o tempo todo.

Já no início da obra Piketty observa que a discussão da distribuição da riqueza é mais um problema político do que científico. Ele afirma que “a questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo mundo” (PIKETTY, 2014, p. 12).

Para o autor, o papel do cientista e pesquisador, na intervenção política, seria o de clarear os conceitos, redefinindo os termos do debate. A julgar pela furiosa reação dos conservadores e a eu-



Já no início da obra
Piketty observa
que a discussão
da distribuição da
riqueza é mais um
problema político
do que científico.
Ele afirma que
“a questão da
distribuição da
riqueza é importante
demais para ser
deixada apenas
para economistas,
sociólogos,
historiadores
e filósofos. Ela
interessa a todo
mundo”

foria dos reformistas, creio que ele redefiniu os termos do debate, embora, como veremos, clareou pouco os conceitos.

O livro oferece menos que seu título promete. Na verdade, o trabalho de Piketty não é sobre a dinâmica de acumulação do capital, mas uma historiografia da desigualdade de renda e de riqueza, desde o século XVIII, em mais de 20 países.

O seu objetivo, nas palavras do autor, é tão somente “apresentar o atual estado de nossos conhecimentos históricos sobre a dinâmica da distribuição de renda e da riqueza desde o século XVIII e avaliar quais lições podemos tirar para o século que se inicia” (PIKETTY, 2014, p. 692).

Evidentemente que isso, por si só, já é um grande mérito, pois o que temos à disposição na produção literária dos economistas nos últimos anos, via de regra, seja no campo conservador ou, em menor proporção, na esquerda, são construções de modelos matemáticos para explicar a crise ou os ganhos exorbitantes nas bolsas de valores e sua relação com o fraco crescimento econômico.

Em geral, tais publicações, inteligíveis somente a iniciados na gramática do economês, escondem, sob montanhas de fórmulas matemáticas e gráficos, a insuficiência de dados empíricos para suas explicações ou mesmo a incapacidade de entender e prever situações como a crise de 2008.

Ao contrário, *O capital no século XXI* é um texto acessível, mesmo para quem não entende economês, Sociologia ou Filosofia, mas é interessado em conhecer dados e informações sobre a estrutura da sociedade capitalista atual.

Após ler as três primeiras partes do livro, o leitor compreenderá por que baluartes do neoliberalismo como o *Financial Times*, na Inglaterra, ou a *Veja*, no Brasil, publicaram reações tão zangadas ao trabalho de Piketty.

O motivo da fúria é que, sob toneladas de dados empíricos, jaz o mito da meritocracia da sociedade neoliberal. E mesmo esses detratores reconhecem o valor inestimável da base de dados sobre a concentração de renda no topo da pirâmide social disponibilizados pela Escola de Economia de Paris (acesso em: <http://topincomes.parisschoolofeconomics.eu/>).

Atualmente o *World Top Incomes Database* cobre trinta países e é, sem dúvida, a maior base internacional de dados sobre a desigualdade de renda e riqueza.

Ancorado neste vasto banco de dados, coletados e sistematizados ao longo de 15 anos de trabalho, o autor delinea o que denomina as duas leis fundamentais do capitalismo e sua contradição fundamental.

A primeira está representada na “equação $= r \times$ (onde significa que a participação do capital na renda nacional é igual ao produto do retorno do capital, r , e da razão capital/renda, $)$ ”.

A segunda equação fundamental é representada na fórmula $= s/g$ (onde significa que a razão capital/renda é, no longo prazo, igual à taxa de poupança, s , dividida pela taxa de crescimento da economia, g)”.

A contradição fundamental, no capitalismo, segundo Piketty, é que, em seu funcionamento perfeito, sempre $r > g$,

isto é, a taxa de retorno do capital, r , tende sempre, no longo prazo, a ser maior que g , a taxa de crescimento da economia de um país como um todo (PIKETTY, 2014, p. 44 e 693).

Em linguagem de dia de semana, como diria Guimarães Rosa, isto quer dizer que a máquina de fazer riquezas faz os ricos mais ricos que os outros membros da sociedade.

Esta tendência só foi abalada em dois episódios: 1. durante as duas grandes guerras, quando um significativo número de patrimônios foi destruído e 2. nos trinta anos gloriosos da França, quando a taxa de crescimento da economia ficou acima dos 5% ao ano.

Em situação de baixo crescimento econômico, como parece ser a característica do desenvolvimento capitalista no século XXI, as rendas do capital tendem sempre a superar a taxa de crescimento da economia, resultando em concentração de renda e riqueza no topo da pirâmide social.

Para entender essa teoria piketiana teremos de pontuar, ainda que genericamente, alguns conceitos básicos. Um deles é a *riqueza*.

Quando os economistas falam de riqueza, eles estão se referindo ao que denominam variável estoque, ou seja, tudo que um indivíduo ou país conseguiu acumular em termos de bens materiais (móveis e imóveis, dinheiro, ações de empresas e outros semelhantes).

Por outro lado, quando utilizam o termo renda querem dizer o fluxo de unidade monetária pela unidade de tempo de certos fatores de produção que inclui salários, pensões, rendas (de aluguéis, juros, dividendos etc.).

Assim, quando se observa a riqueza de um país ou indivíduo o que se constata é a concentração da posse de bens materiais acumulados. Já quando se olha

para a renda o que se nota é a proporção da participação do capital e do trabalho naqueles bens produzidos. Para Piketty a renda se divide em renda do capital e renda do trabalho.

O seu conceito de capital, porém, é decepcionante para um economista com as suas credenciais. Ele coloca dentro desta rubrica todos os fatores de produção que não são humanos como a propriedade tanto comercial, industrial, rural, quanto residencial, as ações das empresas e dos governos, incluso imóveis, máquinas, patentes e ativos líquidos, além da infraestrutura e reservas de petróleo, entre outros como a posse de jóias e pedras preciosas.

Bem entendido, ele considera o capital como equivalente a riqueza. É assim que ele pôde falar do capital na antiguidade, como poderia ter dito também que o machado de pedra lascada do Homem de Neanderthal é seu capital.

O defeito deste recorte conceitual é esconder o conflito capital X trabalho. O capital não é uma coisa, mas sim um processo. Não é a propriedade privada pura e simples dos fatores de produção não humanos, mas uma determinada relação social que subordina a força de trabalho humana como fator de produção de mercadorias para serem trocadas por dinheiro.

Ao reconhecer o capital apenas na sua expressão, na forma riqueza, o economista francês, laureado melhor jovem economista da França em 2002, limita, em muito, sua explicação do fenômeno da concentração de renda e riqueza.

Entretanto, ele consegue provar que a acumulação de riqueza nos membros da classe dominante de uma sociedade não é uma característica exclusiva do capitalismo, mas de todas as sociedades divididas em classes sociais. Até aí, nenhuma novidade. Mas, Piketty faz mais.

Ele mostra como a dinâmica capitalista da produção de riquezas torna esse processo de acumulação quase infinito. Nesse ponto, embora ele critique Marx, por supostamente não ter compreendido essa tendência intrínseca do capital, na verdade, suas conclusões e dados comprovam a lei de ouro do capitalismo, apresentada nos livros I e III de *O capital* (aquele com K , do século XIX).

Grosso modo, podemos formular essa lei do seguinte modo: quando a economia capitalista cresce, os ricos ganham muito e os pobres perdem pouco; quando a economia entra em crise, os ricos ganham pouco e os pobres perdem muito. Moral da história: no capitalismo, os trabalhadores (os pobres) sempre perdem e os ricos (os capitalistas) sempre ganham.

A novidade é que isso foi provado por um economista que não quer desligar a máquina que faz os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

Ao olhar exclusivamente a renda, desde o século XVIII, e vê-la crescendo e se concentrando cada vez mais em um grupo menor na sociedade, ele pensa que essa é a prova suficiente de que a teoria de Marx estava errada, uma vez que este havia afirmado que, no longo prazo, há uma tendência de queda da taxa de lucro.

Porém, ele é confuso ao explicar a origem da renda dos mais ricos ou por que eles preferem apostar no cassino das bolsas de valores ao invés de se arriscar em algum empreendimento produtivo. Em um determinado momento de sua tentativa de explicação, chega a dizer que “o dinheiro às vezes tende a se reproduzir sozinho” (PIKETTY, 2014, p. 557).

Afirmações desse tipo, especialmente se pronunciadas por economistas, são ridículas. Soam simplesmente como confissões da incompreensão do mecanismo essencialmente contraditório da

concentração de renda e riqueza no capitalismo.

Embora seja o sonho de todo o capitalista, um banco não é uma clínica de fertilização de dinheiro e ele também não se reproduz por partenogênese.

Cada centavo que se acrescenta aos ativos do rentista do banco representa a conversão em dinheiro de suor e sangue de algum trabalhador em alguma parte do mundo. O capital acumulado na forma riqueza é trabalho morto que só se reanima, à maneira de um vampiro, sugando trabalho vivo. É por isso que quanto mais aumenta a concentração de renda e riqueza de um lado da sociedade, mais aumenta a fome e a miséria de outro.

Essa dinâmica capitalista foi momentaneamente freada, no início do século XX, quando as classes exploradas se rebelaram e realizaram revoluções em vários países. Na Europa, como reação capitalista a essa ação dos trabalhadores, criou-se um Estado de bem-estar social que distribuiu melhor a renda e a riqueza e impediu que isso fosse feito por outros meios. Após os anos 80, com a avassaladora vitória do capital sobre o trabalho, esse Estado foi sendo desmontado, retornando a Europa à situação do início do século XX quando, do total dos patrimônios, os 50% mais pobres detinham 5% enquanto os 10% mais ricos se apropriavam de 60% (PIKETTY, 2014, p. 330).

O que impressiona na análise pike-tiana é que, para enfrentar e resolver o cenário descrito nas três primeiras partes de seu livro, ele só consegue reapresentar duas teorias que já foram por demais batidas e debatidas pelos neoliberais. Uma para justificar a meritocracia e a outra para negar a intervenção do Estado na economia. Trata-se da teoria do capital humano e da teoria institucionalista sobre a desigualdade de renda.



A primeira afirma que a desigualdade deriva dos diferentes níveis de formação presentes em uma determinada sociedade. Assim, quanto mais um indivíduo detém de formação técnica maior será sua renda. A segunda afirma que a desigualdade de renda é consequência da ausência de políticas redistributivistas que fariam o equilíbrio entre mercado e níveis de formação técnica.

A novidade do livro é a combinação das duas teses para, de uma parte, negar a meritocracia e, de outra parte, propor medidas de redistribuição de renda. Portanto, nas mãos de Piketty as duas teorias são invertidas.

Ele comprova, com vasta informação estatística, que os super salários dos executivos das grandes corporações financeiras e os super ricos (1% dos 10% mais ricos do mundo) têm pouca ou nenhuma relação com o nível de sua formação técnica. Para cada um deles pode-se encontrar outros dez perfis técnicos exatamente iguais, mas que não estão na mesma situação de renda e riqueza.

Contudo, ele conclui que “No longo prazo, é evidente que as forças da educação e da tecnologia são determinantes para a constituição dos salários” (PIKETTY, 2014, p. 387). Essas duas forças,

combinadas com medidas institucionais redistributivas, são o único caminho, segundo Piketty, para deter a máquina capitalista que produz muita desigualdade ao produzir riquezas.

Em síntese, a proposta de *O capital no século XXI* não é desligar a máquina capitalista que produz desigualdade de renda e riqueza, mas apenas fazê-la funcionar de modo que a divergência entre o topo da sociedade e sua base diminuam.

O estudo da historiografia da desigualdade e renda concluiu que não há alternativas ao capital no século XXI, por isso o que restaria é tentar, ao menos, controlar o capital através de taxação das grandes fortunas, criação de mecanismos de informação automática sobre movimentações financeiras e imposto progressivo sobre os patrimônios. Não é que essas medidas estejam erradas. A questão é que elas são insuficientes para cumprir o objetivo a que se propõem.

Por isso, a quem desejar informações e muitos dados sobre a estrutura da desigualdade de renda e riqueza no capitalismo, pode ler Piketty com proveito. Mas, a quem quiser transformar essa situação, deve ler Marx. ■

FRANCISCO XARÃO é professor da UNIFAL-Minas Gerais



■ *Rodrigo Cesar*

O último quadrimestre de 2015 será marcado pela intensificação e, muito provavelmente, pelo desfecho da profunda crise em curso no país.

Os impactos econômicos e sociais do ajuste fiscal se farão sentir mais profundamente: demissões, desemprego, recessão e desindustrialização deixarão suas marcas, antes que qualquer sinal de recuperação venha a surgir no horizonte.

Assim, ao aumento da insatisfação popular diante da estagnação ou piora das condições de vida se soma o acirramento dos conflitos entre as instituições de Estado.

Neste ambiente, o prolongamento da crise pode fortalecer o ânimo daqueles que defendem o impedimento do mandato da presidenta Dilma, ao mesmo tempo em que fortalece os que preferem impor ao governo a agenda derrotada nas eleições.

Com mais urgência que nunca, portanto, está posto o desafio para as forças populares, democráticas, progressistas e de esquerda: viabilizar uma tática defensiva, centrada na defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o ajuste fiscal, que permita realizar contra-ataques e construir uma nova estratégia para implementar reformas estruturais no país. Neste sentido devem estar concentrados os esforços da agenda no próximo período.

DEBATER, MOBILIZAR E LUTAR





ENCONTRO NACIONAL E POPULAR POR UMA CONSTITUINTE DO SISTEMA POLÍTICO

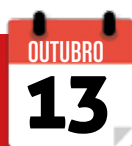


A campanha do Plebiscito Popular pela Constituinte exclusiva e soberana do sistema político segue ativa. O resultado parcial das votações da reforma política no Congresso Nacional no final do primeiro semestre, com a constitucionalização do financiamento empresarial de partidos e campanhas via manobras inconstitucionais da presidência da Câmara, só reforçam a noção de que só uma Constituinte convocada por um plebiscito será capaz de realizar uma reforma política democrática. No sentido de fortalecer esta luta e intensificar a organização da campanha, será realizado também em Belo Horizonte (MG), no dia 4 de setembro, o Encontro Nacional e Popular por uma Constituinte do sistema político.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA FRENTE BRASIL POPULAR

A Frente Brasil Popular em defesa dos direitos sociais e da classe trabalhadora, da democracia, da soberania e das reformas estruturais tem prevista a realização de uma grande Conferência Nacional em Belo Horizonte (MG), no dia 5 de setembro. Seu objetivo é aprofundar os entendimentos a respeito do caráter, perfil, organização, plataforma e objetivos da Frente, bem como preparar uma agenda de lutas comuns. Na véspera (04), acontecerá reunião de comunicadores. Da unidade dos setores populares, democráticos, progressistas e de esquerda depende o desfecho positivo para a crise do país e a implementação de reformas estruturais.



12º CONGRESSO DA CUT

O 12º Congresso da CUT será realizado em São Paulo, de 13 a 16 de outubro de 2015. O processo congressual teve início em março, com a abertura oficial e a realização de seminários para debater temas estratégicos, como a política econômica, a reforma política e a democratização dos meios de comunicação. A partir de abril iniciou-se a realização das Assembleias de Base e entre maio e agosto tem ocorrido os Congressos Estaduais da CUT (CECUTs). Em setembro haverá nova rodada de debates temáticos. O 12º CONG CUT tem como objetivos mobilizar a classe trabalhadora e o sindicalismo cutista; fortalecer a organização sindical e sua capacidade de intervenção na defesa dos interesses da classe trabalhadora; fortalecer as relações da CUT com os movimentos sociais e com a juventude, visando a luta por reformas estruturais no país.





41º CONGRESSO DA UBES

O 41º Congresso da UBES (CONUBES) está previsto para os dias 12 a 15 de novembro de 2015 e deverá ser convocado por um Encontro de Grêmios, que deve ser realizado ainda em setembro, após o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UBES, que ocorrerá de 3 a 6 de setembro, em São Paulo. Os delegados ao CONUBES serão eleitos nas escolas. Esperamos que o próximo Congresso debata qual modelo de educação deve ser defendido pelo movimento secundarista, que reformas são necessárias no ensino, além de pensar estratégias para o enraizamento da UBES nas escolas. Outro desafio será construir uma agenda política que contemple a atuação da UBES nas campanhas dos movimentos sociais, com destaque para os temas da reforma política e da democratização da mídia.



A 3ª Conferência Nacional de Juventude foi convocada pelo Decreto de 28 de abril de 2015 e será realizada em Brasília (DF), de 16 a 19 de dezembro de 2015, de acordo com o seguinte calendário: a) Etapas Livres: 01 de maio a 31 de outubro; b) Etapas das Juventudes de Povos e Comunidades Tradicionais: 01 de junho a 31 de outubro de 2015; c) Etapas Municipais, Regionais e Territoriais: 01 de junho a 07 de setembro de 2015; d) Etapas Estaduais e do Distrito Federal: 11 de setembro a 31 de outubro.



3º CONGRESSO DA JPT

O 3º Congresso da Juventude do PT, cujo tema será a luta contra o extermínio da juventude negra, será realizado entre os dias 19 e 22 de novembro de 2015 com a seguinte pauta: 1) JPT e o projeto democrático-popular; 2) Conjuntura nacional e internacional; 3) Concepção e organização da JPT. Os congressos municipais serão realizados até 27 de setembro e os congressos estaduais de 3 de outubro a 1º de novembro. Um dos principais desafios do 3º Congresso da JPT é superar a atual apatia e paralisia da juventude petista, constituindo-se como frente de massas do PT entre os jovens para impulsionar as lutas da juventude trabalhadora brasileira. Nos congressos serão eleitas as direções municipais, estaduais e nacionais da JPT, bem como os/as respectivos secretários/as.



A 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres foi convocada pelo Decreto de 30 de março de 2015 e será realizada em Brasília (DF), nos dias 15 a 18 de março de 2016, de acordo com o seguinte calendário: a) Etapas Livres: 04 de maio a 19 de dezembro de 2015; b) Conferências Municipais ou Intermunicipais: 1º de junho a 18 de setembro de 2015; c) Conferências Estaduais e do Distrito Federal e Plenária de Gestoras do Governo Federal: 19 de outubro a 19 de dezembro de 2015.



ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DO PT

No dia 27 de junho de 2015, o Diretório Estadual do PT-RS aprovou a Carta de Porto Alegre, que faz um balanço crítico do 5º Congresso do PT e conclama as delegadas e delegados eleitos para aquele fórum para avocar o artigo 113 do estatuto e convocar um Encontro Nacional Extraordinário do PT ainda este ano. Trata-se de construir alternativas concretas à atual política econômica e reafirmar o fim do financiamento empresarial ao partido e às campanhas eleitorais, entre outros. Para ser convocado, é preciso que 1/3 dos 800 delegados e delegadas do 5º Congresso estejam de acordo com a sua realização. A militância petista interessada em mudar os rumos do Partido deve se mobilizar pela convocação do Encontro Nacional Extraordinário.



AGENDA - ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DA AE

Nos dias 19 e 20 de setembro de 2015, em São Paulo (SP), precedida de conferências estaduais, será realizada a 1ª Conferência Nacional de Saúde da tendência petista Articulação de Esquerda.

Na ocasião, serão debatidos os desafios da defesa e da construção do SUS, o papel do PT na luta pelo SUS, a organização da militância do PT e da AE no movimento popular de saúde e a eleição da coordenação nacional de saúde da tendência.



4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE MULHERES DA AE

Em São Paulo, nos dias 22 a 24 de janeiro de 2016, será realizada a 4ª Conferência Nacional de Mulheres da AE, com a seguinte pauta: a) conjuntura internacional e nacional; b) desafios para o

segundo mandato Dilma Rousseff; c) nossa atuação nos movimentos feministas e de mulheres, nos movimentos sociais na institucionalidade; d) balanço, concepção e organização das mulheres da AE; e) reforma programática, estratégica e organizativa do PT; f) estratégia, organização e mobilização para os encontros municipais, estaduais, distrital e nacional de mulheres do PT em 2016; g) eleição da coordenação nacional das mulheres da AE. As conferências estaduais que debaterão a pauta e elegerão delegadas à conferência nacional deverão ser realizadas em novembro.



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA DA AE

Entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2015, em Caminas (SP), será realizada a 1ª Conferência Nacional de Cultura da tendência petista Articulação de Esquerda, com a seguinte pauta: a) conjuntura

internacional e nacional; b) o tema da Cultura no programa e na estratégia do PT; c) situação e desafios para a política nacional de Cultura; d) nossas propostas para o segundo mandato Dilma Rousseff na área da cultura; e) nossa propostas para os governos estaduais e municipais petistas na área da cultura; f) como tratar o tema da cultura no programa das campanhas eleitorais de 2016; g) a organização dos petistas que atuam na Cultura; h) a organização da militância da AE que atua na Cultura; i) eleição da coordenação nacional de cultura da AE. As conferências de base serão realizadas de 15 de agosto a 27 de outubro e as conferências estaduais poderão ser realizadas até 29 de novembro.



15ª JORNADA NACIONAL DE FORMAÇÃO POLÍTICA DA AE

Entre os dias 24 e 30 de janeiro de 2016, em São Paulo, será realizada a décima quinta edição da Jornada Nacional de Formação Política da tendência petista Articulação de Esquerda. Serão

oferecidos os cursos: 1) Estudo das resoluções do PT e da AE; 2) Luta de massas e socialismo (com cursos setoriais: mulheres, juventude, sindical, combate ao racismo, LGBT, questão agrária, questão ambiental, questão urbana e saúde); 3) Planejamento, propaganda e coordenação de campanhas eleitorais; e 4) Estudo de O Capital e do desenvolvimento capitalista no Brasil. Informações sobre programação, local e inscrições encontram-se disponíveis em www.pagina13.org.br.



**DEFENDER AS
LIBERDADES DEMOCRÁTICAS**

**MUDAR A
POLÍTICA ECONÔMICA**